

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

VINICIUS ALGARTE QUIRINO

USOS DO TEMPO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA AVENIDA PAULISTA

SÃO PAULO, 2020

VINICIUS ALGARTE QUIRINO

USOS DO TEMPO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA AVENIDA PAULISTA

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA ISABEL VILLAC

SÃO PAULO, 2020

Q8u Quirino, Vinicius Algarte
Usos do tempo nos espaços públicos da Avenida Paulista / Vinicius
Algarte Quirino
174 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade
Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.

Orientadora: Maria Isabel Villac

Bibliografia: f. 172.

1. Urbanismo. 2. Avenida Paulista. 3. Espaços públicos. 4. Usos do
tempo. 5. Espaço. I. Villac, Maria Isabel, orientadora. II. Título.

CDD 711

Bibliotecária responsável: Paola Damato CRB-8/6271

VINICIUS ALGARTE QUIRINO

USOS DO TEMPO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA AVENIDA PAULISTA


Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em 18 de Agosto de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dr.ª. Maria Isabel Villac
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. Abílio Guerra
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof.ª. Dr.ª. Marta Bogéa
Universidade de São Paulo

Agradeço à minha mãe, Maria Helena, por todo o amor, dedicação, força e generosidade de sempre.

Agradeço à minha irmã, Viviane, e aos meus avós, Aparecida e João, por todo o carinho e cuidado.

Agradeço ao meu pai, Mauro, luz intensa, potente e breve; imensa e eterna saudade.

Agradeço a todas as professoras e aos professores, fontes de inspiração.

Agradeço ao amado amigo, Alexandre, abertura para infinitos mundos e saberes.

Agradeço a todos os meus amigos e amigas, que alegram esta vida, incluídas as boas novas amizades dos colegas de mestrado.

Agradeço à minha orientadora neste trabalho, Maria Isabel Villac, aliada e acessível em todos os momentos.

Agradeço à Rita, por todas as acolhidas, pela disponibilidade e por tantas trocas.

Agradeço à Fernanda, por todo o apoio, alegria, inspiração e companhia nesta jornada.

Agradeço às pessoas, às ruas e às calçadas dos bairros onde cresci, universos de encontros, aprendizados e aventuras.

RESUMO

A partir dos espaços públicos da Avenida Paulista, em São Paulo, o presente trabalho objetiva compreender como a esfera temporal (subjetiva e objetiva) atravessa ou influencia os usos que as pessoas fazem desses espaços em diferentes situações, seja na rotina semanal, ou nos finais de semana. Ademais, busca entender como o fator temporal compõe, tanto as relações entre um habitante e outro, quanto as relações entre habitante e espaço. Por esta ótica, a presente pesquisa cataloga e discute modos de uso do tempo ancorados em

estruturas físicas no território em questão. Para tanto, revisitou-se bibliografia teórica sobre os conceitos de *espaço* e *tempo* e criou-se cartografia de situações de uso (a partir de fotografias) flagradas no território público da Avenida Paulista, entre os anos 2019 e 2020. O trabalho visa colocar em evidência qualidades dos espaços públicos na Avenida Paulista, o que pode colaborar para o desenvolvimento de ações (ou não ações) que aspirem à melhoria ou à manutenção das qualidades desses espaços.

Palavras-chave: Usos do tempo; Espaços Públicos, Avenida Paulista; Urbanismo.

ABSTRACT

Focusing at the public spaces of Avenida Paulista, in São Paulo, the present work aims to understand how the sphere of time (subjective and objective time) crosses or influences the uses that people make of these spaces in different situations, whether at the weekly routine, or at the weekends. Furthermore, it seeks to understand how the temporal factor composes, both the relations between one inhabitant and another, as well as the relations between inhabitant and space. From this perspective, the present research catalogs and dis-

cusses ways of using time which are anchored in physical structures in the territory in question. To this end, a theoretical bibliography on the concepts of space and time was revisited. In addition, it was created a cartography that collects situations of use (by photographs) caught in the public territory of Avenida Paulista between the years 2019 and 2020. This work intends to put in evidence the qualities of public spaces on Avenida Paulista, what can contribute to the development of actions (or not actions) that aim to improve or maintain that qualities.

Keywords: Uses of time; Public Spaces; Paulista Avenue; Urbanism.

11 **INTRODUÇÃO**

16 **(1) ESPAÇO**

17 INTERPRETAÇÕES DO URBANO: produção e uso, conflito e sobreposição – *guerra* no espaço público

22 ESPAÇO COMO LUGAR: por um urbanismo complexo e transdisciplinar

28 QUATRO CATEGORIAS DE ESPAÇO em Zygmunt Bauman e civilidade em Richard Sennett

36 ESPAÇO VAZIO E ESPAÇO-LIXO como resultado da modernização

37 AMBIÊNCIA: o espaço complexo das situações urbanas

43 PANDEMIA COVID-19: tecnologia e controle dos corpos biológicos nos espaços-tempos;
a super-vigilância *versus* liberdade e privacidade

47 PÂNICO 1: epidemia – digital *versus* real; corpo e espaço como resistência

48 PÂNICO 2: epidemia e mercado financeiro mundial

49 EM MEIO À PANDEMIA, O QUE É LIBERDADE?
Coletivismo, co-habitação, espaços públicos e a mudança climática

53 A AMEAÇA DA “CONTRA-CIDADE”

54 **(2) TEMPO**

56 TEMPO: CONCEITO EM MOVIMENTO

63 DA NEGLIGÊNCIA À INDIVIDUALIZAÇÃO DOS USOS DO TEMPO

71 A MODERNIDADE COMO HISTÓRIA DO TEMPO:
wetware versus hardware, ou a invenção dos motores

75 KAIRÓS E KRONOS: o tempo do fraco e o tempo do forte

- 78 A PAUSA COMO AÇÃO DE RESISTÊNCIA – E COMO OPORTUNIDADE
para enriquecer a experiência na hipermodernidade urbana
- 83 SUJEITO DA EXPERIÊNCIA *VERSUS* SUJEITO DA INFORMAÇÃO
- 86 A PERCEPÇÃO DO TEMPO: tempo objetivo (externo-maquinal) *versus* tempo subjetivo (interno-biológico)
- 89 SINCRONIZANDO TEMPOS SUBJETIVOS: A REALIDADE PRESENTE
como espaço-tempo comunal no âmbito urbano
- 92 TEMPO SUBJETIVO: ALTERIDADE, EMPATIA E CIVILIDADE
- 97 **(3) USOS DO TEMPO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA AVENIDA PAULISTA**
- 99 (RE)CONHECENDO A REALIDADE URBANA; território usado e a espessura do presente
- 100 AVENIDA PAULISTA: realidade e território complexos
- 102 O RECORTE DESTA PESQUISA: de qual *tempo-espaço* falamos?
- 116 INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS, APROPRIAÇÕES ESPONTÂNEAS E AMABILIDADE URBANA:
“Paulista Aberta” à luz da pesquisa de Adriana Sansão Fontes
- 139 AV. PAULISTA: ESPAÇO-CIVIL, espaço-não-civil e carnaval
- 142 CONFLITO ENTRE TEMPOS NA “PAULISTA” E A PRAÇA OSWALDO CRUZ:
do espaço-lixo ao estar “sem-teto”
- 147 HOSTILIDADE URBANA: dispositivos anti-apropriação
- 151 TEMPORALIDADES NA “PAULISTA”: cotidiano *versus* fim de semana
- 167 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 172 **REFERÊNCIAS**

Para operar no mundo (por contraste a ser 'operado' por ele) é preciso entender como o mundo opera. [...] A revelação é o começo e não o fim da guerra contra a miséria humana.

Zygmunt Bauman, 2001, pp.262–267

Não existem dúvidas de que o território em que habitamos representa um desafio radical a todas as formas tradicionais de vida comunitária. O desenraizamento que produz é real.

Massimo Cacciari, 2010, p.35

INTRODUÇÃO

Em 2008 pela primeira vez na história humana a população mundial urbana ultrapassou em números a população mundial rural¹. A concentração de pessoas é maior nas grandes metrópoles de países que passaram por desenvolvimento econômico tardio e acelerado como Brasil, China e Índia. Vivemos uma globalização avançada, seja nas trocas comerciais entre países, nos intercâmbios de capital financeiro, ou ainda no trânsito de pessoas ao redor do globo. As redes sociais e a grande mídia por meio da internet transbordam um volume de informações inédito sobre nossas mentes. Nesse contexto, de relações bastante complexas, boa parte das pessoas está (mental e fisicamente) distanciada do que nomeamos espaços públicos nas grandes metrópoles desses países “periféricos”. Neste cenário, investigar os usos do tempo em espaços públicos nesses grandes centros urbanos se revela pertinente². A partir dos espaços públicos da Avenida Paulista, na região central de São Paulo, o presente trabalho objetiva compreender

¹ Adriano Labbucci. *Caminhar, uma revolução*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

² Cabe ressaltar que parte deste trabalho está associada à pesquisa “Um teatro, uma associação, um coletivo: experiências de territorialização em Santa Cecília, Barra Funda e Campos Elíseos” (Fomentos: MCTIC/CNPq Nº 28/2018 UNIVERSAL | Mack Pesquisa Edital 2019).

como a esfera temporal atravessa ou influencia os usos que as pessoas fazem desses espaços em diferentes situações, seja na rotina semanal –entre segunda-feira e sexta-feira–, seja nos finais de semana. Além do mais, busca entender como o fator temporal compõe, tanto as relações entre um habitante e outro, quanto as relações entre habitante e espaço. Por esta ótica, a presente pesquisa pretende ainda catalogar (via levantamento fotográfico e cartografia) e discutir modos de uso do tempo ancorados em estruturas físicas no território público da Avenida Paulista. Todos os objetivos acima citados visam, de algum modo, colocar em evidência qualidades dos espaços públicos na Avenida Paulista, o que pode colaborar para o desenvolvimento de futuras ações (ou não ações) que aspirem à melhoria ou à manutenção da qualidade desses espaços.

Para tanto, os dois primeiros capítulos se estruturam por meio de revisão bibliográfica, enquanto o terceiro e último capítulo é composto não apenas por revisão bibliográfica, mas também por um exercício de cartografia dos usos do tempo flagrados no território em questão. A hipótese (ou suspeita) inicial da pesquisa era a de que os espaços públicos da Avenida Paulista não ofereciam o suporte ou estrutura físicos suficientes para amparar boa parte dos usos cotidianos. Tal suspeita teve origem na observação preliminar do território, que verificou que –àquela altura– havia poucos assentos (bancos para se sentar) ofertados nas amplas calçadas da longa avenida. Portanto, acreditava-se que era possível melhorar a qualidade dos espaços públicos da Avenida Paulista para que pudessem assim abrigar e apoiar de modo mais efetivo a permanência e desfrute das pessoas naqueles espaços. Algumas das questões que nortearam a pesquisa são descritas a seguir. (1)Quais as qualidades dos espaços públicos da Avenida Paulista?; (2)Como são usados os espaços públicos da Avenida Paulista?; (3)Como o fator tempo permeia, atravessa, influencia ou delinea esses usos?; (4)De que maneira as diferentes temporalidades se apresentam na Avenida Paulista? Em quais situações?

O primeiro capítulo, “Espaço”, pretende revisitar o debate entre autores sobre o conceito de *espaço* a partir de ideias que foram desenvolvidas desde a primeira metade do século XX, principalmente no âmbito de arquitetura e urbanismo. Entretanto, este trabalho também lança mão de estudos de outras áreas como a geografia, a sociologia, a antropologia e a filosofia. Desse modo, pode-se dizer que a pesquisa aqui apresentada intenta percorrer um trajeto de caráter minimamente transdisciplinar. O capítulo um (“Espaço”) aborda temas como os poderes ou potências de produção e de interpretação do espaço e seus conflitos e sobreposições, bem como a postura dos arquitetos, urbanistas e planejadores modernos e suas perspectivas sobre a cidade, o urbano, espaço e tempo. Em seguida, remonta as primeiras críticas aos modelos urbanos racionalistas modernos, que resgatavam uma ideia de espaços que presava por características mais humanas e de sociabilidade, em todas as esferas do habitar. Ao unir espaço e habitar esta corrente desenvolveu o conceito de *lugar*. Os desdobramentos destas críticas permaneceram sendo desenvolvidos enquanto a modernidade se expandia atingindo níveis nunca antes experimentados. As características dos espaços nesta modernidade recente (*hipermodernidade* ou *alta modernidade*)

resultaram em conceitos de espaço que foram adquirindo cada vez mais camadas de complexidade justamente por refletirem a composição dos espaços-tempos contemporâneos. Neste percurso, pensadores como Zygmunt Bauman desenvolveram conceitos como os “espaços-de-consumo” (“ênicos”); ou os “espaços-interditórios” (“fágicos”). Outros conceitos ganharam forma como o “não-lugar” –em oposição clara à ideia de “lugar”–, os “espaços-vazios” e o “espaço-lixo”. Retomando a linha de pensamento dos espaços urbanos pela perspectiva humanista –sem abrir mão da complexa realidade urbana contemporânea–, Jean-Paul Thibaud avançou na discussão sobre lugares e cunhou o termo *ambiências*.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho o mundo foi assolado pela imensa crise humana, sanitária e econômica decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), que tem como característica um altíssimo nível de contágio por meio dos contatos físicos humanos. Esta crise fez suscitar diversas dúvidas sobre o futuro dos espaços públicos urbanos que de algum modo dependem desses contatos frequentes e característicos que compõem boa parte das relações sociais no cotidiano. Por isso, a partir desses questionamentos, foram

incluídos ainda no primeiro capítulo cinco textos sobre o atual panorama dos espaços públicos dos grandes centros urbanos – fortemente afetados pela crise do COVID-19. Estes textos buscam refletir sobre o controle dos corpos, a super-vigilância, a liberdade e a privacidade nos espaços públicos urbanos.

O capítulo dois, “Tempo”, busca explorar a maneira pela qual o fator tempo se compõe com as percepções dos espaços públicos urbanos. O texto que abre o capítulo dois parte do entendimento de que o conceito de tempo pode ser –ou é– flexível, mutante, cambiante ou aberto. Com o auxílio de autores como Sergio Cardoso e Lidia Decandia, o texto aborda ideias de Maurice Merleau-Ponty que teceu, por sua vez, a espessura ou a profundidade do tempo como uma janela aberta para possibilidades no momento presente, o porvir, o devir, ou o “invisível”, o tempo presente inacabado. A partir daí, introduz-se a ideia de temporalidade (um tempo subjetivo, interior, particular). O texto ainda inicia a discussão da evolução, transformação ou transmutação da compreensão do tempo no decorrer das práticas urbanísticas. Retomando ideias de Henri Lefebvre, a partir da negligência dos urbanistas modernos para com o fator *tempo* –nas várias nuances da prática profissional e da

ideologia do urbanismo moderno até a primeira metade do século XX–, pretendeu-se ilustrar, com o amparo de Gilles Lipovetsky e de Zygmunt Bauman, como a *hipermodernidade* transformou e individualizou os usos do tempo nas sociedades globalizadas, dinamizando e multiplicando as percepções temporais – as temporalidades. Ademais, para ilustrar a complexa e indefinível relação dos habitantes urbanos com o tempo, os conceitos temporais *kronos* e *kairós* –da antiga Grécia– colaboraram para as reflexões pretendidas. Na sequência, tendo em vista que a hipermodernidade dinamizou e multiplicou as temporalidades, pretendeu-se então investigar os meandros da percepção subjetiva do tempo, por meio de uma abordagem ampla (desde técnica até biológica), amparada pelos textos do jornalista Alan Burdick. Em seguida, (neste contexto de aceleração temporal da hipermodernidade nas metrópoles globais), a ideia da pausa como resistência e oportunidade para o enriquecimento da experiência (como entendida por Walter Benjamin) foi retomada, à luz de autores como Olgária Matos, Jorge Larrosa Bondià e Massimo Cacciari. Fechando o capítulo dois (“Tempo”), um par de textos sobre a conexão entre distintas temporalidades aborda a realidade presente como espaço-

tempo comunal no âmbito urbano, e trata de conceitos relacionados à sociabilidade urbana como alteridade, empatia e civilidade.

O terceiro capítulo, “Usos do tempo nos espaços públicos da Avenida Paulista” (ou “Espaço e Tempo na Avenida Paulista”), por sua vez, se apoia nas discussões conceituais desenvolvidas no capítulo um (“Espaço”) e no capítulo dois (“Tempo”). Além disso, tal seção se aprofunda na pesquisa de Adriana Sansão Fontes, com o intuito de melhor compreender a construção dos conceitos de *intervenção temporária* e *amabilidade urbana* e verificar o quanto colaboram para refletir sobre os usos do tempo nos espaços públicos da Avenida Paulista (em 2019). A partir da importância de se aproximar –conhecer ou reconhecer– a realidade urbana presente, esse capítulo (três) retoma as ideias de legitimação do território *usado* –como tratada por Milton Santos, Henry Lefebvre e Michel de Certeau– e da espessura do tempo presente, como entendida por Maurice Merleau-Ponty (via Sergio Cardoso e Lidia Decandia), que baseia, por sua vez, a ideia da temporalidade (tempo subjetivo). Em seguida, busca-se apresentar o território da

Avenida Paulista, em São Paulo, como realidade complexa, intrincada em lógicas globais e locais, com infindáveis nuances espaciais, temporais, físicas, sociais e econômicas. Com o intuito de compor uma abordagem prático-teórica, apresenta-se também um mapeamento de situações de usos-do-tempo-nos-espacos-públicos flagradas na Avenida Paulista em diferentes momentos. Trata-se, portanto, da realização de uma cartografia composta pela alocação territorial das situações flagradas na Avenida Paulista. Primeiramente, foram realizadas fotografias que registraram as citadas situações que, por sua vez, tomaram lugar no espaço-tempo da Avenida Paulista, principalmente no ano de 2019. Em seguida, essas fotografias foram

impressas em baixa resolução e fixadas num mapa-base da Avenida Paulista, com a intenção de representar aproximadamente os pontos (ou ao menos as regiões) onde as situações registradas haviam ocorrido naquele território específico. A partir desse mapa pôde-se ter uma amostragem das situações presentes naquele espaço-tempo. Desse modo, o “Mapa de Estudo” se configurou como ponto de partida para o recorte da pesquisa. Optou-se por trabalhar com uma determinada área da avenida que apresentou usos mais heterogêneos, de onde se destacou algumas situações (fotografias) que foram, então, analisadas e comentadas à luz de toda a teoria conceitual anteriormente apresentada.

1.

ESPAÇO

(ESPAÇO, LUGAR, AMBIÊNCIA)

INTERPRETAÇÕES DO URBANO: produção e uso, conflito e sobreposição – guerra no espaço público

Apoiado em ideias de “cidade” cunhadas por Le Corbusier, o movimento moderno em arquitetura e urbanismo vislumbrou construir “a cidade-funcional”, a ser dividida por utilidades “principais”: moradia, recreação, trabalho e transporte. As diretrizes para esse novo projeto de cidade estavam compiladas na *Carta de Atenas*³ de 1933, escrita após as discussões de uma das edições do *Congresso Internacional de Arquitetura Moderna* (CIAM), realizada, por ocasião, naquela localidade.

O conjunto de propostas⁴, de algum modo, significava construir cidades voltadas ao uso de automóveis – os propulsores da economia ao lado dos combustíveis fósseis (principalmente gasolina e óleo diesel).

³ Carta de Atenas (*Charter of Athens*) – disponível em: <<http://portal.uur.cz/pdf/charter-of-athens-1933.pdf>> – acesso em 2 de Agosto de 2019.

⁴ Propostas como: (1) segregar os usos no território urbano; (2) construir edifícios altos e distantes uns dos outros para permitir insolação e luz natural na maioria dos cômodos – de acordo com o *Plan Voisin* de Le Corbusier (1887-1965); e (3) “liberar o térreo” criando vazios e longas distâncias para o humano caminhante;

Fazendo frente às propostas de Le Corbusier, uma “geração mais jovem”⁵ de arquitetos (Grupo Mars, Team 10 e cia.), que também integrava os *Congressos*, atenta à “destruição” da “vida urbana”⁶, na escala humana (distinta da escala de máquinas), causada, em suma, por construções rápidas de grandes vias carroçáveis (avenidas, rodovias e pistas expressas), defendia, então, uma cidade mais humana: a “cidade-real”, mais espontânea e menos projetada, menos imaginada

⁵ “Geração mais jovem” (composta por exemplo por “grupo MARS” e “Team 10”) definida no artigo de RODRIGUEZ SOSA, M, e SEGRE, R.: “*Do coração da cidade a Otterloo (1951-59): discussões e transgressoras de ruptura. As sementes das novas direções Pós-CIAM*”. (ver referências)

⁶ ...que é a rede de convívios e de contatos entre habitantes – Ver LEFEBVRE (referências)

e mais vivida, como escreveram Marisol Rodríguez Sosa e Roberto Segre em artigo publicado em 2009⁷.

Na esteira dessas ideias, em 1961, Jane Jacobs publicou o livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*⁸, no qual, já na primeira frase da “Introdução”, declara ferozmente: “Este livro é um *ataque* aos fundamentos do planejamento urbano e da reurbanização ora vigentes” (JACOBS, 2011). Soa como uma declaração de *guerra*, possivelmente endereçada a Robert Moses, figura pública da cidade de Nova Iorque, responsável por grandes obras rodoviaristas à época.

No final da década de 1960, em 1968, ao publicar o livro “*O Direito à Cidade*”, o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre jogou luz sobre o assunto, a partir de uma perspectiva semelhante, também dual. Para ele, “o urbano” seria a sobreposição de duas camadas (ou de dois planos, duas dimensões). Isto significa que no espaço construído está impressa a primeira camada, imaginada por arquitetos, projetistas e planejadores,

⁷ Ver Artigo: “*Do coração da cidade a Otterloo (1951-59): discussões transgressoras de ruptura. As sementes das novas direções Pós-CIAM*”. (ver referências)

⁸ No original, em inglês: *The Life and Death of the Great American Cities*, 1961

há, portanto, nesta primeira camada, uma *mensagem*, um *texto*. Por outro lado, os usuários, ao usarem o espaço, por meio de “atos” e “encontros” criam o que H. Lefebvre chama de “vida urbana” – que seria, então, a segunda camada a compor o “urbano”.

Trata-se, desse modo, de um diálogo e de uma disputa, uma peleja *contra* e *com* a primeira camada de texto ali inscrita (que é o espaço físico projetado e construído). Quanto à segunda camada, os usuários (“leitores” do espaço), usando os espaços e objetos ao seu bel prazer ou de acordo com suas necessidades, se transformam também, dessa maneira, em autores (“escritores” do espaço) e, portanto: *coautores* do espaço (do texto, da mensagem, do conceito ali materializado), *por meio do uso* ou *pelo uso*.

“[...] Esta vida urbana tenta voltar as mensagens contra elas mesmas, as ordens, as coações vindas do alto⁹. Tenta apropriar-se do

⁹ Vindas dos arquitetos e planejadores –as “*verticalidades*” de que fala Milton Santos que operam em relação (em oposição) às “*horizontalidades*” (ver referências).

tempo e do *espaço* frustrando as dominações, desviando-se de seus objetivos, usando de astúcia. Ela [a “vida urbana”] intervé também, mais ou menos, ao nível da cidade e do modo de habitar. O urbano é assim, mais ou menos, a obra dos cidadãos em lugar de se impor a eles como um sistema: como um livro já acabado”. (LEFEBVRE, 2016, p. 71-72)

Aparentemente menos “combatente” do que Jane Jacobs, Henri Lefebvre esboça¹⁰ também dois *sujeitos*¹¹, cada qual com a sua *perspectiva* (leitura; interpretação;) sobre o que é “cidade”, “espaço”, “urbano” e também sobre o que é esta conjunção ou composição a que chamamos “espaço-urbano”. Nessa disputa, a *arma* (ou ferramenta) de que dispõe o usuário (ou *usador*) é a “astúcia” (LEFEBVRE, 2016, p.72).

Nesse contexto, usuários, ou “consumidores”¹², para Michel de Certeau¹³, não possuem o *poder de produção primeiro* (ou *original*) num “sistema de produtos” (de “objetos” ou de “es-

paços”); isso demonstra a desigualdade (disparidade) em relação ao poder de *ação*, de cada sujeito, num contexto de “*práticas* de espaço urbano”; ademais, onde há sujeito, há ação. Assim, o autor afirma que é necessário diferenciar (distinguir) as ações de cada sujeito (ou *corpo*; *ator*; *autor*); “no sentido militar” do termo “ação”.

Para isso, Michel de Certeau propõe uma “análise *polemológica* da cultura”. “Polemológica” significa: algo relativo à “polemologia” que, por sua vez, quer dizer: “estudo sobre guerra”. Todas essas palavras se referem à palavra: “polêmica”. A origem da palavra “polêmica” está na palavra grega “*polemikós*”¹⁴ que significa: “algo relativo a guerra”. Em suma, portanto, Certeau propõe uma análise da cultura por meio das “lentes” do conceito de “guerra”, isto é, por uma perspectiva de “guerra”, que desemboca, inevitavelmente, numa “politização das *práticas* cotidianas”. A partir disso, o autor faz, então, a

¹⁰ Ou desenha; expõe; compõe; ilustra; constrói; etc.

¹¹ Ou dois corpos; dois atores.

¹² Ou ainda: “usadores”; “participadores”.

¹³ Michel de Certeau. *A invenção do cotidiano – 1: Artes do Fazer* – livro publicado originalmente em francês, em 1980.

¹⁴ Fonte: “polémico”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, Disponível em: < <https://dicionario.priberam.org/pol%C3%A9mico> > consultado em 25-06-2019.

distinção entre as seguintes ações [militares]: (1) “*estratégia*” (a “arte” do “forte”) e (2) “*tática*” (a “arte” do “fraco”).

A ideia de guerra é, então, transposta para o cotidiano numa cidade. Isso equivale a dizer que, tanto na guerra, quanto no cotidiano urbano, o sujeito “forte” pode agir estando fora do campo de combate, de conflito ou de batalha, ele “é isolável de um ambiente” e tem domínio sobre o tempo e o espaço, por *possuir* um território, isto é: “uma base de gestão” (por exemplo: a nacionalidade política).

Ao “fraco”, desprovido de território seu, sem base, resta *agir* no território do outro, sempre. O “fraco” depende, portanto, do fator *tempo*. – É aí, nesta *ocasião*, que o usuário¹⁵ cria sua “arte”, torna-se dono ou sócio daquilo que não lhe pertence, sem, entretanto, possuí-lo¹⁶. O autor fala também sobre outras possíveis armas, ou ferramentas, do “fraco”: (1) “*sonho*”, (2) “*astúcia*” (termo também citado por H. Lefebvre) ou (3) “*senso de*

¹⁵ Ou “usador”; participador; praticante; nômade.

¹⁶ “Nômades” em Nelson Brissac, e G. Deleuze e F. Guattari; é dessa maneira que *cidadãs* e *cidadãos* usam o espaço público na Avenida Paulista.

¹⁷ CERTEAU, 2014, pp.43–47.

humor”. Mas, de todo modo, para o “fraco”, na guerra do cotidiano, todas essas armas, ferramentas ou ações são “*táticas*”.¹⁷

Para se valer do termo “*tática*” e distingui-lo de “*estratégia*”, Michel de Certeau se baseia em compêndios sobre *guerra*, passando pelos escritos do estrategista militar chinês Sun Tzu¹⁸ (“*A Arte da Guerra*”); pelo “*Livro das Astúcias*”¹⁹ (antologia árabe sobre conflitos militares); e pelo tratado “*Da Guerra*”²⁰, do general prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831). Todos esses títulos foram publicados em francês, na França, no século XX. Michel de Certeau escreveu seu livro naquele país nas décadas de 1970 e 1980.

Michel de Certeau parece concordar com Henri Lefebvre sobre o fato de que os ambientes construídos (aqui nos interessa o ambiente comum, coletivo e público) devem ser en-

¹⁸ “*A Arte da Guerra*” (séc. IV a.C.); publicado na França, em 1972.

¹⁹ “*Livro das Astúcias*” – antologia árabe sobre conflitos militares (publicado na França, em 1976)

²⁰ “*Da Guerra*” (publicado na França, em 1955), de Carl von Clausewitz (1780-1831).

tendidos como a “sobreposição” de “camadas” de distintas interpretações, leituras, perspectivas – seja nas maneiras de *compreender*, de *ler*, de *ver*, ou de *usar* esses espaços. O pensador, ao discutir “uso ou consumo”²¹ do espaço público, por exemplo, corrobora a ideia de H. Lefebvre, desenvolvendo-a e tornando-a mais clara. Michel de Certeau nomeia “representação” aquela visão ou perspectiva “impressa” no espaço pelos citados arquitetos e planejadores (os dominadores da técnica; os “atores” ou “agentes” que “representam” os sujeitos “fortes”). Esse termo (“*representação*”) pode colaborar para a compreensão dos argumentos.

“A presença e a circulação de uma representação [...] não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários²². É ainda necessário analisar a sua manipulação pelos *praticantes* que não a fabricam²³. Só então é que

se pode apreciar a *diferença* ou a *semelhança* entre a [1]produção da imagem²⁴ e a [2]*produção secundária* que se esconde nos processos de sua *utilização*²⁵” (CERTEAU, 1990, p. 39)

Novamente, aqui, se apresenta a soma de camadas; de autorias; de produções de narrativas; de interpretações. Como já indicado anteriormente, a partir do uso, os usuários²⁶ se transformam também em coautores da realidade cotidiana.

A ideia de disputa²⁷ (de oposição) ou de coexistência de, no mínimo, duas camadas ou dimensões de interpretações (de visões de mundo e/ou de modos de agir) da realidade, foi abordada também pelo geógrafo Milton Santos (1926-2001) no livro “A Natureza do Espaço” (2006, 1996), de acordo com o que nomeou “verticalidades” e “horizontalidades”, no contexto da

²¹ Algo que se aproxima do “valor de uso” *versus* “valor de troca” em Lefebvre; e das ideias de usuários *versus* consumidores; e de produtor *versus* consumidor.

²² Ou “usadores”; participantes; praticantes.

²³ Não a fabricam “em primeiro lugar” (ausência de poder de fabricação primeiro, ou original).

²⁴ “Imagem” é o mesmo que “Representação”.

²⁵ Similar à ideia de “valor de uso”, de Henri Lefebvre.

²⁶ Ou “praticantes”; “participadores”; “usadores”.

²⁷ A autora Adriana Sansão Fontes (2013), quanto às “apropriações espontâneas” de espaços públicos, delineia duas dinâmicas de apropriação, uma delas é, justamente, a apropriação por meio da “prática de *disputa* pelo espaço”, a outra é apropriação pela “prática de sobrevivência”.

análise de territórios ou de espaços e da multiplicidade de relações que os compõem (SANTOS, 2006, p.287).

Tendo em vista uma relação entre dois corpos ou sujeitos (singulares ou coletivos), as “verticalidades” (SANTOS, 2006, p.287), em semelhança às citadas “coações vindas do alto” (LEFEBVRE, 2016), são representadas por um modo de operar (*modus operandi*) imposto pelo sujeito mais “forte” nessa relação, aquele que possui *poder* de ação “estratégico”, como sugeriu M. de Certeau (CERTEAU, 1990).

Segundo Milton Santos, para fazer frente às *verticalidades*, é necessário criar e/ou fortalecer o que nomeia *horizontalidades*. Se, por um lado, as “verticalidades” se aproximam das “coações” de que fala H. Lefebvre, por outro, de modo semelhante, as “horizontalidades” se aproximam do que este autor francês chamou de “*vida urbana*” (aquela já citada “segunda camada” que compõe o “urbano”). Por fim, ambos conceitos –

²⁸ Este “meio” pode ser relacionado com o “médium” que, por sua vez, será abordado mais adiante, a partir de JEAN PAUL THIBAUD, em “*O devir ambiente do mundo urbano*”. In: Revista Redobra, nº 9, UFBA, 2012. Disponível em < http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_O-devir-ambiente-do-mundo-urbano.pdf >; Acesso em 17 de junho de 2020.

horizontalidades e vida urbana – estão, por suas vezes, alinhados à “cidade-real” (a noção de “urbano”) defendida por aquela geração “mais jovem” (Grupo Mars, Team 10 e cia.) de arquitetos – citada ao início – que compunha os *Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna* (CIAM).

ESPAÇO COMO LUGAR: por um urbanismo complexo e transdisciplinar

Segundo Juan Luis de Las Rivas Sanz, a Carta de Atenas representou, também, o início de uma ruptura entre cidade e arquitetura, pois, o foco passou a estar no objeto arquitetônico, tido como algo isolado – o que resultou na “vulgarização” do “meio”²⁸ urbano²⁹.

²⁹ JUAN LUIS DE LAS RIVAS SANZ. “*El espacio como lugar: sobre la naturaleza de la forma urbana*” – livro da Série *Arquitectura y Urbanismo*, nº 18. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidade de Valladolid, D. L., ed. 711, 1992.

A partir das primeiras críticas ao pensamento urbanístico modernista (nas décadas de 1950 e 1960, como vimos), primeiramente no âmbito da cultura geral (cinema, literatura, sociologia, psicologia, etc.) e, em seguida, no meio específico da arquitetura e urbanismo –a partir do grupo Team 10, por exemplo– buscou-se recuperar valores da cidade pré-industrial, que guardavam relação com o histórico.

Desde então, em oposição aos esquemas racionalizantes modernistas, não mais se fundou uma forma única global para as cidades. Ao contrário, firmou-se a renúncia de um tal modelo único; e o surgimento de propostas para fragmentos do urbano, a partir de teorias e práticas de Alison e Peter Smithson, Bakema, Van de Brook, Candilis, De Carlo; bem como propostas que buscavam resolver trechos da cidade num núcleo heterogêneo em si mesmo, as mega-estruturas dos “metabolistas” japoneses e do grupo Archigram.

Em 1966 dois livros foram lançados e logo ganharam notoriedade para os estudos de arquitetura e urbanismo: “Arquitetura da Cidade”, de Aldo Rossi; e “Complexidade e contradição”, de Robert Venturi. Para Juan Luis de Las Rivas Sanz, embora os textos tragam argumentos distintos, ambos

destacam a ideia de complexidade da realidade –urbana– e rechaçam o esquematismo racionalista modernista.

É neste contexto que surge a ideia de lugar. Lugar urbano, lugar concreto que guarda relação com a história por sua forma construída. Lugar como “objetivo de análise urbana e como ponto de partida para toda intervenção de projeto”, ou seja, como origem da interpretação do contexto urbano. Isso mostra que “o interesse pela ideia de lugar está no processo de compreensão dos fenômenos urbanos, sem que se renuncie à sua complexidade” (RIVAS SANZ, 1992).

Na linha de desenvolvimento do conceito de lugar, em arquitetura e urbanismo, Christian Norberg-Schulz estudou, na década de 1960, a partir da filosofia grega, a ideia de *Genius*

Loci (ou o espírito do lugar)³⁰. Rivas Sanz, por sua vez, retoma o conceito, numa perspectiva ampliada:

Em sua busca autônoma, a arquitetura da cidade encontra no “*genius loci*” algo mais que uma referência ao contexto, encontra o requerimento de uma compreensão construída a partir da experiência³¹.

Para que se possa projetar intervenções, seria necessário, então, conhecermos suficientemente bem o “espírito de um lugar”, a partir da experiência de um sujeito naquele espaço específico, ou seja, de um fragmento delimitado. E assim buscar soluções para cada caso específico, num ajuste máximo à realidade. A ideia de lugar é base desse esforço de estudar o fragmento particular, específico. Assim se configurou o que Rivas Sanz considerou como “a poética do lugar” – contra a ideia de cidade como um modelo único, havia, então, propostas da cidade como fragmento, utopia, *collage*, obra aberta –e descontinua. Tudo isso compunha o desejo de voltar à “cidade feliz” pré-industrial, porém com a consciência de ter que trabalhar

³⁰ LUIZ AUGUSTO DOS REIS-ALVES. “O conceito de lugar”. Arqutextos, Portal *online* de arquitetura e urbanismo Vitruvius, artigo 087.10, ano 08, Agosto de 2007. Disponível em < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/08.087/225> >. Acesso em 8 de junho de 2020.

com a complexidade grande e crescente dos entornos urbanos nas décadas de 1960 e 1970. Nas palavras do autor:

Como problema de conhecimento, a ideia do lugar se orienta para a necessidade de significado em arquitetura. Significado que se relaciona com a configuração ou a ordem da realidade como objetivo da arquitetura. A referência ao lugar não parece impor a imitação formalista daquilo apreendido do contexto, pois, não tem nada a ver com um regionalismo trivial. Tampouco contradiz a relação que a arquitetura estabelece com a necessidade, por meio do programa, relação que também poderia conduzir a um determinismo funcionalista, frente àquele aparente determinismo contextual. A relação com o lugar só pode mover-se no âmbito da liberdade, daquilo que pode ser de várias maneiras, daquilo [de tudo aquilo] que é possível. E aqui é onde uma poética do lugar tem a virtualidade de gerar uma ação que, sem renunciar à autonomia de seu próprio processo, esteja dotada de significado. (RIVAS SANZ, 1992, p.17)

³¹ JUAN LUIS DE LAS RIVAS SANZ. Op. Cit., 1992, p.17. (Tradução livre do autor).

Rivas Sanz apontou também a transdisciplinaridade do tema da experiência do lugar, do “sentido de lugar”, da “experiência humana do espaço e do lugar”, que foram abordados por múltiplas disciplinas como a geografia humana, a antropologia e a psicologia da percepção. Entretanto, o autor afirmou que tais estudos estavam quase sempre alheios aos interesses da tarefa específica da arquitetura que é a de “construir ou reconfigurar espaços”. Àquela altura, o autor observou que:

[...] não existe um conjunto homogêneo que possa identificar-se com essas fontes [de estudo]; quase todo o desenvolvimento do trabalho se funda na busca aqui e ali do que parece ter interesse para o seu objetivo [objetivo da disciplina de arquitetura e urbanismo]. (RIVAS SANZ, 1992, p.18)

³² Exemplos: (1) LIDIA DECANDIA. *O tempo e o invisível: da cidade moderna à cidade contemporânea*, 2003. – Título original: *Il tempo e l'invisibile; dalla città moderna alla città contemporanea*. In: SCANDURRA, E., CELLAMARE, C. e BOTTARO, P. *Labirinti della città contemporanea*. Milão, Meltemmi, 2001. Traduzido por Maria Margarida Cavalcanti Limena – Disponível em: <<https://www.pucsp.br/margem/pdf/m17ld.pdf>>; Acesso: 19/06/2020; (2) JEAN PAUL THIBAUD. “*O devir ambiente do mundo urbano*”. In: Revista Redobra, nº 9, UFBA, 2012. Disponível em <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_O-devir-ambiente-do-mundo-urbano.pdf>; Acesso: 17/06/2020.

Assim, o autor indicava que estudos em arquitetura e urbanismo que se relacionam com o tema da experiência do lugar, como ponto de partida para a complexidade urbana, poderiam e deveriam ser desenvolvidos – tese que se constatou a partir de publicações nas décadas seguintes, que atingem os dias atuais³².

Ao retomar ideias de Martin Heidegger, expostas na conferência “Construir, Habitar, Pensar”³³, em 1954, Rivas Sanz explora a ideia de lugar, a partir do conceito de “habitar” como propôs Heidegger: “ser humano significa estar na terra como um mortal, isto significa habitar”. Para Heidegger, habitar é permanecer, estar; habitar é “dispor e preservar: tomar o mundo sob seu próprio cuidado”³⁴ – “dispor” aqui se refere a

³³ MARTIN HEIDEGGER. “Construir, habita, pensar” [*Bauen, Wohnen, Denken*] (1951); conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”, publicada em *Vorträge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf>. Acesso: 29/06/2020.

³⁴ Essa ideia se aproxima da ideia de “manutenção” de espaços urbanos, que será abordada mais adiante, defendida por JEAN PAUL THIBAUD em “*O devir ambiente do mundo urbano*”. In: Revista Redobra, nº9, UFBA, 2012. Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_O-devir-ambiente-do-mundo-urbano.pdf>; Acesso: 17/06/2020.

algo como organizar coisas num determinado espaço; e “pre-servar” se refere a tutelar, ou realizar a manutenção daquele espaço (RIVAS SANZ, 1992).

Para Heidegger, habitar é “estar entre coisas e lugares”; isso significa ter a “experiência de estar em lugares, com coisas perto e longe”. Segundo Rivas Sanz, Christian Norberg-Schulz já havia anotado que Heidegger partiu da arte para afirmar que uma obra de arte é presente, é presença, isto é: uma obra é uma coisa presente que pode representar um mundo. Assim, mundo e coisa são interdependentes. Portanto, Rivas Sanz afirma que “o mundo é feito de coisas concretas, diverso das abstrações científicas. Heidegger afirmou que “o lugar dá acesso ao mundo e o ordena. O lugar é o mundo construído. Entendendo-se o ato de construir como o ato de criar – a ideia de construir como “poiesis”. A partir de outras fontes, posteriormente, o geógrafo Milton Santos anotou uma ideia semelhante:

[...] O mundo ganha sentido por ser esse objeto comum, alcançado por meio das relações de reciprocidade que, ao mesmo tempo, produzem a alteridade e a comunicação. É desse modo, ensina G. Berger (1964, p.15), que o mundo constitui “o meio de nos

unir, sem nos confundir” (SANTOS, 2006, 2012, p.317)

Ainda sobre o “habitar”, Rivas Sanz retoma, a partir de Otto Friedrich Bollnow (discípulo de Martin Heidegger), uma outra perspectiva de lugar, sob a qual: se um lugar é um espaço o qual habitamos, ele é também um espaço que habita em nós. Noutras palavras: o lugar é o espaço habitado, onde o sujeito estabeleceu uma relação de sentido; o habitar dá sentido ao espaço, tornando-o, assim, um lugar; e, justamente, por fazer sentido para um sujeito, o lugar passa também a habitar esse sujeito (a viver dentro dele), tanto pelo sentido estabelecido, quanto por memórias e afetos, criados a partir da relação entre esse sujeito e o espaço.

Ao aprofundar-se ainda mais a respeito do espaço como algo concreto que guarda relação intrincada –ou íntima– com o sujeito, Rivas Sanz transcreveu um trecho de Bollnow sobre ideias de um terceiro autor a quem se referiu como Dilthey:

“...Cada jardim plantado com árvores, cada aposento em que os assentos estão ordenados, os compreendemos já desde a infância porque o homem, ao fixar uma finalidade, ao ordenar, ao determinar valores, em comum acordo, assim designou a cada objeto da habitação o seu “sítio” [lugar

próprio]” ... “o homem compreende tudo o que o rodeia em forma de vida e de espírito que se objetivou. O banco em frente à sua casa, a árvore que faz sombra, a casa e o jardim obtêm sua essência e seu significado desta objetificação”. Dilthey também fala aqui de que a atividade humana designa um “sítio” [lugar próprio] a cada objeto. O homem conectou os objetos numa relação espacial mútua, segundo o plano de uma ordem interna compreensível. E por causa deste “sítio” [lugar próprio] são compreensíveis todas e cada uma das coisas, os assentos ordenados do aposento e a árvore que faz sombra diante da porta. A partir dele [deste “sítio” ou lugar próprio], o homem compreende como deve tomar as coisas para si e como empregá-las de modo apropriado. A presença espacial neste “sítio” [lugar/local] determinado adquire assim seu significado mais profundo.³⁵

No fim da década de 1960, Henri Lefebvre apontou o descolamento –ou distanciamento– entre as ideias de espaço e de tempo, levado a cabo no âmbito do urbanismo modernista, com tendências à simplificação da disciplina, em negação à complexidade evidente do tema. Por sua vez, na década de 1990, também em contexto europeu, Rivas Sanz, ao tratar

³⁵ Otto Friedrich Bollnow. In: JUAN LUIS DE LAS RIVAS SANZ; Op. Cit.; 1992; p.25. (Tradução livre do autor).

sobre “arquitetura e lugar complexo”, desenhou, de modo perspicaz e didático, uma atmosfera de difícil representação, que poderia ser, de fato, a realidade de um lugar urbano em alguma grande cidade na modernidade dos anos 1980 ou 1990. O autor descreveu um:

Espaço vinculado ao tempo, sobretudo pela visão maquinista, um espaço complexo percebido através da visão em movimento. Um espaço que requer uma especial sensibilidade se queremos descobrir sua beleza, enquanto todos sonham com a fuga para um lugar mais sereno, onde tudo acontece mais devagar e onde seja possível o descanso –dinâmica da cidade por excelência–. Uma complexidade de lugar que não se contradiz com a ideia de lugar até aqui expressada [...]³⁶

O termo “lugar”, ainda segundo Rivas Sanz, é descrito, no “*diccionario Académico de la lengua*”, como “espaço ocupado ou que pode ser ocupado por um corpo qualquer, sítio ou paragem, cidade, vila ou aldeia...”, mas, afirmou o autor,

³⁶ JUAN LUIS DE LAS RIVAS SANZ; Op. Cit.; 1992; p.29. (Tradução livre do autor).

também há acepções desta palavra que fazem referência ao tempo, como ocasião ou oportunidade³⁷.

Tal descrição se dá quando o autor busca diferenciar dois termos em língua espanhola: “sítio” e “lugar”, para afirmar que “lugar” carrega um significado mais amplo do que “sítio” e, ressalta, pois, a característica especial do significado de “lugar”, tanto no que se refere à habitação do “lugar” por um corpo, mas, também, a ideia de permanência, que outros autores conectam –não por acaso, segundo Rivas Sanz–, com a expressão “ter lugar”, que demonstra, por sua vez, a passagem do tempo; a passagem de uma ação; ou o espaço onde algo se passa; ou ainda, espaço no qual algo sucede. Essa ideia, portanto, complexidade ao termo “lugar”, em oposição ao termo “sítio”, como um espaço que não guarda relação necessária com habitação ou evento.

No contexto apresentado da evolução da ideia de cidade, ao longo da modernidade –e no âmbito de discussões relacionadas a projeto de arquitetura e urbanismo–, a ideia de lugar surgiu como crítica à ideia de cidade moderna, a propor

³⁷ JUAN LUIS DE LAS RIVAS SANZ; *Ibidem*; p.35. (Tradução livre do autor).

ações como a recuperação da plaza (praça) e da rua como escalas humanas primordiais; e a ecoar o “genius loci” como uma referência à identidade do lugar, a partir de sua história particular; em resumo, buscou-se, em arquitetura e urbanismo, com a ideia de lugar, criar um contraponto aberto e plural para as interpretações da cidade ou do urbano, em oposição à visão simplista da urbanística modernista.

QUATRO CATEGORIAS DE ESPAÇO em Zygmunt Bauman e civilidade em Richard Sennett

Se antes as comunidades mantinham um equilíbrio e harmonia (ordem) por meio de seus olhares atentos³⁸, por conversas com seus vizinhos e atividades civis –como colocar o lixo na calçada para que o sistema de coleta de lixo o recolha; ou pelo hábito de caminhar até o ponto de ônibus para ir à escola ou ao trabalho;– hoje busca-se essa organização em espaços fechados, intramuros, por meio de muitas câmeras, e de

³⁸ Os “olhos da vizinhança” suscitados por Jane Jacobs nas décadas de 1950 e 1960 nos EUA.

trabalhadores da segurança armados. Zygmunt Bauman re-toma Sharon Zukin para afirmar que “os anos 1960 e 1970 foram, diz [Sharon] Zukin, um divisor de águas na institucionalização dos medos urbanos”. (BAUMAN, 2000). A “política do medo cotidiano” impera, quando a “separação” toma o lugar da “vida em comum”. Ainda nos escritos de Zygmunt Bauman, encontramos uma definição de cidade, cunhada por Richard Sennett, que escreve que uma cidade é “um assentamento humano em que estranhos têm a chance de se encontrar” (SENNETT, in BAUMAN, 2000).

O encontro entre estranhos numa metrópole pode lembrar o conto “O homem na multidão”, de Edgar Allan Poe, que narra a experiência de um homem que vaga numa multidão em Londres, no século XIX, e que, embora esteja em meio a milhares de passantes, por fim, percebe-se, que está, de fato, bastante solitário por todo o tempo.

Mas, se por um lado, há essa sensação de solidão nos encontros fortuitos entre estranhos “sem passado e sem futuro”³⁹ como sublinha Z. Bauman, há também essa prática de

³⁹ O instante –presente– sem passado nem futuro da experiência, descrito por Olgária Matos – ver capítulo 2.

compartilhar espaços e situações, esse instante, ou o devir⁴⁰, “comum”. Um conceito muito importante sobre o urbano, destacado por Zygmunt Bauman por meio da leitura de Richard Sennett, é a “civildade”. Para Sennett, a civildade solicita que usemos “máscaras” de civis, como se fosse necessário que, para nos relacionarmos com estranhos, vestíssemos uma espécie de capa civil ou uma fantasia civil, que carregaria uma outra versão de nós mesmos, e que, por isso, permitiria nosso contato e encontro equilibrados e harmoniosos com os estranhos que nos rodeiam nos espaços públicos.

Para Zygmunt Bauman, os espaços precisam ser “civis”, para que possamos aprender a civildade por meio do uso desses “espaços civis” ou “espaços civilizados”. Nas palavras de Z. Bauman:

“é o entorno urbano que deve ser civil, a fim de que seus habitantes possam aprender as difíceis habilidades da civildade. [Mas] o que significa, então, dizer que o meio urbano é civil e, assim, propício à prática individual da civildade? Significa, antes e acima de tudo, a disponibilidade de espaços que as pessoas

⁴⁰ Uma “passagem”, o aleatório, o acaso, o fortuito, o instante “aberto”, uma “zona de passagem” para Henri Bergson, o “comum”.

possam compartilhar como *personae públicas* [pessoas que ‘vestem’ essas ‘máscaras de civilidade’] (...) Mas também significa uma cidade que se apresenta a seus residentes como um bem comum que não pode ser reduzido ao agregado de propósitos individuais e como uma tarefa compartilhada que não pode ser exaurida por um grande número de iniciativas individuais” (BAUMAN, 2000)⁴¹

Continuando o raciocínio, Z. Bauman afirma que há muitos lugares nas cidades que podem ser considerados “espaços públicos”, porém, dentre eles, alguns carregam características de espaços “civis”, outros de espaços “não-civis”.

Sobre esses espaços, a que nomeia “não-civis”, o autor elenca duas categorias. A primeira é a dos (1) “espaços interditórios” (ou “êmicos”, ou ainda “espaços de impedimento”). A segunda são os (2) “espaços de consumo” (ou “fágicos”).⁴²

O exemplo oferecido sobre a primeira categoria, aquela dos “espaços-não-civis-interditórios” (êmicos), é a praça *La*

⁴¹ Aqui há relação com os usos das calçadas e sua importância para a educação civil de crianças, como apontado pelos escritos de Jane Jacobs, em *Morte e Vida de Grandes Cidades*.

⁴² Os termos “êmico(a)” e “fágico(a)” serão tratados mais adiante.

Défense, em Paris. O que a caracteriza como espaço-interditório (impeditivo), segundo o autor, é a falta de hospitalidade; ali “não há bancos nem árvores”; trata-se de uma zona de única função (de um único tipo de uso: apenas escritórios); é um local estritamente de passagem, que não convida à permanência das pessoas e que está apartado do restante da malha urbana para quem se desloca a pé pela cidade. Zonas estritamente corporativas ou de escritórios tendem a se esvaziar de pessoas ao fim da jornada de trabalho (e permanecem vazias por todo o intervalo entre um expediente diário e o expediente do próximo dia). Isso é uma situação recorrente em vários sítios e em várias cidades de países distintos⁴³.

Para a segunda categoria, dos (2) “espaços de consumo” (“fágicos”), Z. Bauman oferece diversos exemplos: casas de concertos, pontos turísticos, shoppings centers. O que os caracteriza como “espaços-não-civis” é o fato de que, em-

⁴³ Poderia-se tomar como exemplo a região central do Rio de Janeiro, nos arredores do Palácio Gustavo Capanema (antigo prédio do Ministério da Educação e Saúde – MES), local de uso predominantemente corporativo (escritórios) que se esvazia durante a noite e aos fins de semana.

bora sejam locais habitados, ali, porém, não se desenrolam “interações sociais reais”; ações são diferentes de interações; compartilhar o espaço físico por meio de ações similares surte o efeito de legitimar o ato, esse fenômeno é apelidado de “aprovação do número” (se todas essas pessoas ao meu redor estão fazendo isso, eu também vou querer fazer isso, vou assumir que posso fazer isso, e vou, então, fazer igual – uma espécie de efeito manada). Entretanto, apesar de parecer um ato coletivo por estarem, essas pessoas, no mesmo espaço, o consumo é, nas palavras de Z. Bauman, “um passatempo individual”. Assim, lugares de consumo coletivos não têm nada de coletivos. Outras características desses espaços-de-consumo que não são civis, é que eles são uma “ilha de ordem”, um espaço falsamente democrático, livre de mendigos e com acesso seletivo; ademais, segundo o autor, as pessoas não vão ali para socializar e, levam consigo, desde casa, as suas próprias companhias (BAUMAN, 2000).

Por todas essas características, esses espaços de consumo, não-civis, fazem brotar em seus usuários uma sensação de comunidade, pois ali se forma um grupo de pessoas relativamente homogêneo (um grupo de pessoas “socialmente

iguais”). Nesse sentido, espaços de consumo são espaços onde se busca o ideal de “pureza”, de homogeneidade social (BAUMAN, 2000).

Zygmunt Bauman retoma a antropologia de Claude Lévi-Strauss para falar sobre estratégias usadas no estudo da alteridade. Segundo Lévi-Strauss há duas maneiras de se considerar “os outros” (outros povos, outras culturas, filosofias, seres).

A primeira é a estratégia antropeômica (êmica) que se refere ao ato de regurgitar (vomitar ou cuspir) os outros, os estranhos. Socialmente essa estratégia consiste em impedir: contato; diálogo; interação social; comércio; comensalidade (associação, cordialidade, auxílio); matrimônio. Em caso extremo, a estratégia “êmica” significa encarcerar, deportar ou matar indivíduos. Outras características da estratégia êmica são: separação social; criação de guetos; acesso seletivo a espaços; impedimento de uso. Em resumo, a estratégia “êmica” tem como objetivo maior “aniquilar corpos” estranhos, aniquilar “os outros”, aniquilar “aqueles que são diferentes de nós” (exemplo de espaço êmico: *La Défense*, Paris).

A segunda estratégia para lidar com a alteridade (“os outros”) é chamada antropofágica (“fágica”) que significa, em oposição à primeira: digerir, metabolizar, fazer com que a matéria de outros corpos se funda à (ou se transforme na) mesma matéria dos “nossos corpos”. Segundo Z. Bauman, essa estratégia se deu historicamente a partir de cruzadas culturais, guerras contra costumes, guerras contra cultos (e crenças).

Portanto, enquanto a estratégia “êmica” tem por objetivo aniquilar *corpos*, a estratégia “fágica” tem por objetivo aniquilar *diferenças* – aniquilar costumes, culturas, crenças distintas “das nossas” (como nos “espaços de consumo”).

Em nossas cidades, essas estratégias “êmica” e “fágica” são utilizadas para enfrentar “a chance de encontrar estranhos”. E essa “chance de encontrar estranhos” é, precisamente, o que constitui aquilo a que chamamos “urbano”. Portanto, o urbano só pode ser *mistura*; o urbano só pode ser *plural*. (SENNETT, in BAUMAN, 2000).

Jane Jacobs entre 1958 e 1961 já havia compreendido que a potência (ou o “sucesso”) das cidades, e, essencialmente, das grandes cidades, estava mesmo em sua “diversi-

dade urbana”. Isso fica evidente pelo esforço e pela efetiva realização da autora de identificar e compilar aquilo a que chamou “geradores de diversidade urbana”, em seu livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*.

Zygmunt Bauman retoma Richard Sennett e o conceito da *civilidade*. É um grande desafio para as sociedades desenvolver e manter os hábitos da civilidade. Se esses hábitos são pouco desenvolvidos numa determinada sociedade, isso requer medidas que sejam auxiliadas pelos poderes administrativos daquele sítio.

De volta aos espaços. De acordo com Z. Bauman, a criação dos citados espaços-públicos-não-civis das categorias (1)espaços-interditórios (praça *La Défense*, Paris) e (2)espaços-de-consumo (casas de concerto; shoppings centers), demonstram a “evidente falta de habilidades da civilidade” (BAUMAN, 2000).

Além dos espaços: (1)interditórios; (2)de consumo; Z. Bauman recorre ainda a outros autores para elencar mais dois tipos de espaços da contemporaneidade. São eles: o (3)“não-lugar” e os (4)“espaços vazios”.

Apoiado em Marc Augé (quem criou o termo “não-lugar”), Z. Bauman afirma que os não-lugares “desencorajam a ideia de estabelecer-se, tornando a colonização ou domesticação do espaço quase impossível”. Nas palavras de Z. Bauman:

O que quer que aconteça nesses ‘não lugares’, todos [aqueles que os habitam] devem sentir-se em casa, mas ninguém deve se comportar como se [estivessem] verdadeiramente em casa (...) um ‘não lugar’ é um espaço destituído das expressões simbólicas de identidade, relações e história: exemplos incluem aeroportos, autoestradas, anônimos

quartos de hotel, transporte público... Jamais na história do mundo os não lugares ocuparam tanto espaço. (BAUMAN, 2000).

Os *não lugares* não requerem domínio da sofisticada e difícil arte da civilidade, uma vez que reduzem o comportamento em público a preceitos simples e fáceis de aprender. Por causa dessa simplificação, também não são *escolas de civilidade*. E, como hoje ‘ocupam tanto espaço’, como colonizam fatias cada vez maiores do espaço público e as reformulam à sua semelhança, as *ocasiões de aprendizado*^{[44][45]} são cada vez mais escassas e ocorrem a intervalos cada vez maiores. (BAUMAN, 2000, p.131)⁴⁶

⁴⁴ No contexto do cotidiano, em Michel de Certeau: “*ocasião*” [de aprendizado / de manutenção e criação da civilidade]: “[o fraco] tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar o fraco deve tomar partido de forças que lhe são estranhas. Ele consegue em *momentos oportunos* [kairos] onde combina elementos heterogêneos [...], mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’. [...] “tornar ‘mais forte’ a posição mais fraca [...] possuir a arte de vencer o poder por uma certa maneira de aproveitar a ocasião” (Michel de Certeau, 2014, p.47);

⁴⁵ Enquanto no contexto da educação ou da “reeducação” e do cuidado humano, em Fernand Deligny: “*circunstância*”: “No que eu conto há duas partes: a que encontro aqui ou ali, traduzida em termos de boa vontade e de readaptação social, e devidamente castrada do essencial, que se encontra na outra parte, a qual teimo nomear, em rebatizar incessantemente de: as circunstâncias, o imprevisto, o qualquer coisa, o inédito, o alhures, obstinado em encontrar a palavra certa, que não se deixa submeter a uma lei, um serviço,

um estatuto, como aconteceu com tantas palavras-chave, uma palavra simples que lembre sem cessar que o homem é um caso de imaginação criadora e não de referência a leis, e que o criador, o pai e todo o resto pode ser qualquer um, é o outro e sou eu.” (Fernand Deligny, 2018, pp.150-151 – em: *Os vagabundos eficazes: operários, artistas, revolucionários: educadores*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

⁴⁶ Famílias e indivíduos buscam empregos em grandes cidades. Isso cria movimentos, abandonos, instabilidade e desenraizamento. Assim, os não-lugares dominam boa parte dos espaços em que vivemos. E assim, também, esses novos habitantes encontram diferenças (culturais, sociais...) em excesso nos lugares onde desembarcam, o que dificulta o desenvolvimento e fortalecimento de redes horizontais de resistência, frente à verticalidade, pois não há tempo suficiente para desenvolvê-las – seja porque essas pessoas se mudam com frequência, seja porque não possuem tempo para socialização,

As calçadas de grandes cidades poderiam ser exemplos opostos aos “não-lugares”. A perspectiva de Jane Jacobs sobre as “calçadas” de Nova Iorque – e de outras cidades grandes norte-americanas – é similar ao que Bauman chama de “escola de civilidade”. Segundo J. Jacobs, nas calçadas as crianças podiam sempre aprender o que é civilidade (sozinhas, ou por vezes guiadas e acompanhadas por seus pais) por meio dos contatos e encontros fortuitos com vizinhos repletos de diferenças – fossem idosos, adultos, mulheres, homens, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, pansexuais, judeus, afro-descendentes, anões, anãs, advogados, comerciantes, músicos, assistentes sociais e tudo mais que se poderia aqui incluir na categoria de “gente”⁴⁷.

Ao sair à calçada e colocar o lixo para a coleta; ao observar os jovens caminhando até a escola, ou adultos caminhando ao trabalho, passeadores de cães, por todos esses

em suas rotinas aceleradas em busca de trabalho e de renda, num mundo frenético, individualista, e extremamente desigual;

⁴⁷ Aqui vale a lembrança do filme “Bacurau”, título que se refere ao nome de uma pequena cidade, sobre o diálogo didático transcrito a seguir; ante a pergunta de forasteiros: “quem nasce em Bacurau é o quê?”, uma criança responde: “É gente.”

contatos variados, múltiplos, distintos, se institui o que J. Jacobs chamou de “balé complexo [...] da boa calçada urbana” (JACOBS, 2014, p.52).

As ruas das cidades servem a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas – a parte das ruas que cabe aos pedestres – servem a muitos fins além de abrigar pedestres. Esses usos estão relacionados à circulação [...] e cada um é [...] tão fundamental quanto a circulação para o funcionamento das cidades. [...] Manter a segurança urbana é uma função fundamental das ruas das cidades e suas calçadas [...] As cidades grandes por definição são cheias de desconhecidos ⁴⁸ [...] Encorajar as forças viáveis para a preservação da segurança e da civilização nas cidades que temos [...] (JACOBS, 2014 [1961], pp.29–32)

Trata-se, portanto, de dar suporte à essas ações, ocupações, apropriações espontâneas que ajudam a construir a civilidade e a cidadania –por exemplo, por meio das atividades de projetar, de construir e de equipar espaços públicos

⁴⁸ Ou “estranhos” nas palavras de Richard Sennett e Zygmunt Bauman.

com o intuito de torná-los espaços-públicos-civis, para usar o termo de Z. Bauman, espaços públicos que criem oportunidades de encontros entre desconhecidos.

“A vida na rua [...] não nasce de um dom ou de um talento desconhecido deste ou daquele tipo de população. Só surge quando existem as *oportunidades concretas, tangíveis*, de que necessita. Coincidentemente, são as mesmas oportunidades [...] necessárias para cultivar a segurança nas calçadas. Se elas não existirem, os contatos públicos nas ruas também não existirão”. (JACOBS, 2014 [1961], p.75)

Essas *oportunidades* são múltiplas e complexas e abrangem, obviamente, em primeiro lugar: a proximidade física entre as pessoas; em segundo lugar: a diversidade sócio-cultural-funcional entre essas pessoas; em terceiro lugar: disponibilidade de tempo para que os habitantes possam fruir nesses espaços e usufruir deles; e, em quarto lugar, a disponibilidade

⁴⁹ Seria possível ainda abordar a ideia de “Ocasão” [oportunidade] presente nos textos de Michel De Certeau e estabelecer um contraponto com a ideia de “Circunstância” presente nos textos de Fernand Deligny (outro pensador francês); a partir das ideias de “*ocasião*” e de “*circunstância*”, poderia também ser desenvolvido um paralelo

de espaços adequados a encontros, mesmo que sejam encontros rápidos, fortuitos, informais. Zygmunt Bauman suscita esta quarta condição, reforçando o argumento: o autor insiste na *necessidade de espaços adequados para o desenvolvimento das difíceis habilidades da civilidade*⁴⁹.

Por fim, Z. Bauman trata dos “espaços vazios”, termo criado por Jerzy Kociatkiewicz e Monica Kostera. Nos “espaços vazios” as diferenças são tornadas invisíveis. São espaços que não fazem sentido ou que não têm sentido. São vazios de significado.

“[os espaços vazios] são, podemos dizer, lugares que ‘sobram’ depois da reestruturação de espaços realmente importantes: devem sua presença fantasmagórica à falta de superposição entre a elegância da estrutura e a confusão do mundo (qualquer mundo, inclusive o mundo desenhado propositalmente), notório por fugir a classificações cabais. Mas a família dos espaços vazios não se limita às sobras dos projetos arquitetônicos e às margens negligenciadas das visões do urbanista.

com os conceitos de “*obra aberta*” (de Umberto Eco) e de “*cidade aberta*” (de Richard Sennett) por se considerar que tanto *ocasião* quanto *circunstância* são oportunidades no tempo-espaço para que “*obras abertas*” (incluída a cidade) se realizem.

Muitos espaços vazios são, de fato, não apenas resíduos inevitáveis, mas ingredientes necessários de outro processo: o de mapear o espaço partilhado por muitos usuários diferentes.” (BAUMAN, 2000, p.132)

Ainda sobre os “espaços vazios”, se são vazios pois não fazem sentido para alguém, é porque as cidades, principalmente as cidades grandes, nas palavras de Z. Bauman: “têm muitos habitantes, cada um com um mapa da cidade em sua cabeça. Cada mapa tem seus espaços vazios, ainda que em mapas diferentes eles se localizem em lugares diferentes... O vazio do lugar está no olho de quem vê e nas pernas ou rodas de quem anda” (BAUMAN, 2000).

ESPAÇO VAZIO E “ESPAÇO-LIXO” como resultado da modernização

Ainda sobre a reflexão de “espaços-vazios”, o arquiteto Rem Koolhaas cunhou um termo que pode estar relacionado ao “espaço-vazio” de que fala Zygmunt Bauman à luz de Jerzy Kociatkiewicz e Monica Kostera. O termo cunhado por R. Koo-

lhaas é o “espaço-lixo” (*Junk-space*) e tem origem no “lixo-espacial” (*Space-junk*) que os humanos criaram a partir de objetos lançados em órbita –como satélites de exploração ou de comunicação– e que se tornam obsoletos com o passar do tempo, mas não podem ser resgatados da órbita de volta à Terra. Nas palavras de R. Koolhaas, em tradução livre:

“Se *space-junk* [lixo-espacial] são os detritos humanos que preenchem o universo [a órbita –fora– do planeta Terra], *junk-space* [espaço-lixo] é o resíduo que a humanidade deixa *no* planeta. O produto construído da modernização não é a arquitetura moderna, mas o Junk-space [espaço-lixo]. Junkspace [espaço-lixo] é o que resta após a modernização terminar ou, mais precisamente, o que *coagula enquanto a modernização está em andamento*, suas consequências. A modernização tinha um programa racional: compartilhar as bênçãos da ciência, universalmente. Junkspace [espaço-lixo] é sua apoteose, ou colapso... embora suas partes individuais sejam o resultado de invenções brilhantes, planejadas com lucidez pela inteligência humana, impulsionadas por computação infi-

nita, sua soma representa o fim do Iluminismo, sua ressurreição como farsa, um purgatório de baixo grau...”⁵⁰

Pode-se dizer que o “espaço-lixo” (Junk-space) é algo como o efeito colateral da modernização excessiva, representado pela soma dos edifícios e espaços construídos e suas sobras (as sobras são os vazios, se pensamos em cheio *versus* vazio, ou em construído *versus* não-construído). Ou, em resumo, o efeito colateral materializado da modernização levada às últimas consequências. Podemos imaginar exemplos como baixios de pontes, alças e margens de rodovias e ferrovias, entornos de pólos industriais, entornos de espaços para grandes eventos como feiras internacionais, entornos de estádios para esportes, entornos de zonas olímpicas, pátios de manobras para trens, entornos de portos e de aeroportos, entornos de condomínios fechados, vazios nos arredores de conjuntos habitacionais, etc.

⁵⁰ Tradução livre do autor, a partir do site do escritório de arquitetura OMA, fundado por Rem Koolhaas: Disponível em: <<https://oma.eu/publications/junkspace>>; Acesso em 16/03/2020.

AMBIÊNCIA: o espaço complexo das situações urbanas

Ambiência é algo diferente de meio ambiente de acordo com Jean Paul Thibaud. Para pensar espaços urbanos a partir da ótica das ambiências, o autor indicou que é preciso ir além de questões puramente técnicas, e evocou expressões como “instalar atmosferas”; “ecologia do sensível”; “ambientação dos espaços urbanos”.⁵¹

Vimos como o conceito de lugar foi composto no âmbito teórico da arquitetura e do urbanismo considerando a complexidade de fatores que formam os espaços urbanos, em oposição à visão simplificadora modernista. Assim como o conceito de *lugar* carrega em si esta complexidade –pois representa algo maior ou mais profundo do que o espaço construído e seus objetos, ao abarcar as relações entre os seres e esses objetos, que por sua vez suscitam fatores históricos e de memória–, de mesmo modo o conceito de ambiência se constitui a partir de uma rede de relações, ou de entrelaçamentos de

⁵¹ JEAN PAUL THIBAUD. “O *devir ambiente do mundo urbano*”. In: Revista Redobra, nº 9, UFBA, 2012. Disponível em <http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_O-devir-ambiente-do-mundo-urbano.pdf>; Acesso em 17/06/2020.

relações e, desse modo, também se opõe à visão simplista dos espaços urbanos. (Talvez o conceito de ambiência leve adiante a ideia de lugar no espaço urbano, ampliando o seu significado e somando novos aspectos ou camadas àquela ideia de lugar cunhada na década de 1960.)

Tendo isso em vista, Jean Paul Thibaud, ao invés de buscar simplesmente definir o que são ambiências, preferiu apontar “cinco operações que são postas em marcha” para compor o que chamou de “ambientação dos espaços urbanos”.

A primeira “operação” diz respeito a “instaurar o sensível como campo de ação” na criação de espaços urbanos. Isso significa “sensibilizar” os espaços habitados, por meio dos sentidos humanos, a partir do ar, do cheiro, da luz, do som e etc. Para que isso possa acontecer, Jean Paul Thibaud destaca a presença ativa do *médium*. O médium, ou meio, é justamente o “quando e onde” o habitar urbano acontece. Nas pa-

⁵² Massimo Cacciari, em *A cidade* (2010), defende ideia semelhante.

lavras do autor: “o médium é aquilo a partir do qual percebemos... Partindo do médium, o design urbano se debruça não apenas sobre os objetos, mas sobre o que há entre os objetos” – poder-se-ia dizer nas relações entre eles (THIBAUD, 2020).

Desse modo, Thibaud suscita a criação de “atmosferas sensíveis”, a instauração do “domínio do sensível”. Para ele, trata-se de criar as condições de uma cidade habitável para todos – assim como sugeriram noutros momentos Jane Jacobs e Zygmunt Bauman⁵², por exemplo, ao alertarem para a necessidade de espaços urbanos convidativos, cuidadosamente criados; – portanto, a partir da consideração do sensível é possível ambientar uma espaço.

A segunda “operação” se refere a “compor com tons afetivos”. Neste ponto, J. P. Thibaud nos propõe “introduzir o plano afetivo na composição dos espaços urbanos”. Segundo o autor, deve-se considerar o valor afetivo dos espaços urbanos⁵³. Henry Lefebvre defendeu a prevalência do “valor de uso”

⁵³ Essa ideia de “valor afetivo” do espaço urbano se aproxima do conceito de “amabilidade urbana” proposto por Adriana Sansão Fontes (2013), citado noutro ponto deste trabalho, que defende o arranjo de “espaços coletivos mais amáveis”.

de um território ou espaço (ou seja: seu uso e ocupação), em contraponto ao “valor de troca” (ou de compra e venda) da lógica capitalista; neste ponto, por sua vez, Jean Paul Thibaud evoca o “valor emocional” (“valor afetivo”) de um território, quando fala de um “território com caráter”. Para o autor o *médiu*m não é neutro e a palavra chave para compreender isso é a “ressonância”, ou seja: como o território ressoa em nós? Pois nós “vibramos com o médium”, assim, o *médiu*m (ou “meio”) nos afeta. Portanto, trabalhar com o valor afetivo é também “ambientar” um espaço.

Segundo Thibaud, é possível ambientar um espaço, por exemplo, a partir da “programação do festivo”⁵⁴ ou da “integração da segurança”. E cada uma dessas maneiras de ambientar carrega o que o autor nomeou como uma “ecologia” própria. Na “programação do festivo” estaria em voga a “ecologia do encantamento”, enquanto na “integração da segurança” estaria em voga a “ecologia do medo”. São duas maneiras de ambientar espaços urbanos, logo são também dois olhares distintos, ou, duas estéticas. Thibaud defendeu que a estética

⁵⁴ A “festa”, no contexto dos estudos sobre o urbano, já foi tratada por Henry Lefebvre (1968) e por Adriana Sansão Fontes (2013).

deve ser considerada uma dimensão da governança urbana. A *ressonância*, aponta o autor, possui duas faces: de um lado a *consonância* (um vibrar harmonioso) e, de outro, a *dissonância* (um vibrar conflituoso). Trata-se, portanto, de emoldurar as maneiras de sentir coletivas.

A terceira “operação posta em marcha” para a ambientação de um espaço urbano diz respeito a “dar consistência às situações urbanas”. De acordo com Thibaud, “uma ambiência é necessariamente complexa”. Portanto, o autor se questiona “como caracterizar um lugar a partir desse conjunto complexo de características?”. A chave, para ele, está na “coalescência” –ou, noutras palavras, na aglutinação ou na aderência (soma)– dos vários fatores que constituem uma situação urbana. Para perceber ambiências é preciso notar atentamente os laços ou vínculos que são tecidos num território e que criam, assim, uma “consistência interna” àquela situação (urbana).

Um exemplo apresentado por Thibaud é a ambientação de *shopping centers* (centros de compras) que é feita para que o habitante (consumidor) se esqueça da passagem do

tempo e que se esqueça até mesmo de que existem ambientes externos. Outro exemplo citado pelo autor é o piso liso do museu do Louvre, em Paris, que se faz sensível e audível por sua lisura – os habitantes-passantes do museu deslizam seus pés, arrastam os calçados, criando sons e ritmos que caracterizam aquele espaço, criando uma ambiência-situação. Thibaud anota que em espaços abertos (livres: calçadas, por exemplo) permitem práticas variadas, sem regras, enquanto que, os espaços fechados são mais condicionantes, mais regrados – talvez estéreis, ou inibidores de usos criativos indeterminados.

Neste ponto, o autor cita o antropólogo Gregory Bateson que propõe, neste contexto, algo como uma “ecologia da flexibilidade”, aparentemente relacionada a esses espaços abertos, livres e com usos pouco ou nada determinados; essa “ecologia da flexibilidade” faz lembrar a distinção elaborada pelo sociólogo Zygmunt Bauman entre, de um lado, espaços-civis (mais sujeitos aos acasos e indeterminações da vida cotidiana) e, de outro, espaços-não-civis (esses mais controlados, onde há menos oportunidade para a espontaneidade de usos variados).

A quarta, dentre as cinco operações para a ambientação, se refere a “manter os espaços ao longo do tempo”. Isso significa prestar atenção a aspectos ordinários dos espaços urbanos. Essa operação pode se dar, em primeiro lugar, ocasionalmente, por meio de eventos ou festas; ou, em segundo lugar, pode estar intrincada nos hábitos de quem estabeleceu vínculos mais profundos e duradouros com um território específico. Essa segunda maneira de “manter espaços” é considerada por Thibaud como “manutenção” e está relacionada a cuidados corriqueiros dos espaços urbanos como, por exemplo, o ato de posicionar o lixo para a coleta pública, ou cuidados com áreas ajardinadas em passeios públicos. De acordo com Thibaud essas ações cotidianas criam ambiências mutantes no longo prazo. A manutenção significa, basicamente, cuidar dos espaços urbanos (públicos ou não) com carinho, como espaços seus. Como citado anteriormente, essa ideia de manuten-

ção se assemelha bastante à ideia do que é o habitar para Martin Heidegger, retomado por Rivas Sanz: habitar é “dispor e preservar: tomar o mundo sob seu próprio cuidado”⁵⁵.

A quinta e última operação para a ambientação se refere a “apostar nas transformações imperceptíveis”, por meio da imersão do habitante no espaço a tal ponto que se cria uma “impregnação”. Dessa maneira, ambientar significa produzir impregnação; e esse processo de produzir impregnação –por meio do habitar– está fortemente relacionado a fatores como o tempo, a lentidão, a constância e o sentir (THIBAUD, 2020).

A esta altura, no contexto dos espaços urbanos, Thibaud fez a distinção entre injunção –ou imposição– e convite. De um lado está a injunção: algo imposto, impositivo, uma imposição, obrigação ou obrigatoriedade, diretamente relacionada a regras e normas; enquanto do outro lado está o convite. A injunção (imposição) surge de constrangimentos, deveres, regras. De modo diferente, o convite leva à impregnação e,

⁵⁵ JUAN LUIS DE LAS RIVAS SANZ. “*El espacio como lugar: sobre la naturaleza de la forma urbana*” – livro da Série Arquitectura y Urbanismo, nº 18. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidade de Valladolid, D. L., ed. 711, 1992; p. 20.

esta, por sua vez, surge do sutil – ou do campo das sutilezas. A impregnação surge também a partir de algo que caracteriza o lugar: algo já presente, que quase não se nota –um odor, ou um pequeno ruído fraco e constante, como indica Thibaud. No contexto do convite, o autor retomou J. Gibson, quem lançou mão do termo *affordance* –ou “disponibilidade”, numa tradução livre– que significa afirmar que numa determinada situação (urbana) há recursos abertos (convidativos) para a ação do habitante. Thibaud cita o exemplo do cheiro do pão fresco que nos convida a entrar numa padaria, ou ainda, a música ao vivo nas ruas, que nos convida a parar para ouvir. Desse modo, o convite se aproxima à ideia de ocasião⁵⁶: uma combinação de fatores que pode significar uma oportunidade.

A ideia de impregnação, portanto, está relacionada à duração de algo –à persistência; ou à permanência– num determinado espaço e tempo (como sugeriu M. Heidegger).

⁵⁶ A ideia de “ocasião” foi abordada por Michel de Certeau, em “A invenção do cotidiano”, como uma oportunidade para a ação tática astuta de um habitante desprovido de poder (“fraco”) – no contexto do cotidiano, encarado por meio da perspectiva de guerra.

Embora Thibaud tenha buscado não descrever simplesmente o que é a ambiência, ao fim de se sua apresentação o autor não resiste ao impulso de sintetizar, de certo modo, a ideia de ambiência como algo que “dá o tom aos territórios”, a partir da valorização do “potencial afetivo dos meios ambientes cotidianos”.

Apresenta-se a seguir, uma breve descrição da ideia de ambiência, a partir de artigo de Cristiane Neves da Silva:

O conceito de ambiência engloba o ambiente construído em conjunto com os efeitos subjetivos que este induz no comportamento dos indivíduos. Nos estudos de ambiência não se considera simplesmente a composição do espaço, mas a inter-relação deste com a experiência sensível que é ocasionada nos sujeitos que o habitam. O uso do termo no plural é decorrente da associação do espaço a várias ambiências, de acordo com as condi-

ções físicas, psicológicas, ambientais, temporais, culturais ou quaisquer outras, que possam influenciar a subjetividade dos indivíduos e mudar a percepção a cada momento ou situação (9)^{57 58}

O conceito de ambiências e a apresentação dessas operações “ambientadoras” criam um contexto amplo que, primeiramente, desvenda a complexidade da percepção do urbano e que, num segundo momento, serve como pano de fundo para a compreensão da ideia de apropriação dos espaços urbanos públicos. Por sua vez, o conceito de “apropriação” foi trabalhado por Adriana Sansão Fontes (2013) e será abordado no terceiro capítulo deste trabalho.

⁵⁷ Indicação de nota de rodapé feita por C. N. Da Silva, assim especificada: “Refere-se aos seguintes textos: GRAEFF, Bibiana. A pertinência da noção de ambiências urbanas para o tema dos direitos dos idosos: perspectivas brasileiras. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, n. 17, Rio de Janeiro, 2014, p. 611-625. <<http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v17n3/1809-9823-rbagg-17-03-00611.pdf>>; ROLIM, Eliézer. A percepção do espaço urbano - estudo das ambiências urbanas architecturales. In *Anais do IV Seminário internacional URBICENTROS 4*, João Pessoa, dez. 2013

<<http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/2014/09/Artigo-URBICENTROS-4.pdf>>.” [Acessos: 18/06/2020]

⁵⁸ Cristiane Neves da Silva. *Aspectos subjetivos dos ambientes de atenção à saúde e sua relação com o ambiente construído*. In: Revista científica “Arquitextos”, publicada pelo Portal de arquitetura e urbanismo Vitruvius; Código da publicação: 212.05; “ambiência”; ano 18, jan. 2018. Disponível em < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.212/6867> > Acesso: 18/06/2020.

PANDEMIA COVID-19: TECNOLOGIA E CONTROLE DOS CORPOS BIOLÓGICOS NOS ESPAÇOS-TEMPOS; super-vigilância⁵⁹ versus liberdade e privacidade

Quanto aos espaços públicos, se na década de 1960, Jane Jacobs defendia a vigilância natural, informal, não-institucionalizada; e se, nos anos 2000, Z. Bauman nos escreveu sobre o forte crescimento da vigilância institucionalizada e da expansão e proliferação dos espaços-não-civis; nesses nossos tempos de 2019 e 2020 outros fenômenos nos fazem refletir.

A pandemia do novo-corona-vírus (COVID-19) nos assusta. É algo que acontece no momento em que este trabalho está em produção. É cedo para formular conclusões, mas há quem construa observações acerca dos fatos muito recentes que envolvem os espaços públicos, espaços comuns, tempos comuns, valores comuns, coletivos, sociais, civis – como por exemplo, segurança, saúde, vigilância, controle, liberdade e privacidade.

⁵⁹ Reflexões sobre texto publicado no site do jornal El País, pelo filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, radicado em Berlim. – HAN, BYUNG-CHUL. *O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, se-*

Em artigo recente, publicado no site do jornal El País, o filósofo e ensaísta Byung-Chul Han comparou as ações de combate ao vírus feitas por países da Ásia *versus* países na Europa. Na opinião do autor, a Europa estava fracassando em combater o vírus, utilizando ferramentas ou ações ultrapassadas, como por exemplo, o fechamento de fronteiras. Ao comparar o movimento estatístico dos números de infectados e mortos e a velocidade no controle do Estado sobre as epidemias em cada local, o autor iniciou sua análise.

Para Han, a Ásia possui as seguintes vantagens: (1) mentalidade autoritária –herdada pelo confucionismo– em Estados como Japão, Coreia do Sul, China, Hong Kong, Taiwan e Singapura; (2) populações culturalmente mais obedientes do que na Europa; (3) a confiança da população no Estado, ali, é maior; (4) a vida, ali, está organizada mais rigidamente.

Um dos destaques apontados por Byung-Chul Han é o de que Ásia aposta fortemente no que ele chama de “vigilância digital” (algo de que nos falou Z. Bauman). Outro ponto forte é

gundo o filósofo Byung-Chul Han. – Disponível em: <<https://brasil.el-pais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>> Acesso:9/7/2020.

o *Big Data* (bancos de informações sobre a população a partir de redes: de internet, de transferências financeiras, e de telefonia celular; o *Big Data* já foi também objeto de estudo do arquiteto Rem Koolhaas e de seus parceiros de pesquisa). Para o autor sul-coreano, o *Big Data* pode ter um enorme potencial para combater a epidemia. Desse modo o combate na Ásia não é feito apenas por virologistas e epidemiologistas, mas, também, por profissionais de informática e de macro-dados digitais (*Big Data*). Trata-se afinal de controle de corpos. Pode-se dizer, assim, que o *Big Data* pode salvar vidas humanas.

Mas isso só é possível, pois, na Ásia, segundo Han, não há consciência crítica quanto à vigilância digital; e não há também o que chamamos de “proteção de dados”. Han afirma que, ali, “ninguém se irrita com o frenesi das autoridades em recolher [recolher] dados”.

Na China, criou-se um “sistema de crédito social”. A função desse sistema é valorar e avaliar exaustivamente todos os habitantes chineses – algo como o sistema de avaliação dos motoristas e dos usuários do aplicativo *Uber*. Quem respeita as

“regras sociais” ganha pontos ou estrelas. É um sistema que visa oferecer credibilidade num ambiente que se parece com um mercado de relações entre habitantes⁶⁰. Trata-se de um sistema de avaliação da conduta social de cada habitante.

A vida dos habitantes chineses é completamente observada e vigiada. Seja no universo virtual da internet, em compras ou redes sociais, seja nos espaços públicos totalmente vigiados por câmeras digitais ultra inteligentes que podem reconhecer faces e até medir a temperatura corporal.

Esse sistema de crédito social pode lhe ajudar a obter um visto de viagem, ou crédito financeiro com juros baixos – caso a sua “pontuação social” (nesse sistema) seja alta. Por outro lado, se sua “pontuação social” for baixa, por exemplo porque você criticou o governo em redes sociais, você pode vir a perder o seu emprego (cargo ou posto de trabalho).

O sistema funciona, pois, os fornecedores de internet e de telefonia móvel trocam dados intensamente com as autoridades chinesas. Novamente, ali não há proteção de dados; e

⁶⁰ Algo parecido com o que sugere a série audiovisual chamada *BlackMirror* – um sistema de pontuação social – um *ranking* social.

não há algo como “esfera privada”. São duzentos milhões de câmeras de vigilância em espaços públicos, lojas, ruas, estações de transportes e aeroportos. “Toda a infraestrutura para a vigilância digital se mostrou agora ser extremamente eficaz para conter a epidemia”, afirmou Han. Nas palavras dele:

Quando alguém sai da estação de Pequim é captado automaticamente por uma câmera que mede sua temperatura corporal. Se a temperatura é preocupante todas as pessoas que estavam sentadas no mesmo vagão recebem uma notificação em seus celulares. Não é por acaso que o sistema sabe quem estava sentado em qual local no trem. As redes sociais contam que estão usando até *drones* para controlar as quarentenas. Se alguém rompe clandestinamente a quarentena um *drone* se dirige voando em sua direção e ordena que regresse à sua casa. Talvez até lhe dê uma multa e a deixe cair voando, quem sabe. Uma situação que para os europeus seria distópica, mas que, pelo visto, não tem resistência na China.⁶¹

Outro argumento de destaque no artigo é o fato de que na Ásia “imperam o coletivismo”, segundo Han. Para ele há muito egoísmo no mundo, inclusive na Ásia, entretanto, afirmou que

⁶¹ Apesar da afirmação de Han, há relatos de que também em território europeu –a exemplo de Portugal–, “drones-vigilantes-falantes”

ali não há um “individualismo acentuado” como existe na Europa. (O individualismo exagerado é o que provocou a situação grave das sociedades contemporâneas *hipermodernas*, de acordo com Gilles Lipovetsky.) Isso dá a entender que na Ásia existe uma noção geral de coletivismo (entre a média das pessoas), uma ideia de que somos indivíduos inter-dependentes; ou seja: de que não podemos viver sozinhos; de que precisamos pensar e agir como um grande grupo, por meio de interesses comuns, para que estejamos todos bem.

Para Han, o *Big Data* é muito mais eficaz contra a epidemia do que o fechamento de fronteiras. Assim, o autor sugere que a proteção de dados na Europa dificulta o combate digital do vírus COVID-19. Como dito, na Ásia, em alguns Estados, os dados recolhidos pelos fornecedores de telefonia celular e de internet são compartilhados intensamente com os serviços de segurança oficiais e os ministérios de saúde.

Isso nos leva à uma questão séria, importante: nesse contexto, o Estado sabe *tudo* sobre um cidadão. Byung-Chul

estão sendo usados para inibir a presença e aglomeração de pessoas em espaços públicos, em abril de 2020. HAN; Op. Cit.

Han especula se, em breve, Estados poderão ter controle digital (ou ao menos conhecimento digital) sobre nossos corpos: temperatura corporal, peso, ou nível de açúcar no sangue, por exemplo. Se isso acontecer, nas palavras dele, será o tempo de uma “bio-política-digital” unida, por sua vez, à “psico-política-digital” que hoje já controla ativamente as pessoas.

Han afirma que, em Wuhan (cidade chinesa onde o vírus foi detectado originalmente), equipes de pesquisa digital procuram infectados a partir de dados técnicos, enquanto, na Europa, países fecham fronteiras, num esforço desesperado de demonstrar soberania. Para Han, talvez seja o caso de redefinir o que é soberania. Soberano, hoje, talvez seja quem dispõe de dados. Taiwan disparou mensagens SMS nos celulares de pessoas que tiveram contato com infectados; enquanto isso, a Coreia do Sul criou o aplicativo “Corona-App”, que mapeia edifícios “infectados” e dispara um alarme caso os habitantes conectados se aproximem de um desses edifícios. Assim, abre-se mão de privacidade e de liberdade. Há câmeras em todos os andares, escritórios, lojas e etc. “É praticamente

⁶² As “máscaras de civilidade”, citadas por Richard Sennett, aqui, agora, substituídas pelas “máscaras respiratórias da pandemia”

impossível se mover em espaços públicos sem ser filmado por uma câmera de vídeo”, aponta Han. Dados de celulares somados aos vídeos de câmeras permitem criar um perfil de movimento completo de uma pessoa infectada. Esses perfis de movimentações de infectados são publicados online. Han afirma que, assim, por exemplo, casos amorosos secretos podem ser revelados publicamente. No ministério da saúde da Coreia do Sul, há funcionários “rastreadores” (“*tracker*”) que assistem a vídeos, dia e noite, para completar o perfil de cada infectado e localizar quem teve contato com este.

Em relação às máscaras⁶² respiratórias: há máscaras simples que não protegem do vírus –pequeno demais– que atravessa as fissuras do tecido; e há máscaras especiais que filtram o vírus. Na Ásia, explica Han, o uso de máscaras é um hábito comum e encorajado pelo Estado. Na Europa, as pessoas não têm o hábito de usá-las e, culturalmente, consideram importante apresentar o rosto descoberto – há a ideia de que quem usa máscara é criminoso. A Europa –e países como o Brasil e os Estados Unidos da América– há tempos deixou de

(COVID-19). Máscaras para o *contato*, ou para o *encontro*, substituídas por máscaras para o *distanciamento*, o *afastamento*.

produzir máscaras em seu próprio território (além de muitos outros produtos) e transferiu essa demanda para a China. No momento de crise, devido à Pandemia, isso acarretou enorme falha no abastecimento de máscaras na Europa e em outros locais fora da Ásia. Segundo Han, o forte hábito de uso e a disponibilidade instantânea e abundante de máscaras fez a diferença quanto à redução de contágios na Ásia.

Sobre isolamento domiciliar – as chamadas quarentenas. Na opinião de Han, o isolamento não faz sentido enquanto aglomerações continuam a se formar nos ambientes dos transportes públicos em horários de pico. Nessas situações, dentro dos veículos coletivos é impossível manter as distâncias indicadas pelas instituições de saúde pública. Surge outra desigualdade: quem possui carro próprio está mais seguro, enquanto quem não pode possuir está mais vulnerável ao vírus.

⁶³ “Na verdade, a globalização faz também redescobrir a corporeidade. O mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes, revelam, por constante, no ser humano,

PÂNICO 1: EPIDEMIA – digital *versus* real; corpo e espaço como resistência

Segundo Byung-Chul Han, para lidar com a Pandemia, alguns governantes resgataram o termo “inimigo”. Trata-se agora de um inimigo invisível. Um vírus. Esse vírus trouxe a nós o choque da realidade materializada. Nas palavras de Han:

“a digitalização elimina a realidade, a realidade [agora] é experimentada graças à resistência que oferece [contra essa digitalização]... [o COVID-19] é um vírus real, e não um vírus de computador”

É um vírus real. Não há como negar os corpos dos doentes e dos mortos pelo Novo-Corona-Vírus, é esta a realidade que resiste à virtualidade da digitalização.

Milton Santos já havia constatado que a globalização nos faz redescobrir a corporeidade⁶³; Massimo Cacciari, por sua vez, afirmou (em “A Cidade”) que, apesar das “ilusões” da informática, nossos corpos ainda precisam se mover entre dois

o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender” (SANTOS, 2006, p. 314)

pontos no espaço... “quanto mais cresce a velocidade de informação, mais aumenta... o desejo de movimento físico e de ubiquidade [onipresença]... o espaço vinga-se imobilizando-nos nas cidades” por problemas de trânsito – lembremo-nos dos comuns, caros, insalubres e poluentes engarrafamentos (CACCIARI, 2010, p.42).

Queremos suprimir os espaços reais por meio da velocidade dos movimentos e pelo encurtamento (ou eliminação) dos tempos. Mas o espaço é real, é matéria, ele se vinga. M. Cacciari nos falou da imobilidade de nossos corpos nas cidades “pós-metropolitanas” – nossos corpos presos dentro dos automóveis nos engarrafamentos; o autor anota que “o espaço tornou-se apenas obstáculo... impedimento, maldição” (CACCIARI, 2010, pp.53-54) e defende que os habitantes das pós-metrópoles precisam de “lugares”, isto é, de espaços preenchidos de sentido por aqueles corpos vivos que os habitam.

[...] Mas por que é que precisamos de lugares? Por causa de algo que diz respeito à nossa dimensão física mais primitiva. [...] Será concebível um espaço-sem-lugar, sendo verdadeiro [...] que aquele lugar absolutamente primeiro, que é o nosso corpo, “resiste”? [...] é possível a eliminação do espaço enquanto formos corpos? [...]. Pedimos ao

mundo externo que se dissolva num mundo virtual, enquanto continuamos a ser o lugar do nosso corpo, alguns milhares de moléculas que nos compõem e que têm determinada forma espacial. (CACCIARI, 2010, pp. 36-47)

Zygmunt Bauman, como citado, já havia anunciado essa ideia, ao falar do espaço como resistência; do espaço a ser vencido, no contexto amplo da modernidade. (BAUMAN, 2000). Assim, a realidade é entendida como matéria física, como materialidade; é corpo; é espaço.

PÂNICO 2: epidemia e mercado financeiro mundial

Byung-Chul Han afirma que o pânico é inerente ao mercado financeiro mundial – noutras palavras, o mercado financeiro é sempre, em parte, panicoado. Han argumenta que, por isso, essa queda (ou quebra) provocada pela pandemia de COVID-19 aconteceria de qualquer maneira, com vírus ou sem vírus. É como se o mercado financeiro vivesse de crises –sempre esperando a próxima crise– porque, afinal, o pânico acontece justamente devido à estrutura insustentável desse mercado. Não é preciso ser gênio para notar.

Segundo Han, Slavoj Žižek (filósofo esloveno) afirmou que o vírus matará o capitalismo num golpe final. Para Han, isso não acontecerá. A China oferecerá seu modelo de super-vigilância como produto valioso ao Ocidente. O jogo seguirá. E os turistas também seguirão “pisoteando” a Terra. Nas palavras de Han: “é possível que chegue até o Ocidente o Estado policial digital ao estilo chinês”. Apoiado em Naomi Klein, o filósofo sul-coreano (Han) relembra que um momento de “comoção” é propício para novos sistemas de governo e, como exemplo, cita o que houve recentemente em Grécia e Coreia.

Tal cenário é alarmante para as liberdades públicas sociais, porém, a mensagem final do artigo de Han soa positiva:

“não podemos deixar a revolução nas mãos de um vírus... somos nós, pessoas... que precisamos repensar o capitalismo destrutivo, e nossa ilimitada e destrutiva mobilidade, para nos salvar, para salvar o clima e nosso belo planeta.”

⁶⁴ BYRNE, David. *The world is changing, so can we*. – Texto publicado no site *Reasons to be cheerfull*. Disponível em: <<https://reasonstobecheerful.world/the-world-is-changing-so-can-we/>>. Acesso: 9/4/2020. – David Byrne é músico e escritor, fundador da banda *Talking Heads* e do site *Reasons To Be Cheerfull* – ou “Razões para estar contente”, em tradução livre do autor. Escreveu, entre outros livros, “Diários de bicicleta” (Selo Amarilys, Ed. Manole, Barueri, SP, 2010), um elogio aos deslocamentos urbanos em *bikes* –e também

EM MEIO À PANDEMIA, O QUE É LIBERDADE? Coletivismo, co-habitação, espaços públicos e a mudança climática

Sobre proteção de dados, liberdade e maneiras de combater as epidemias, David Byrne⁶⁴ publicou texto recente que aborda questões similares àquelas abordadas por Byung-Chul Han. Byrne aponta que “a pandemia está revelando as diversas maneiras como nossas vidas estão entrelaçadas, mesmo que não percebamos”, e indaga: “será, esta, uma oportunidade para re-imaginarmos o que nós podemos ser como espécie?”.

Tanto Byrne, quanto Han, concordam que os vírus não reconhecem fronteiras e que, neste momento, nós devemos mostrar confiança uns nos outros. Ambos autores destacaram, também, ações exitosas de países asiáticos para conter o ví-

um manual para qualquer ciclista urbano–, em que compartilha anotações sobre jornadas ciclísticas por diferentes cidades ao redor do mundo –incluindo São Paulo–, comentando aspectos históricos e urbanísticos; colaborou também para medidas urbanísticas na cidade de Nova Iorque como o desenho de paraciclos para os bairros daquela cidade.

rus. Byrne aponta que Singapura, Taiwan e Coreia do Sul fizeram um ótimo trabalho em conter “essa coisa” e, assim, as crianças estão de volta às escolas, as pessoas estão novamente trabalhando, e cafés e restaurantes estão cheios de novo. Aos poucos, os mundos e as economias dessas pessoas estão voltando ao “normal”, ou àquilo que Byrne chama de “novo normal”. Afinal, o que é “normal” após esta pandemia?

Alguns desses países não hesitaram em iniciar ações para conter a Pandemia. Assim descreve Byrne:

[...] se alguma pessoa era testada como positivo [para o vírus COVID-19], logo era mantida em quarentena, e pelo uso de GPS e de dados de telefones celulares eram rastreadas as pessoas com quem o infectado havia tido contato; então essas pessoas eram da mesma maneira isoladas [...] ⁶⁵

Aqui há pontos em comum com o artigo de Han: o uso das redes de tecnologias de comunicação e a colaboração dos

habitantes em abrir mão da privacidade pessoal. Em outros casos, pessoas eram obrigadas a passar por testes de temperatura corporal antes de poder adentrar espaços públicos.

Enquanto Han contrapôs Ásia e Europa –num esforço de generalização–, Byrne preferiu manter o foco em ações exitosas, sem fazer distinção entre os continentes e, assim, descreveu o caso feliz de uma pequena cidade europeia, de nome Vò, na Itália⁶⁶. Após computar a primeira morte italiana pelo COVID-19, essa cidade testou cada um dos três mil habitantes para descobrir 89 pessoas infectadas. Então, absolutamente todos os habitantes foram mantidos em isolamento por nove dias. Após esse período, foram novamente feitos mais três mil testes que resultaram em apenas seis pessoas infectadas. Em seguida, apenas essas seis pessoas permaneceram em isolamento, enquanto todo o restante da cidade pôde retornar à vida normal em escolas, postos de trabalho, cafés e restaurantes e, assim, continuaram a pagar suas contas.

⁶⁵ Tradução livre do autor. Fonte: ver Referências.

⁶⁶ A história dessa cidade italiana chamada Vò, foi, segundo Byrne, publicada, originalmente, no site do jornal inglês The Guardian. Ver The Guardian. *In one Italian town, we showed mass testing could*

eradicate the coronavirus. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/mar/20/eradicated-coronavirus-mass-testing-covid-19-italy-vo>>. Acesso: 9/7/2020.

Mas qual foi o preço para o sucesso? As pessoas precisaram abrir mão de suas liberdades individuais e domésticas, enquanto as autoridades varreram praticamente todos os ambientes da cidade onde havia a confirmação do vírus. As autoridades utilizaram câmeras de vigilância e foram montadas equipes para rastrear todos os contatos pessoais os quais as pessoas infectadas haviam feito recentemente.

Segundo Byrne, habitantes de Taiwan, Coreia do Sul, Singapura e Vò, demonstraram boa vontade em compartilhar informação com as autoridades, tiveram que fazer sacrifícios pessoais e tudo aquilo que fosse necessário para que se pudesse atingir o “bem maior comum”. Byung-Chul Han jogou luz sobre a quebra de privacidade e sobre como isso é visto de modo distinto, culturalmente, ou habitualmente, entre Ásia e Europa. Para Byrne, este é um ponto chave para lidar com o vírus. A questão está colocada, é complexa e delicada, pois, aborda fatores como liberdade, compromisso individual para com o coletivo, responsabilidade civil e controle político dos corpos pelo Estado, entre outros.

De acordo com D. Byrne, alguns podem considerar invasivas essas medidas tomadas para conter a disseminação do vírus, mas acredita que o resultado das ações trouxe de volta aos habitantes a *liberdade*. Para Byrne, ter de volta a sua rotina, o seu trabalho, a sua saúde e segurança é o que pode –isso sim– ser chamado de serviço de Segurança Nacional. Então, lança uma série de perguntas. (1)Se esses lugares puderam fazer isso, porque nós [Byrne escreve a partir dos EUA] também não podemos? (2)Qual tipo de mudança em nosso pensamento é necessária para que isso aconteça? (3)Quanto nós estamos dispostos a abrir mão de nossos direitos e liberdades individuais em prol de um melhor sistema de saúde, de melhor segurança, de melhor seguridade econômica e de bem-estar, para todos, incluindo nós mesmos? E indaga: “somos um balde de caranguejos ou uma comunidade?” (invocando ao coletivismo, como o fez Han).

D. Byrne afirma que no passado fomos capazes de mudar hábitos mesmo que após um período de relutância. Em meados do século XIX, o médico Ignaz Semmelweis sofreu gozações por parte de colegas, quando afirmou que se os médicos lavassem as mãos antes de trabalhar com seus pacientes poderiam salvar

vidas. Logo essa tese foi comprovada e hoje é um hábito corriqueiro e primordial entre todos os médicos, e também um padrão social bastante disseminado. “Lave bem suas mãos com sabão”.

Portanto, Byrne acredita que o que acontece agora é uma oportunidade de aprender como mudar nosso comportamento. Segundo ele, para muitos de nós, a crença no valor de um bem coletivo sofreu forte erosão nas últimas décadas (Gilles Lipovetsky, por sua vez, narrou o fim da crença no progresso vindouro moderno e nas instituições fortes – Estado, Igreja, etc.; e o fim da esperança no futuro, que culminou num presentismo exacerbado e num individualismo excessivo).

Mas, para Byrne, em momentos de emergência, isso pode mudar rapidamente. Um exemplo é a Grande Depressão (1929), quando novas regras para proteção da população mais vulnerável foram introduzidas. Isso foi aceito pois era necessário para estabilizar a sociedade e colocar a vida de volta nos trilhos. Portanto, em emergências, cidadãos podem, de repente, cooperar e colaborar. Mudanças podem acontecer.

Byrne aponta que nós teremos que trabalhar juntos, enquanto o aquecimento global aumenta rapidamente. Se, por um

lado, perante a pandemia, Slavoj Žižek vislumbrou o fim do capitalismo e, por outro, Byung-Chul Han acredita na contínua expansão de tal sistema, David Byrne, por sua vez, considera que, para que o capitalismo sobreviva, –em qualquer forma possível, durante e após esta pandemia (COVID-19)–, nós teremos que ser “um pouquinho mais socialistas”.

Então, o autor acredita que aqui está uma chance para vermos as coisas de modo diferente –enxergar que nós realmente estamos todos conectados– e ajustar nosso comportamento de acordo com isso. Mas, questiona: “será que nós estamos dispostos a isso? Será este momento uma oportunidade para ver quão interdependentes nós somos uns dos outros? Será que faremos nossos sacrifícios para podermos viver num mundo diferente e melhor do que aquele em que vivemos hoje?”.

Estamos distantes de testar todas as pessoas assintomáticas, mas uma mudança na maneira de entender nossos vizinhos poderia criar o terreno para a ação coletiva que precisaremos organizar para lidar com outras crises globais. David Byrne encerrou seu artigo afirmando que “o tempo para perceber o quão conectados nós todos estamos é agora”.

Coletivismo, união, fraternidade e mudança de paradigma é o que propõe David Byrne para enfrentarmos esta e as próximas crises globais, enquanto Byung-Chul Han nos convoca –os humanos– a fazer uma revolução. Ambos anunciam a maior crise humana que está em curso, a crise ecológica planetária: o aquecimento global.

A AMEAÇA DA “CONTRA-CIDADE”

Será possível traçar um paralelo entre a Pandemia de Covid-19 e a Peste como tratada por Michel Foucault? Segundo Fabián Ludueña Romandini⁶⁷, Michel Foucault esclareceu que durante a disseminação da Peste, a instauração do Estado de exceção e as consequências disso fizeram surgir o que o filósofo francês chamou de “contra-cidade”. Para Romandini, durante a Pandemia do Covid-19, essa “contra-cidade” é “procurada e perseguida com afinco”. Isso quer dizer que cidadãos se sujeitam a abrir mão da liberdade em prol do controle frente à ameaça de

⁶⁷ FABIÁN LUDUEÑA ROMANDINI. *A peste e o fim dos tempos*. Tradução de Maurício Pitta. – Texto publicado no site da editora n-1.

morte. Por isso, F. L. Romandini anuncia a chegada inevitável de uma “Nova Ordem Mundial”, do Apocalipse maior já vivido, no sentido mais original da palavra “Apocalipse”. Para ele, o Ômega (o fim) já está. E vem aí a “anti-vida”, a partir da chantagem do Poder que anuncia: “quarentena ou morte... o confinamento em vida ou a morte em liberdade”. É a escolha que se sugere à “massa permeada pelo discurso hipermoderno”.

As afirmações de Romandini provocam desconforto e reflexão quando pensamos em liberdade nos espaços-tempos coletivos públicos urbanos. Para fazer frente à ameaça da “contra-cidade”, tanto o filósofo Byung-Chul Han quanto o artista David Byrne apostam no coletivismo, em oposição ao hiper-individualismo que caracteriza a modernidade recente (como apontou Gilles Lipovestky). Surgem dúvidas: como nossas sociedades hiper-modernas e hiper-desiguais podem encontrar um equilíbrio entre o compartilhamento de informações pessoais (individuais) e os valores caros da liberdade, da privacidade, da saúde e da segurança? O que é, afinal, aquilo que nomeamos de “bem comum”? E como podemos garanti-lo a todos os seres vivos?

Disponível em: < <https://n-1edicoes.org/034> >, acesso em 1 de junho de 2020.

2.

TEMPO

[...] Ele gostou de Atlanta. Diferente de Chicago, o ritmo da vida diária era humano ali. Aparentemente havia tempo nessa cidade. Tempo para enrolar um cigarro sem pressa, tempo para examinar os legumes com olho de lapidador de diamantes. E tempo para velhos se reunirem na frente de uma loja e não fazerem nada além de ver seus sonhos passarem [...]

[...] O relógio Bulova ainda estava ali. Sem eixo, sem ponteiros – do jeito que o tempo funcionava em Lotus, puro e não sujeito à interpretação de ninguém. [...]

Toni Morrison, “Home”, 2012
(“Voltar para casa”, Editora Companhia das Letras, 2016)

Eu vos confesso, Senhor, que mesmo hoje ainda ignoro o que é o tempo; mas vos louvo, Senhor, pelo fato de saber que estou fazendo esta confissão dentro do tempo, e por minha constatação de que dentro do tempo estou falando sobre o tempo com tanta extensão, e por saber que a própria “extensão” só é extensa porque o tempo tem passado enquanto isso.

Santo Agostino, Confissões.
(in: Por que o tempo voa, de Alan Burdick, 2020 [2017])

Penso que o tempo é uma paisagem grande demais para que qualquer pesquisador seja capaz de cobri-la – não creio que seja possível’ [...]. ‘Onde está a taxinomia do tempo?’ A ‘taxinomia do tempo’ é o grito por socorro de um pesquisador do tempo – o desejo de haver algum tipo de esquema todo abrangente que traga ordem e consistência a um campo de estudo que está se esparramando.

Catherine Jones, neuropsicóloga cognitiva da Universidade Cardiff
(in: Por que o tempo voa, de Alan Burdick, 2020, p.32)

TEMPO: CONCEITO EM MOVIMENTO

Por que escrever sobre o tempo? Muitos autores se debruçaram sobre o conceito de tempo ao longo de suas trajetórias. E ainda hoje o fazem. O que entendemos por tempo é algo inerente à vida, ou seja: falar sobre a vida significa falar sobre tempo. Alan Burdick apontou que “o tempo é um fenômeno social” que preenche nosso cotidiano de maneira complexa e diversa. Na tentativa de ilustrá-lo, o autor registrou que:

[...] achamos ou perdemos tempo, como se fosse um molho de chaves; nós o poupamos ou gastamos, como se fosse dinheiro. O tempo rasteja-se, arrasta-se, voa, escapa, flui e fica parado; é abundante ou escasso; pesa em nós, com um peso palpável.⁶⁸

O estudo da História não existe sem tempo; não há experiência sem tempo, não há espaço sem tempo; arquitetura não existe sem tempo; não há “urbano” sem tempo, assim como sociedades não podem existir sem tempo. O campo de estudo de “*Arquitetura e Urbanismo*”, no Brasil, é classificado como “*Ciências Sociais Aplicadas*”. Ora, se o tempo é um fenômeno social, logo, “ciências sociais” também não existem

⁶⁸ ALAN BURDICK. *Por que o tempo voa*. São Paulo: Editora Toda-via, 2020 [2017], p.12.

sem tempo. Portanto, em pesquisas nas áreas da sociologia e da filosofia, por exemplo, pensadores como Henri Lefebvre, Michel de Certeau, Gilles Lipovestky e Zygmunt Bauman trataram do tempo em seus escritos. Também, no campo da geografia, David Harvey estudou o conceito de tempo e Milton Santos, por sua vez, dedicou-se a refletir sobre tempo para compor o livro “*A natureza do espaço*”. Espaços e arquiteturas, incluído o *espaço urbano*, portanto, não podem ser vividos ou apreendidos sem a passagem do tempo. O tempo e a noção de tempo, assim, determinam a experimentação de um espaço.

Sérgio Cardoso, ao fim da década de 1980, publicou um texto em que abordava as *temporalidades* do indivíduo, sob a ótica da etnologia, refletindo a partir dos seres considerados viajantes (exploradores, curiosos, abertos); algumas das ideias ali expostas se apoiavam em pensamentos desenvolvidos por Maurice Merleau-Ponty⁶⁹.

Para Cardoso, uma viagem, ou deslocamento, não se dá, puramente, de um ponto a outro, mas também –e, talvez, principalmente–, dentro do próprio indivíduo em movimento;

⁶⁹ SERGIO CARDOSO. *O olhar dos viajantes*. In: Adauto Novaes (et. al.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

assim, uma viagem ou um deslocamento não se relacionam tanto com fatores espaciais, mas, especialmente, temporais.

Ademais, Cardoso se questiona: como falar em alteridade a partir de um trajeto linear (sequência de pontos) fechado em si mesmo? Um ser explorador, curioso, não necessariamente almeja alcançar um ponto específico no território – ou um objetivo em particular –, ele pode e necessita, em certa medida, estar aberto e disposto (flexível) a ser afetado, a se transformar, alterar-se em si mesmo, possivelmente por meio de encontros casuais com outros seres e com os ambientes os quais atravessa e que – numa via de mão-dupla – o atravessam. Essas afetações, ebulições, conflitos ou encontros, provocam alterações de sentido nesses seres errantes. De uma ponta à outra da viagem há, sim, distanciamento, há passagem, porém, de um modo particular:

Os dicionários *não* se equivocam, pois, ao indicar as viagens como distancia-

mentos, enganam-se quando as vinculam ao espaço, quando ingenuamente representam esses movimentos como mudanças de lugar no interior de um mesmo mundo. Não permitem compreender que o viajante se distancia porque se diferencia e transforma seu mundo; que as viagens são sempre empreitadas no tempo. (SERGIO CARDOSO; in: NOVAES, 2003 [1988]; p.358)

O estado psicológico do *arousal*⁷⁰ ou da ativação – que cria a chance para o acontecimento da alteridade e da empatia – só pode existir no presente. E, para poder abarcar tal acontecimento, o presente se amplia, se abre e torna-se permeável, numa mutação que constitui, então, a oportunidade de experiência, de comunhão e de transformação dos seres sociais, por meio da interação entre si, consigo mesmo e com o ambiente. Nas palavras de Sergio Cardoso, apoiado em Merleau-Ponty:

Ao referir-se à espessura ou profundidade do presente, Merleau-Ponty nos lembra, pois, que ele [o presente] não é

⁷⁰ O estado psicológico do *arousal* será abordado mais adiante neste trabalho, no texto: “*Tempo subjetivo: alteridade, empatia e civilidade*”, do autor. – “Em psicologia experimental, *arousal* se refere ao grau em que o corpo está se preparando para agir de determinada maneira”, de acordo com as atividades percebidas noutros seres –

como que por reflexo – num mesmo espaço-tempo – o *arousal* pode, assim, estar diretamente associado à noção de “empatia”. In: ALAN BURDICK, 2020, pp.189-294.

“um segmento de tempo de contornos definidos”, uma duração determinada e contínua –como um indivíduo espaço-temporal–, mas um “campo”, aberto e “poroso”, indeciso e lacunar, em cujo inacabamento e indeterminação se encontra justamente sua abertura para o outro, para o ausente, ou ainda [...] para o “invisível”, esta contrapartida secreta do visível... inscrita nele [no presente], em filigrana [fios de ouro; delicadamente]. Esta abertura (inscrita no presente) é o elemento do tempo, pois é o motor da sua contínua diferenciação. [...] Compreendemos, então, que a temporalidade não se constitui por extensão ou agregação, acumulação ou envolvimento, mas – por ser o presente inacabado, indeciso e lacunar – se faz por alteração, quebra e transformação, estilhaçamento e reorganização de um mesmo “campo” [aberto, flexível], por desintegração e reconstituição (sempre “aberta”) do seu sentido. Se há passagem, ela é, portanto, de uma configura-

ção à outra do sentido. (SERGIO CARDOSO; in: NOVAES, 2003 [1988]; p.356)

Pela via da alteridade e da empatia, ao afirmar que a “percepção do tempo é contagiosa”, Alan Burdick –a partir de Sylvie Droit-Volet– parece, então, confirmar aquilo que Sergio Cardoso, por outras vias, havia constatado, já na década de 1980: “a temporalidade é o solo da comunicação com o outro”⁷¹; ademais, a temporalidade, além de solo para a alteridade, talvez seja também a “ponte para a vida interior dos outros”, sinalizada pelo *arousal*, como veremos mais adiante, a partir das anotações de Alan Burdick (2020).

Dessa maneira, as temporalidades se apresentam como uma chave para a compreensão de espaços sociais urbanos nas suas múltiplas relações. Num artigo intitulado *O tempo e o invisível, da cidade moderna à cidade contemporânea*⁷², Lidia Decandia retoma a crítica ao urbanismo modernista e defende

⁷¹ SERGIO CARDOSO; in: ADAUTO NOVAES; 2003 [1988]; Op. Cit.; p.360.

⁷² LIDIA DECANDIA. *O tempo e o invisível: da cidade moderna à cidade contemporânea*, 2003. – Título original: *Il tempo e l'invisibile; dalla città moderna alla città contemporanea*. In: SCANDURRA, E.,

CELLAMARE, C. e BOTTARO, P. *Labirinti della città contemporanea*. Milão, Meltemmi, 2001. Traduzido por Maria Margarida Cavalcanti Limena. – Disponível em: <<https://www.pucsp.br/margem/pdf/m17ld.pdf>>; Acesso: 19/06/2020.

a necessidade de “repensar a cidade”, a partir de “novos princípios”, para que se possa criar uma “nova lógica projetual”. Decandia propõe precisamente a “reapropriação das dimensões do tempo e do espaço” por aquelas práticas que se dispõem a pensar a cidade, com o intuito de superar os “dualismos e cristalizações do pensamento sobre o urbano”.

A partir de um excerto de Renè Descartes (1596–1650) que ilustra a prepotência de uma visão única de cidade, a autora identifica dois sonhos modernistas: o primeiro seria o de haver a imagem de uma cidade perfeita; o segundo sonho modernista seria o de controlar o tempo, cristalizando a vida. Para a autora, esses sonhos:

...nascem de único pressuposto: a ideia de que o tempo possa ser pensado separadamente da matéria, como uma dimensão externa do devir dos fenômenos: uma questão de distâncias planas e homogêneas sem história, na qual o passado e o futuro podem ser comprimidos em um eterno presente...

Das utopias de Owen e Fourier ao pensamento de Le Corbusier, a nova ordem social [moderna] é construída, justamente, abolindo o tempo, reconstruindo uma cidade nova, ordenada, na qual não apenas o sujo pode ser separado do limpo, mas na qual tudo pode ser predeterminado e, portanto, controlado...

Nessa modalidade de pensar e construir a realidade que encerra uma “ordem que não existe senão através da grade de um olhar, de uma atenção e de uma linguagem”, a cidade é descomplexificada, tornada transparente e legível como uma espécie de máquina banal na qual cada coisa pode e deve encontrar seu espaço. (DECANDIA, 2003, pp.182–183)

O pensamento urbano modernista considerava o urbanista como um técnico soberano com a tarefa de criar um mundo perfeito. Segundo Decandia, bem como nos estudos de botânica, o urbanista moderno buscava reduzir o funcionamento de um organismo amplo, complexo e vivo, em partes separadas mortas –e, portanto, estéreis, débeis–, como numa autópsia, pois, assim, a análise e observação podem ser feitas de maneira mais fácil, quase sem resistências.

Trata-se de uma simplificação, ou de uma destruição apenas ilusória da complexidade dos eventos, no desejo de classificar tudo, impor ordem, “dominar e manipular o tempo”. Além disso, o olhar do urbanista moderno partia sempre de um ponto distante, descolado dos epicentros dos acontecimentos urbanos pulsantes e vivos.

Do alto de uma torre e fechado em sua sala,

o planejador “só”, separado das vozes e corpos, abstraindo-se da rugosidade do real, das histórias e do tempo, utilizando os poderes de discernimento da razão e jogando na mesa de desenho, pode dedicar-se à construção de um modelo de organização espacial na qual todo o imaginável pode ser pensado...

Assim, a cidade é reduzida a morfologias, quantidades, grandezas, disposições e articulações de formas, uma em relação às outras. (DECANDIA, 2003, pp.182–184)

A tentativa moderna de excluir “aquilo que não pode ser visto”, acabava por desconsiderar em sua planificação o “devir da vida, as articulações invisíveis, os rumores, o gosto, o olfato e o tato” da realidade viva e, para Decandia, “disso resulta sua [da realidade] aparente simplicidade”. O “castelo da ordem da modernidade” ruiu; e apesar dos planos, a ordem nunca foi alcançada e está mais distante do que nunca. Ao desejo de ordem se contrapõem:

[...] subjetividades diversas e contraditórias, espaços emaranhados, plenos de interstícios... áreas densas de tensão e conflitos... nas quais outras modalidades de fazer território, sociedade, comunidades, identidades e

lugares ainda não visíveis e expressos –mas já em curso nos usos e produzidos nos eventos–, parecem prenunciar um tempo que virá [...]. (DECANDIA, 2003, p.186)⁷³

Ao propor novas linguagens para a prática de projeto urbano, Ligia Decandia registrou que “todos os instrumentos tradicionais e habituais de representação não conseguem mais exaurir” a “complexa articulação” da cidade. Para a autora, “esse ‘desfazer-se de antigas formas’ [...] incita-nos a abandonar velhas ordens destruídas e a olhar ‘com novos olhos o novo’”; incita-nos também a “descer da torre” e “retomar a viagem nos territórios do presente” e –à semelhança do viajante explorador e curioso narrado por Sérgio Cardoso–, “imersão” no “corpo pulsante e vital” da cidade...

[...] abandonar o medo de nos “sujarmos” e voltar a usar os pés para andar em direção às coisas, abertos ao regime do estupor e da maravilha existente na busca de um sentido que não possuímos, prontos a ouvir os sinais intermitentes daqueles indícios que preparam a abertura de novas possibilidades. (DECANDIA, 2003, p. 186)

⁷³ Henry Lefebvre já havia se debruçado sobre “usos” e “festa” como criadores de sentido –ou de significados outros– para os espaços urbanos construídos e habitados. De modo similar, Adriana Sansão

Fontes (2013) vislumbrou nos eventos –acontecimentos temporários– oportunidades de apropriação dos espaços públicos urbanos.

A partir dessa nova postura frente ao território, Ligia Decandia vislumbra a possibilidade de um novo tempo para a cidade, um “tempo inédito”, no qual “começam a emergir, de forma fervilhante, sinais de uma criatividade dispersa, difusa [...] que sabe opor-se, por meio de um fazer, às lógicas tecnicistas da ordem estabelecida”.

Para pensar a cidade por sua realidade complexa, Decandia afirma que nem mesmo a metáfora da rede é suficiente e, assim como Cardoso questionou o “trajeto linear” –entendido como simples soma de pontos–, a autora também acredita que é necessário compreender os espaços urbanos não mais como “pontos ou objetos”, mas como um “conjunto de relações” (“*ecceitas*”), desse modo, “o espaço geométrico euclidiano das linhas, pontos e superfícies é substancialmente colocado em discussão”, pois, “estamos diante de um espaço que se reconfigura continuamente, nunca fixado”. Além do mais, esse conjunto de relações –num espaço em contínua transformação– se dá, justamente por subjetividades múltiplas e distintas, cada qual com suas temporalidades ativas.

Na atmosfera desses novos espaços urbanos, complexos por seus atravessamentos e significâncias no correr do

tempo, Decandia evoca os “tempos do evento” e a “espera” como zonas amplas para o aflorar de uma “configuração ainda invisível que está por vir” (DECANDIA, 2003). – Veremos adiante que, frente à avalanche da modernidade, o tempo lento e a espera imprimem resistência, como registraram Gilles Lipovetsky e Olgária Matos. – Nesse espaço outro, “enrugado, [...] feito de [...] conflitos”,

tempos e espaços se condicionam reciprocamente; uma multiplicidade em desordem, [...] que se liberta das velhas formas de representação de domínio e das representações do mundo baseadas na ideia de absoluto e independência entre espaço e tempo. (DECANDIA, 2003, pp.188–189)

Essa postura proposta por Decandia, diz respeito a abraçar os conflitos urbanos –inclusos os conflitos temporais: o “tempo-contra-tempo” de que nos fala G. Lipovetsky (2004)– como amigos que podem nos oferecer conselhos valiosos; mirá-los e escutá-los atentamente. O artigo de Decandia reforça, pertinentemente, dois pensamentos relevantes para uma abordagem outra do urbano em sua relação com o tempo. Em primeiro lugar, a necessidade de aproximação do real ou da

realidade viva –explicitada outrora, por exemplo, por Henry LeFebvre e Milton Santos–. Nas palavras de Decandia, sobre a realidade:

Não é na previsão que se coloca sua essência [a da realidade], mas na arte de pensar e construir no tempo; na capacidade de compreender e assumir a mudança como fenômeno construtivo e criativo, como momento produtor de novidades reais. Essa forma de conhecimento não pode ser alcançada do alto de uma torre, mas é construída no tempo, por meio da exploração e pelo diálogo com um mundo aberto ao qual pertencemos, construção da qual participamos ⁷⁴ [...] A realidade não se oferece como um objeto oculto por detrás de outro, ou como um livro, contendo significados já estabelecidos, mas se revela apenas no sentido que é atribuído por nós, por meio da experiência. (DECANDIA, 2003, pp.193–194)

E, ainda sobre a “realidade”, Decandia apoiada, como Cardoso, em Maurice Merleau-Ponty, afirma que devemos “começar a interrogá-la [a realidade], buscando o invisível latente nesses conjuntos de relações urbanas:

[...] entrar na floresta de referências que nossa interrogação faz surgir sobre ela [a realidade], para dizer aquilo que, em seu silêncio, tem significado. Fazer aparecer, portanto, o invisível, o “não expresso latente”; não o invisível oculto na realidade, aquilo que não tem a ver com o visível, mas o invisível que habita na cidade, que a sustenta e que a faz ser, tornando-a possível.⁷⁵

Em segundo lugar, Decandia reforça a certeza de que qualquer leitura, visão ou intervenção urbanas são, justamente, temporárias, provisórias e limitadas, por mais acertadas que sejam, pois, como dito, o urbano é, afinal, como um organismo vivo e, por isso, deve-se considerar que é impossível antever um futuro perfeito e –menos ainda– completo para a cidade.

Tudo isso nos obriga a repensar-nos no tempo e a nos colocarmos fora dele, a repensar a própria ideia e a lógica do nosso fazer projetual; [...]. Aprender a repensar o tempo significa renunciar a prefigurar inteiramente a imagem do futuro da cidade para retornar a compreendê-lo como uma emergência, um cenário aberto, um jogo em grande parte imprevisível.⁷⁶ (DECANDIA, 2003, p.190)

⁷⁴ Sobre este trecho, segue, reproduzida a seguir, nota de rodapé de LIGIA DECANDIA: “PRIGOGINE, I. e STENGERS, I. (1981), *La nuova alleanza. Metamorfosi dela scienza*. Turim, Einaudi, p.271 (também em edição brasileira)”.

⁷⁵ MERLEAU-PONTY, M. *Le visible et l'invisible*. Paris, Gallimard; p.168; – como citado in: DECANDIA, L.; 2003; p.194.

⁷⁶ Urbano como jogo imprevisível: enquanto essas linhas são escritas, vivemos a pandemia global do Covid-19 – de fato, a futuro das

DA NEGLIGÊNCIA À INDIVIDUALIZAÇÃO DOS USOS DO TEMPO

Curiosamente, uma das descrições mais célebres do termo “arquitetura”, ignora por completo o elemento tempo: “a arquitetura é o jogo sábio, correto e magnífico dos volumes reunidos sob a luz”⁷⁷, afirmou Le Corbusier, em seu texto “*Por uma arquitetura*”. Entretanto, no mesmo livro, o autor também descreve a arquitetura como “essa coisa que permanece através do tempo”⁷⁸; e, no decorrer da descrição de um espaço específico, lança mão de um termo advindo da música, que contempla o “tempo” referente aos sons, o “ritmo”: “Da plena luz à sombra, um ritmo [...] um ritmo sensorial”⁷⁹, escreveu. Os ensaios de Le Corbusier foram publicados originalmente em 1923, porém, suas ideias repercutem em ações até os dias atuais (2019-2020).

Na década de 1960, Henri Lefebvre se dedicou à difícil tarefa de compreender o que é isso a que chamamos “cidade”.

idades está –talvez como nunca na história humana– aberto, imprevisível.

⁷⁷ LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1989, p.13.

À época, segundo o autor, a disciplina do urbanismo estava na moda. Lefebvre, no contexto da França, ao refletir sobre aquilo a que chamou “ideologia do urbanismo”, construiu as seguintes ideias. Em primeiro lugar, identificou a criação de uma mentalidade racionalizante, que buscava a reorganização da sociedade, por volta de 1910 –pouco antes da publicação dos ensaios (com ideias “racionalizantes”) de Le Corbusier, em 1923–. A partir dessa tentativa de racionalização dos problemas da cidade, socialmente, a noção de *espaço* ganhou destaque enquanto a noção de *tempo* e de *devenir* (potencialidades de transformações) foi relegada à penumbra. Segundo o autor, havia, então, uma prioridade quase oficial do *espaço* sobre o *tempo*⁸⁰.

Desse modo, se a cidade era pensada primordialmente a partir de espaços e se, por acaso, a cidade “ia mal”, consequentemente, acreditava-se que era porque havia problemas com os *espaços*; em outras palavras: julgava-se que a cidade

⁷⁸ Ibidem, p.127.

⁷⁹ LE CORBUSIER; Op. Cit., pp.127–131.

⁸⁰ Isso, para Henri Lefebvre, era um sinal de “doença social”, uma questão de “salubridade pública”;

“ia mal” porque os espaços estavam “doentes”. Por ser assim, o urbanista, naquele contexto, era considerado como o “médico dos espaços” e teria, naturalmente, a cura para todos os males urbanos. Henri Lefebvre critica fortemente esse modelo de pensamento e de ação, o qual considera, como dito, “urbanismo ideológico”.

É fácil identificar a priorização do *espaço* e, de mesmo modo, a negligência, ou a desconsideração do fator *tempo*, nas ideias de urbanização modernas (ou *modernistas*) –como algumas daquelas defendidas por Le Corbusier e seus seguidores–. Um aspecto evidente, por exemplo, é a separação da cidade em zonas de acordo com funções específicas: imagine que na região “A”, haverá habitações, na região “B” haverá empresas e postos de trabalho, na região “C” haverá parques e áreas de lazer e, assim, por diante. Um resultado tardio disso, por exemplo, é o projeto e a construção de Brasília entre 1956 e 1960, coroamento de um concurso público vencido pelo arquiteto e urbanista Lucio Costa, cujo projeto laureado seguia a tendência mundial –já bastante questionada naquele momento– desse pensamento urbanístico racionalizante e parcelador desenvolvido, como citado, desde o início daquele século.

No intuito de compreender o tempo em que vivemos e as noções individuais ou coletivas de tempo –as temporalidades–, se faz oportuno estudar períodos e características desses períodos em nossas sociedades contemporâneas. Por exemplo, entende-se que havia algo que era possível nomear como *pensamento moderno*, ou *tempos modernos* (como o célebre filme de Charles Chaplin buscou ilustrar). Noutro momento, segundo o filósofo Gilles Lipovetsky, criou-se o termo *pós-moderno*, a partir de discussões no âmbito da arquitetura e do urbanismo.

Entretanto, para o autor, “a *pós-modernidade* não terá sido mais do que um estágio de transição, um momento de curta duração”, o qual, afirma, não ser mais o nosso tempo. A *modernidade* não acabou, mas transformou-se, cresceu, expandiu-se. Por muitos motivos os tempos mudaram. As atividades financeiras pelo planeta incharam de maneira inédita; as velocidades das trocas também; o volume de informação cresceu ao extremo; portanto, dessa maneira, todos os aspectos da vida humana passaram a perseguir o excesso, ou o infinito. Para Lipovetsky, vivemos agora uma “segunda modernização”

ou uma “modernidade consumada” (ou ainda uma “modernidade de segundo tipo”); o autor nomeia o “regime do tempo social que governa nossa época” como *tempos hipermodernos*.

Por toda a parte, as operações e os intercâmbios se aceleram; o tempo é escasso e se torna um problema [...] horário flexível, tempo livre, tempo dos jovens, tempo da terceira e da quarta idade: a *hipermodernidade* multiplicou as *temporalidades divergentes*. Às desregulações do neocapitalismo corresponde uma imensa desregulação e individualização do tempo”. (LIPOVETSKY, 2004, p.58)

Tornou-se evidente o abalo –ou o forte enfraquecimento– da ideia moderna de racionalidade (de racionalização); havia, então, por parte das sociedades, menos expectativas sobre o futuro; os horizontes tornaram-se mais curtos e a noção de tempo foi afetada por precariedade e efemeridade. O espírito daquele tempo –*Zeitgeist*– era caracterizado pela temporalidade do “aqui-agora” (LIPOVETSKY, 2004).

⁸¹ No Brasil, as canções populares do artista Belchior, com letras contundentes, ilustravam todas essas mudanças entre as décadas de 1970 e 1980.

O que se chamou de “pós-moderno” indicava uma mudança de direção e uma reorganização profunda do modo de funcionamento social e cultural das sociedades. Rápida expansão do consumo e da comunicação de massa; perda da fé no futuro revolucionário; descontentamento com as paixões políticas e militâncias⁸¹. Todos esses fatores somados, compõem a sensação de desilusão das “sociedades democráticas avançadas”, após vinte anos de “descompressão-cool” (pressões e imposições sociais reduzidas), quando os tempos voltaram a endurecer. Segundo G. Lipovestky, tudo isso já passou e não ilustra mais o tempo atual (2004–2020) (LIPOVETSKY, 2004).

Segundo o autor, o tempo de agora, da *hipermodernidade*, é o tempo da “modernidade elevada à potência superlativa”; tudo é “hiper”; modernização desenfreada, somada a desregulamentação econômica traduz a “hipermodernização” do mundo. Enquanto a modernidade enfrentava contrapesos,

contramodelos, contravalores (tradições, igreja, partidos políticos, o ideal de Nação), a hipermodernidade não encontra impedimentos.

Para Lipovetsky, essa “segunda modernidade” é desregulamentadora e globalizada; sem contrários; e absolutamente moderna. Vemos uma escalada aos extremos, uma dinâmica ilimitada: o inchaço nas atividades de finanças e bolsas (a financeirização do mundo), composto de *ritmo* e volume de capitais inéditos circulando pelo planeta. Esse novo *ritmo* das operações financeiras que acontecem em tempo real; o fluxo da internet e seu volume de informações que dobra a cada ano; o turismo a bater recordes, alavancado pela explosão no número de vôos (e pelo barateamento dos preços das passagens aéreas); o número crescente de pessoas indo e vindo, num movimento incontrolável que escapa mesmo ao aumento evidente de instalações de câmeras, nessa era da *hiper-vigilân-*

cia; as enormes aglomerações humanas; e as megalópoles superpovoadas somam-se na composição desse cenário (LIPOVESTKY, 2004).

Tudo isso, segundo o autor, revela um “*hiper-individualismo* distanciado”. Essa nova sociedade moderna buscou e busca pôr fim à rigidez institucional e aos entraves protecionistas; privatizar; e estimular a concorrência, pelo ativismo gerencial e pela exaltação da mudança. “Por toda a parte, a ênfase é na obrigação do movimento”, afirma Lipovetsky (LIPOVESTKY, 2004).

A *hiper-mudança* é ditada pelo imperativo de eficiência; e por necessidade de sobrevivência. É preciso “evoluir” e “acelerar” para não ser ultrapassado pela “evolução”. A ideia moderna de ruptura radical foi substituída pela cultura do “mais rápido” e do “sempre mais”⁸². Trata-se de uma modernização cega. O tempo é escasso; e a *hipermodernidade* multiplicou as temporalidades divergentes – as maneiras distintas de sentir, de perceber e de lidar com o tempo (LIPOVESTKY, 2004).

⁸² Isso lembra a fala do magnata norte-americano Rockefeller quando perguntado sobre quanto era suficiente; ele teria, então, respondido: “um pouco mais”.

Entre as décadas de 1960 e 2000, as sociedades ditas pós-modernas enfrentaram grandes decepções e viram nascer novas paixões. Isso resultou na consagração do presente: o universo do consumo, composto por obsolescência acelerada; a sedução publicitária; e o sonho jubiloso de movimento incessante. O efêmero, o ideal de renovação, a sedução, a moda, a novidade, a tentação – tudo isso organiza o “eixo do presente”; essa temporalidade socialmente prevalecente. Enquanto no período dito pós-moderno havia ação coletiva, tradição e esperanças no futuro; a era da *hipermodernidade* se faz de felicidades privadas, de movimento e do êxtase do presente sempre novo; da satisfação imediata; da urgência dos prazeres. Consumir sem esperar, essa é a promessa de futuro eufórico (LIPOVESTKY, 2004).

Se nos anos 1960 e 1970 vivemos um “presentismo”, Lipovestky afirma que as décadas de 1980 e 1990 foram as épocas de um “segundo presentismo” ou de um “presentismo de segunda geração”, quando a globalização neo-liberal e a revolução informática, juntas, comprimiram a noção de “espaço-tempo”. Uma tentativa de síntese dos diversos processos de transformação apresenta-se a seguir.

A mídia eletrônica e a informática possibilitaram a informação e as trocas em tempo real, fazendo emergir uma sensação de simultaneidade e de imediatez que, por sua vez, resultou num comportamento social dentro e fora das instituições que tende a desvalorizar sempre mais as formas de espera e de lentidão.

A ascendência do mercado e do capitalismo financeiro colocou em xeque as visões estatais de longo prazo, em favor do desempenho a curto prazo, acarretando uma circulação acelerada dos capitais em escala global (LIPOVESTKY, 2004).

As políticas internas das organizações são pautadas por eficiência, aceleração, rapidez, velocidade. Essa modernização exacerbada contrai o tempo numa lógica urgentista. A sociedade neoliberal e informatizada interferiu, dessa maneira, nas escalas de tempo. Isso intensificou nosso desejo de libertarmos das limitações do espaço-tempo (LIPOVESTKY, 2004).

Vivemos no tempo do risco e da incerteza, a civilização do efêmero mudou o tom emocional. Destacam-se: a sensação

de insegurança, a saúde como obsessão, o terrorismo, as catástrofes e epidemias⁸³. Assim, só se fala em refrear os estragos. A *hipermodernidade* ou “modernidade de segundo tipo”, como escreve Lipovetsky, é o tempo que une frivolidade e ansiedade, com euforia e vulnerabilidade.

O pós-moderno já passou, e passou rápido. Após uma breve sensação de relaxamento em todas as estruturas sociais, a situação voltou a ficar austera. A informatização e a explosão das transações financeiras –agora em tempo real, ultra-aceleradas e num volume inédito–, buscam sempre mais; e mais rápido. A cultura das grandes organizações, que estimula a hiper-velocidade e a eficiência, desequilibrou a noção do fluir do tempo (LIPOVETSKY, 2004).

A tecnologia reduziu os postos de trabalho nesta época que pode também ser chamada de “era do capital improdutivo”, como sugere o economista Ladislau Dowbor. Nestes tempos, quem tem poder cria as regras do jogo econômico, fazendo com que investimentos em papéis (mercado financeiro) rendam sempre mais lucro (e menos impostos) do que aqueles

investimentos que criam produtos “reais” e relações, como os empregos (DOWBOR, 2018). Produtos financeiros se prestam à comercialização do “creme do creme” da exploração de trabalhos humanos. Assim, essa é também a era da incerteza e da insegurança *profissionais* (LIPOVETSKY, 2004).

O chamado “eixo do presente”, como sistema temporal prevalecente, possui excessivo poder na economia temporal de uma época. Porém, para Lipovetsky, essa aceleração generalizada é apenas uma das facetas dos tempos atuais; “é uma verdade apenas parcial”. Para o filósofo, apesar da financeirização do mundo; dos fluxos econômicos de curto prazo; do insucesso das certezas progressistas; e da derrocada do poder regulador das tradições, o “presentismo de segundo tipo” que nos rege está aberto; em transformação (LIPOVETSKY, 2004).

Se, por um lado, vivemos a “crise do futuro”, a desilusão, se há pouca fé e inquietação, por outro lado, ainda espera-se os milagres da ciência, ressalta G. Lipovetsky. Ciência incerta

⁸³ Como a SARS (2002); e Novo Corona Vírus (COVID-19, 2020).

e ambivalente, pois sua relação com a ideia de “progresso contínuo e necessário” já caduca. Essa ideia de progresso, hoje, transformou-se. Se é ainda promessa de um mundo melhor, é também ameaça de catástrofes em cadeia – todas, provavelmente, reunidas sob o manto do aquecimento global, nossa suprema crise climática.

Se, nas passadas sociedades modernas, havia uma inversão do tempo: quando o *futuro* se mostrava mais brilhante do que o *passado*, hoje, o cenário é outro. Por um lado, o “mercado” impõe a ditadura do curso prazo – do *presente*. Por outro, as “preocupações” instauram-se a respeito do porvir planetário e dos riscos ambientais – nosso *futuro*. Talvez, o “eixo do presente” (do mercado, eixo dominante hoje) possa ser representado pela figura do presidente dos EUA, Donald Trump; enquanto no eixo “futurista hipermoderno”, a figura da ativista-muito-jovem Greta Thunberg poderia representar a “cultura de prevenção” e da “ética do futuro”. Para Lipovetsky, a dinâmica econômica presentista precisa do futuro e tem fé no futuro, por isso faz seus “investimentos”. (LIPOVETSKY, 2004)

“A obsessão moderna com o tempo não mais se concretiza apenas na esfera do trabalho que está submetida aos critérios de produtividade – ela se apossou de todos os aspectos da vida. A sociedade hipermoderna se apresenta como a sociedade em que o tempo é cada vez mais vivido como preocupação maior; a sociedade em que se exerce e se generaliza uma pressão temporal crescente” (LIPOVETSKY, 2004, p.75)

Se o futuro é incerto, se há preocupação, declina a cultura do *Carpe diem* (“aproveite o dia”; “aproveite o tempo presente”; “curta o momento”; “aprecie o momento”). Ninguém mais pára para aproveitar o momento. O ponto alto do texto de Lipovetsky nos fala, então, sobre “conflitos de tempo”. Se, de acordo com Karl Marx, resgatado por Lipovetsky, o capitalismo moderno tinha como princípio de funcionamento a “economia de tempo”, “simultaneamente, de um mundo centrado na organização do tempo de trabalho, passou-se a um universo marcado pela redução do tempo social”⁸⁴. Por conta disso, entendemos, em parte, a mudança na qualidade e na duração de nossos encontros sociais, sempre pressionados a serem mais curtos. Assim, há, então, no âmbito urbano, menos tempo e

⁸⁴ GILLES LIPOVETSKY, 2004, p.75.

oportunidades para encontros e pausas nas ruas e calçadas, durante as rotinas semanais.

[...] os antagonismos de classe se enfraquecem, e as tensões temporais pessoais se generalizam e se acirram. Não mais classe contra classe, e sim tempo contra tempo, futuro contra presente [...], presente contra presente, presente contra passado [...] (LIPOVETSKY, 2004, p.75-76)

Os tempos atuais *hipermordernos* se distinguem “pela generalização do reinado da urgência”. Não surpreendem as queixas de falta de tempo. Mas, se falta tempo para uns, sobra tempo para outros (desempregados, jovens habitantes das ruas). A partir dessa dualização das maneiras de viver o tempo, surgem novas formas de desigualdade social que, por sua vez, convivem com a dinâmica global – esta que transformou, profundamente, a relação dos indivíduos no tempo social. Segundo Lipovetsky, “no universo da pressa, o vínculo humano é substituído pela rapidez; a qualidade de vida, pela eficiência”. (LIPOVETSKY, 2004).

⁸⁵ A existência como “zona de passagem” no sujeito –ou o sujeito como “ser de passagem”, por onde as coisas passam ou onde acontecem; ou, ainda, a construção da subjetividade no indivíduo– foi abordada por HENRI BERGSON e retomada por LUIZ FUGANTI e

Lipovetsky observa que “o reinado do presente social se faz acompanhar de construções mais personalizadas dos usos do tempo”. Para ele, “a hipermodernidade é indissociável da des-tradicionalização; da des-institucionalização; e da individualização da relação com o tempo”. Somado à nova sensação de sujeição ao tempo acelerado, está um poder maior de organização individual da vida. (LIPOVETSKY, 2004).

[...] Nas sociedades individualistas, libertas da tradição, nada mais está óbvio e evidente; a organização da existência⁸⁵ e dos usos do tempo exige arbitragens e retificações, previsões e informações [...] (LIPOVETSKY, 2004, p.77)

Entretanto, e, por isso, G. Lipovetsky destaca, na *hipermodernidade*, a fragilização das personalidades. O enfraquecimento do poder regulador das instituições coletivas cria maior autonomia do indivíduo, face aos grupos (família, religião, partidos políticos, cultura de classe). Emerge, assim, um indivíduo que, por um lado, é mais aberto –cambiante, fluido, social-

por JORGE LARROSA BONDÌA. Esse tema será retomado mais adiante, neste capítulo.

mente independente— e, por outro, mais volátil, a partir da desestabilização do “eu”, mais suscetível à distúrbios psicológicos, depressões, ansiedades⁸⁶. De modo, Lipovetsky afirma que essa “fogueira das ansiedades” surgiu antes mesmo do “triunfo da cultura empresarial” e que suas causas devem ser compreendidas por outras vias; assim, o autor esclarece:

[...] o que explica [o aumento de sintomas psicossomáticos como ansiedades e depressões] é o enorme avanço da individualização, o declínio do poder organizador que o coletivo tinha sobre o individual [...]; é a individualização extrema de nossas sociedades o que [...] subjaz à espiral dos distúrbios e de-sequilíbrios subjetivos [de cada indivíduo] (LIPOVETSKY, 2004, p.84)

⁸⁶ Distúrbios psicológicos na era da modernidade é um tema abordado também por autores como Zygmunt Bauman, em *Modernidade Líquida*; e Byung-Chul Han, em entrevista para o jornal online El País – ver Referências ao final deste trabalho.

⁸⁷ ZYGMUNT BAUMAN, 2000, p.140.

⁸⁸ E, mesmo nos dias atuais, a maneira como pensamos distância e tempo se misturam, como ilustram as palavras de A. Burdick: “É de

A MODERNIDADE COMO HISTÓRIA DO TEMPO: *wetware* versus *hardware*, ou a invenção dos motores

Para Zygmunt Bauman “a história do tempo começou com a modernidade... a modernidade é a história do tempo; [a modernidade] é o tempo em que o tempo tem uma história”⁸⁷. Se, no passado, as distâncias eram medidas em tempo (dias, meses), quando ia-se “longe” isso significava chegar “tarde”, quando ia-se “perto”, isso significava chegar “cedo”⁸⁸. Esse era o tempo do “*wetware*”, como apresenta-se mais adiante. Para entender a *modernidade*, refletindo sobre tempo, Z. Bauman traça a oposição entre a época do “*wetware*” versus a época do “*hardware*”, esta, mais recente.

O *wetware*, nesse contexto, está associado a um período de produção do passado e pode ser entendido como uma

notar como falamos do tempo quase sempre em termos espaciais: o ano que vem ainda está “muito longe”, o século XIX é um passado “distante”, meu aniversário está “chegando”, como se estivesse chegando uma estação de metrô [...]”. In: Alan Burdick, 2020, p.44.

força de realização animal, biológica, orgânica. Em outras palavras: o poder de transformação a partir de corpos animais, suas forças e velocidades (humanos, bois, cavalos). O termo *wetware* também pode estar associado ao poder de processamento de informações do cérebro humano.

Por sua vez, o *hardware* está associado ao “cérebro” do computador, à processos computacionais, genericamente: à sistemas maquinais, mecânicos, não-biológicos.

A partir disso, Z. Bauman afirma que a história do tempo surgiu quando se inventou “algo além da força dos músculos humanos”, que fez nascer os registros de tempos em relação a distâncias, como as marcações nos jogos olímpicos modernos, por exemplo, assim morreu a “pré-história do tempo”, para nascer a história do tempo: a modernidade; assim, ilustrou Alan Burdick, apoiado em Albert Einstein:

[...] com o século XX, o tempo se tornou es-
tritamente cotidiano; ele existe apenas em
sua medição. Einstein foi contundente: o

⁸⁹ ALAN BURDICK. *Por que o tempo voa*. São Paulo: Editora Todavia, 2020 [2017], p.159.

⁹⁰ “*Sub specie aeternitatis*”; ou sob aquilo que é universal e eternamente verdadeiro; ou ainda: da perspectiva do eterno.

tempo não era nem mais nem menos aquilo
'que medimos com um relógio' [...]⁸⁹

Ao longo dos estudos sobre a história da humanidade, espaço e tempo foram apartados –bem como na prática do urbanismo modernista (nas décadas de 1950 e 1960), lembrada no capítulo 1 deste trabalho–. Pela via da razão, Newton, Kant e filósofos, ao se disporem a pensar “sob o aspecto da eternidade”⁹⁰, se viram obrigados a analisar *trechos* do eterno, isto é: recortes do tempo-espaço do presente em que viviam. Para atingir, em teorias, verdades universais, era sempre necessário observar o cotidiano, algo palpável, algo concreto, para que se pudesse praticar. Sempre houve essa “limitação”, ou delimitação – sempre é preciso partir de um objeto, ou fato⁹¹.

Segundo Z. Bauman, algo aconteceu para que os filósofos decidissem estudar o tempo-espaço. Para o autor, esse “algo” foi a construção de veículos que podiam se mover mais rapidamente do que as pernas de humanos ou animais; e que, além disso, poderiam ser tornados mais e mais velozes. Assim,

⁹¹ Vale lembrar que tanto Henri Lefebvre quanto Milton Santos destacaram a importância do estudo cuidadoso da realidade, no contexto urbano, a partir da perspectiva dos habitantes usuários dos espaços urbanos, isto é, a partir do “uso do território”, do “território usado”. (Ver Referências).

poder-se-ia percorrer maiores distâncias, em menos tempo. Aí está o ponto de virada entre aquela época do *wetware* e esta do *hardware*. O *wetware* é inflexível, pois, não pode ser expandido, não pode ser esticado. Enquanto o *hardware* é flexível, pois, pode ser esticado, ampliado, expandido (BAUMAN, 2000).

Desse modo, o tempo entrou na pauta dos estudos e das discussões; tornou-se tema independente, pois, a partir daí, então, como seria possível saber sobre qual *tempo* se falava? Sobre o tempo do *wetware* inflexível? Ou sobre aquele do *hardware* flexível? Para Z. Bauman, o tempo, nesse contexto, “difere do espaço pois pode ser mudado e manipulado”.

Uma ideia célebre foi retomada por Z. Bauman para indicar o fim da igualdade de movimento no planeta (e no universo): “tempo é dinheiro”. Porém, o autor explicou que tempo só é dinheiro, pois, “o homem é um animal que faz ferramentas”; e o “tempo-como-dinheiro” é uma ferramenta ou arma⁹² que, frequentemente, está voltada a vencer a *resistência* do

⁹² Nota-se aqui uma leitura polemológica (de guerra) dos eventos sociais, como aquela proposta por Michel de Certeau – descrita no primeiro capítulo deste trabalho.

espaço, a encurtar distâncias e a realizar ambições humanas, como “a conquista do espaço” – terras, a Lua, Marte, planetas– (BAUMAN, 2000).

Portanto, depois do advento do vapor e do motor a explosão, a igualdade do *wetware* acabou. Pois surgiu a *desigualdade* de poder de movimento. Quem pode se mover mais –e mais rápido–, tem a chance de conquistar mais territórios ou mais espaços. Se o *wetware* tornava os humanos semelhantes, o *hardware* os tornou diferentes (BAUMAN, 2000).

Assim, a modernidade era a época do tempo-contra-espaço; do tempo como ferramenta de “conquista do espaço e da apropriação de terras”; do espaço como resistência; do espaço a ser vencido⁹³ (BAUMAN, 2000).

[...] a modernidade nasceu sob as estrelas da aceleração e da conquista de terras, e essas estrelas formam uma constelação que contém toda a informação sobre seu caráter, conduta e destino [...] (BAUMAN, 2000, p.143)

⁹³ Massimo Cacciari, por sua vez, também apresentou a ideia de “espaço como obstáculo” no contexto do que apelidou de “pós-metrópole”, no livro *A cidade* (ver Referências).

A relação entre tempo e espaço passou a ser proces-
sual, mutável e dinâmica. Mirava-se a conquista do espaço
pela construção de máquinas mais velozes; o movimento era
acelerado para que se conquistasse mais espaço; assim, ace-
lerar o movimento garantia a ampliação do espaço; nessa cor-
rida para a expansão do espaço, o objetivo era o *espaço*; o
valor era o espaço; e, para conquistá-lo, a ferramenta a se uti-
lizar era o *tempo*. Para maximizar o valor, era necessário afiar
os instrumentos (a “racionalidade instrumental” de que fala
Max Weber); segundo Z. Bauman, esse era o princípio opera-
tivo da civilização moderna que se traduzia em: realizar mais
rapidamente as tarefas; eliminar o tempo improdutivo, ocioso,
vazio (tempo “desperdiçado”). Em outras palavras, a meta era
ocupar espaço, preencher espaço, no decorrer de um certo
tempo. Curiosamente, à luz de René Descartes, via interpreta-
ção de Rob Shields, Zygmunt Bauman escreveu: “ocupo es-
paço, logo existo” – ou seja: tudo o que existe materialmente é
coisa-não-pensante, coisa-extensa (*res extensa*). No contexto
da mingua dessa conquista (espacial) –e mesmo de seu fim–,
o autor retoma Michel de Certeau:

[...] Certeau declara que o poder diz respeito
a território e fronteiras [...] poder-se-ia dizer

que a diferença entre os fortes e os fracos é
a diferença entre um território formado como
no do mapa... vigiado... controlado... e um
território aberto à invasão, ao redesenho das
fronteiras e à projeção de novos mapas [...]
(BAUMAN, 2000)

KAIRÓS E KRONOS: o tempo do fraco e o tempo do forte

Em tempos de *hardware*, os seres fracos –em movi-
mento–, dispõem apenas de suas pernas, nada de vapor, nada
de motor a explosão. E, nessa narrada conquista espacial –ou
conquista do território–, na qual o tempo é ferramenta-arma
para a conquista do espaço, Michel de Certeau diferenciou ato-
res fortes dos fracos.

No primeiro capítulo deste trabalho, vimos como Michel
de Certeau, pela análise polemológica, construiu a ideia de
que, numa disputa de território, de um lado, o ator forte dispõe
da ferramenta-arma apelidada de ação de *estratégia* e, de ou-
tro, o ator fraco dispõe da ferramenta-arma apelidada de ação
de *tática*. Por sua vez, como vimos, Zygmunt Bauman elencou
o *tempo* como ferramenta-arma para a conquista de espaço.

Logo, se tempo é ferramenta-arma para conquistar ou ocupar espaço, ele pode, de alguma maneira, servir tanto para o forte quanto para o fraco. Mas como?

Na perspectiva do fraco, em relação ao tempo, Michel de Certeau afirmou que “a [ação] *tática* depende do *tempo*” (CERTEAU, 2014, p.46). Esse tempo, de que fala Certeau, pode ser interpretado como o tempo *kairós*, termo grego para: o tempo do momento oportuno, o tempo da astúcia, o tempo no qual uma janela de oportunidade se abre para a ação daquele que está preparado para agir. É este o tempo-ferramenta-arma do qual o “fraco” dispõe. Talvez este tempo (*kairós*) possa também ser associado a um tempo do *wetware* de que fala Z. Bauman –um tempo humano, biológico, animal, em oposição ao tempo do relógio que, por sua vez, pode ser associado ao *kronos* grego. *Kronos* é o tempo convencionalizado, do

⁹⁴ COHEN, M. *On Time: Kairos and The Arts of Action*. Journal Wax Issue 5. III Attention. On Time. Stanford University, Summer 2014. – Disponível em < https://dlcl.stanford.edu/sites/default/files/files_upload/WAX%20-%20Kairos.pdf > Acesso em 10 de setembro de 2019.

⁹⁵ Tradução livre do autor.

encadeamento de eventos comuns, o tempo dos relógios; ademais, se o tempo do fraco pode ser o *kairós*, quiçá, o tempo *kronos*, por suas características, possa representar, então, o tempo do forte. Assim, sobre o tempo *kairós* –ou o tempo do “fraco”–, Margaret Cohen escreveu:

[...] Os gregos antigos tinham um termo [...] para esse alinhamento de habilidades e "ocasião favorável". Eles chamavam de *kairós*, que distinguiam de *kronos* (tempo como pura duração). Em contraste com a *oportunidade*, o *kairós* tem uma rede de significados enfatizando a *habilidade humana* somada à *janela efêmera para sua expressão* ⁹⁴ (COHEN, 2014, p.117-118)⁹⁵

Dois relógios nunca marcam o mesmo horário. De fato, o *tempo* que todos nós seguimos é ditado por 58 relógios, aproximadamente – ou, mais precisamente, por 58 países. O horário “universal”, apresentado em computadores e aparelhos celulares, convencionalizado sob a sigla UTC⁹⁶ (Tempo Universal

⁹⁶ “Quando o UTC foi concebido pela primeira vez, em 1970, as partes que o organizaram não conseguiram entrar em acordo quanto a usar o acrônimo em inglês, CUT, ou em francês, TUC, assim concordaram em ficar no meio do caminho, em UTC” – Alan Burdick, Por que o tempo voa. São Paulo: Todavia. 2020, p.23.

Coordenado) é resultado da combinação de horários colhidos em relógios oficiais que, por sua vez, são ajustados, mês a mês, a partir de um relatório –que calcula uma média das medições– produzido pelo Escritório Internacional de Pesos e Medidas, no Departamento do Tempo, em Paris.

Esse relatório –chamado “*Circular T*”– é enviado, por exemplo, no décimo dia de cada mês, num arquivo de computador de algumas páginas, para as 58 “nações-membros”. Trata-se de um grupo privilegiado, digamos, pois, possuem recursos para manter laboratórios de medição do tempo, onde relógios de quartzo pulsam para que se possa calcular uma média do horário local. Essa média é enviada a Paris, que por sua vez, calcula a média das médias de cada local e emite um novo relatório mensal... os países então recebem essa média das médias –um horário global–, a partir da qual ajustam os inevitáveis descompassos dos seus relógios locais, e então o ciclo se fecha e recomeça *ad aeternum*⁹⁷. O objetivo é a sincronia perfeita – impossível de ser alcançada, embora tenha-

⁹⁷ Essa história está contada no livro “Por que o tempo voa”, publicado originalmente em inglês, em 2017, pelo jornalista norte-americano Alan Burdick. No Brasil, a primeira publicação é de 2020, pela editora Todavia, São Paulo.

se estabelecido uma margem de descompasso bastante aceitável para nosso mundo globalizado (BURDICK, 2017).

O tempo convencional –ou convencionado–, portanto, pode ser considerado o tempo dos “fortes”, que regem o horário do mundo. Alan Burdick narrou a história da construção de um “tempo único global”. Tal narrativa se mistura inevitavelmente com o desenvolvimento da indústria, da modernidade e das novas temporalidades que surgiram na modernidade. No princípio, o objetivo era resolver problemas locais –entraves ao “desenvolvimento”–, como no caso das linhas férreas norte-americanas.

Quando as ferrovias se espalharam e ofereceram um movimento mais rápido através de maiores distâncias, os viajantes descobriram que a hora numa cidade quase nunca coincidia exatamente com a hora em outra cidade [...] A bem da conveniência, para simplificar horários ferroviários e impedir que trens se chocassem, empreendeu-se um esforço para coordenar relógios nas cidades e entre elas, usando o telégrafo para trocar sinais horários

[...] A simultaneidade se tornou uma mercadoria distribuída [...] a paisagem do tempo mudou, passando de um terreno minuciosamente granular para tratos mais regulares do agora. (BURDICK, 2020, p.157)

O autor cita eventos como a construção de um observatório astronômico, em 1858, em Neuchâtel, criado exclusivamente para “fornecer uma hora exata para a indústria de relógios” da Suíça. Muito antes da criação do UTC, a ideia de um tempo universal comum já tinha sido bastante debatida e o caminho para sua implementação já havia sido trilhado, mas um acordo dessa magnitude era inédito, portanto, tudo indica que as forças e vontades para que isso acontecesse eram enormes. A seguir, a busca desse consenso, pelas palavras de A. Burdick:

Na virada do século [XIX], com tremendo esforço político, os sistemas de marcação do tempo do mundo foram convencidos a, da mesma forma, se coordenarem entre si. Foram traçadas linhas invisíveis e se estabeleceram no globo 24 zonas regularmente espaçadas. Foi fixado um *agora* para cada um na Terra. O matemático francês Henri Poincaré,

uma voz de liderança no movimento, observou que o tempo é nada mais que “uma convenção”. Em francês, escreve Galison, *convention* comporta dois significados: um consenso, ou convergência de opiniões, e uma conveniência. [O] *agora* é quando todos nós concordamos que é, para tornar nossa vida compartilhada mais fácil.⁹⁸

Assim começou a surgir a experiência de simultaneidade –mundial– que, pelo desenvolvimento de técnicas e tecnologias como as de comunicação, ampliou-se, até que se tornou bastante presente em nossas vidas. A noção, ou a percepção de aceleração do tempo, a qual vivemos hoje na *hipermmodernidade*, começava, então, a ganhar uma estrutura ampla, uma paisagem extensa e quase onipresente, uma atmosfera imensurável. Além disso, ao mesmo tempo, surgia a pressão temporal de nosso cotidiano, a compressão do espaço-tempo, a ansiedade da corrida contra o relógio.

Esperamos que nossos relógios estejam sincronizados um com o outro. [...] *Meu agora* deve ser o *seu agora*, mesmo que você esteja do outro lado do mundo [...] Essa expectativa está arraigada na vida digital moderna, mas não foi sempre assim.⁹⁹

⁹⁸ BURDICK, 2020, p.159.

⁹⁹ Ibidem; p.157.

Na “*pós-metrópole*” descrita por Massimo Cacciari¹⁰⁰, uma contradição explícita nas grandes cidades contemporâneas se apresenta pela oposição entre dois desejos fundamentais dos habitantes. De um lado, o desejo de possuir uma cidade que abrace o *ócio* (a fruição da vida, a experiência) e que, de outro, ao mesmo tempo, abrace o *negócio* (*negotia*). A oposição se dá, por exemplo, pelo ritmo distinto que cada um dos desejos impõe à existência e ocupação nas cidades. Ao pensarmos num *tempo do forte*, talvez seja possível assumir que ele, provavelmente, está alinhado ao ritmo do negócio (*negotia*), e também ao tempo *kronos* – que pode ser considerado um tempo mais objetivo (externo ao sujeito) – em oposição a um tempo subjetivo (interno ao sujeito).

¹⁰⁰ CACCIARI, Massimo. *A cidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2010.

A PAUSA COMO AÇÃO DE RESISTÊNCIA – E COMO OPORTUNIDADE para enriquecer a experiência na hipermodernidade urbana

Segundo Olgária Matos, Walter Benjamin teceu o “diagnóstico” do *moderno* como “experiência da pobreza e pobreza da experiência”. Para Benjamin, *vivência* é algo diferente de *experiência*. A pobreza do *vivido* moderno seria composta por “carência, sobrecarga e saturação”, em outras palavras: há vivências em demasia, porém, sem riqueza de significados. Sucumbimos ao frenesi da novidade e da velocidade numa tentativa vã de enriquecer as vivências “em vez de se dispor de *tempo* para convertê-las em experiência”. Para Olgária Matos, “experiências são vestígios de *tempos heterogêneos* que permanecem na memória inconsciente, onde se aloja a aura do tempo”. (p.103)

A sociedade da ‘mobilização infinita’ produz a exaustão, constringendo permanentemente a se ter opinião formada sobre tudo: ‘o mundo atual’, anota Barthes, ‘está repleto de exigências de tomadas de posição [...], por isso é tão cansativo’ [...]. Temporalidade do

curto prazo e da não reflexão, ela dissipa a capacidade do projetar, o tempo se fechando sobre si mesmo, em um presente saturado de ‘comunicação’. O ‘cansaço de existir’ pesa sobre o presente: ‘As noções de projeto, motivação e comunicação dominam nossa cultura normativa. São o código de nossa época.’¹⁰¹ (MATOS, In: NOVAES, 2013, p.111)

Por sua vez, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, radicado na Alemanha, escreveu, entre outros livros, “A sociedade do cansaço”, que seria esta sociedade na qual o indivíduo se coloca uma cobrança extrema por produção e, assim, acaba por explorar a si mesmo. Ao refletir sobre o nosso tempo *hipermoderno*, da *hiperprodução*, da multi-tarefa e do *hiperconsumo*, afirmou que é preciso revolucionar o uso do tempo. Nas palavras de Han:

A aceleração atual diminui a capacidade de

¹⁰¹ OLGARIA MATOS. *Dialética na imobilidade da mens momentânea à imobilidade do instante*. In: NOVAES, ADAUTO (org.). *Mutações: o futuro não é mais o que era*. São Paulo: Edições SESC SP, 2013; p.111.

¹⁰² BYUNG-CHUL HAN, em entrevista para o Jornal online El País. Fonte: < https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/07/cultura/1517989873_086219.html > Acesso em 19/maio/2020.

¹⁰³ JORGE LARROSA BONDÍA. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência** – Universidade de Barcelona, Espanha – Tradução

permanecer: precisamos de um tempo próprio que o sistema produtivo não nos deixa ter; necessitamos de um tempo livre, que significa ficar parado, sem nada produtivo a fazer, mas que não deve ser confundido com um tempo de recuperação para continuar trabalhando; o tempo trabalhado é tempo perdido, não é um tempo para nós.¹⁰²

O mundo moderno nos cobra opinião sobre tudo, enquanto a atmosfera do trabalho rouba nosso tempo – que poderia ser um tempo usado para a *experiência*. Opinião e trabalho são justamente “inimigos” da experiência, de acordo com o filósofo da educação Jorge Larrosa Bondia. Se, para Olgária Matos, há muitas vivências para poucas experiências, J. L. Bondia, por sua vez, escreveu que “nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara”¹⁰³ (p.21). Para,

de João Wanderley Geraldi – Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística – * Conferência proferida no I Seminário Internacional de Educação de Campinas, traduzida e publicada, em julho de 2001, por Leituras SME; – Textos-subsídios ao trabalho pedagógico das unidades da Rede Municipal de Educação de Campinas/FUMEC. in: Revista Brasileira de Educação, Jan/Fev/Mar/Abr 2002 Nº 19, p.21 – Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>; Acesso: 15/abril/2020.

Bondia, além de (1)excesso de opinião e (2)excesso de trabalho, a experiência é cada vez mais rara também por (3)excesso de informação e, precisamente, por pura (4)falta de tempo.

Para Bondia, “uma sociedade constituída sob o signo da *informação* é uma sociedade na qual a *experiência* é impossível” (BONDIA, 2002, p.22). Se há muita informação, há muita opinião e, assim como O. Matos, o autor aponta que “há uma pressão constante para que todo indivíduo possua uma opinião” e constata que “se há muita opinião, não há experiência, assim, nada nos acontece [...] esse binômio informação/opinião torna também a experiência impossível”.

Nós somos sujeitos ultra-informados, transbordantes de opiniões e superestimulados, mas também sujeitos cheios de vontade e hiperativos. E por isso, porque sempre estamos querendo o que não é, porque estamos sempre em atividade, porque estamos sempre mobilizados, não podemos parar. (p.24) E, por não podermos parar, nada nos acontece.¹⁰⁴

Sobre a falta de tempo, Bondia resume que a “velocidade dos acontecimentos nos tempos modernos” criou um tipo

¹⁰⁴ Ibidem; p.24.

de “sujeito insaciável; incapaz de silêncio” – o arquiteto Massimo Cacciari, no contexto de sua “pós-metrópole”, comparou a “pausa” ao “silêncio” numa partitura musical. Para Bondia, o trabalho é “inimigo mortal” da experiência. Para ele, experiência é diferente de trabalho, pois, o trabalho deriva da pretensão de mudar o mundo, a experiência é outra coisa. Para se ter a chance de viver a experiência, é preciso escapar ao ritmo imposto pela modernidade. Nas palavras de Bondia:

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção [...] quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, [...] olhar, [...] escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, [...] o juízo, [...] a vontade, [...] o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.¹⁰⁵

O que propõe Jorge Larrosa Bondia para que se possa ter a possibilidade da experiência, a partir dessa paisagem

¹⁰⁵ Jorge Larrosa Bondia. Op. cit.; pp. 24–25.

temporal é, justamente, aquilo que propôs, por sua vez, Olgária Matos, para que fosse possível transformar a pobreza da vivência em riqueza de experiência. Nas palavras de Olgária Matos:

[...] a dialética na imobilidade é a suspensão do tempo em relação ao *continuum* do progresso, de suas agitações e intranquilidades, indicando um presente que não é transição entre passado e futuro, mas que 'para e se imobiliza' [...] movimento e interrupção do movimento [...] este tempo em estado de repouso é um 'movimento imóvel' [...]

O que a autora chama de “dialética na imobilidade” pode ser entendido uma “pausa do destino” ou uma “inversão” do destino. É como se o tempo externo ao sujeito –esse tempo coletivo acelerado, caracterizado pela era moderna– fosse algo

¹⁰⁶ OLGÁRIA MATOS. Op. cit.; p.127.

¹⁰⁷ “Um descanso na loucura”, o *amor*, para o escritor brasileiro João Guimarães Rosa (1908–1967); A “*amabilidade urbana*” cunhada por Adriana Sansão Fontes (2011; 2013) pode, também, talvez, criar um espaço-tempo como um oásis, uma ilha no caos do tempo e da cidade. A *pausa na hipermodernidade* poderia, também, ser considerada uma maneira de “amor próprio”, ou de “autocuidado”, “autopreservação”. De modo equivocado, quem se fecha em condomínios,

como o destino, que nos domina e atropela. A “dialética na imobilidade” ou “dialética em estado de repouso” é uma pausa, a “suspensão do tempo”, significa “desviar-se de dogmatismos” –como faz o flâneur, narrado por Walter Benjamin, que escapa ao tédio e ao destino¹⁰⁶.

Essa pausa na linha corrida do destino abraça o acaso, o fortuito, o aleatório. Olgária Matos invoca o termo *Apatheia* – distinto de *apatia*– para se referir a um estado de isenção, de autonomia, de independência, de contemplação, de meditação que edifica essa *pausa* que se tenta ilustrar. Uma pausa que libera o sujeito do excesso de exterioridade, criando uma estabilidade íntima¹⁰⁷. E que libera o tempo “de seu fechamento e clausura”. Neste ponto a autora, por sua vez, também traz à tona o conceito de tempo *kairós* –justamente uma abertura, uma oportunidade, uma janela no tempo– que tratamos noutro

talvez, também busque isso –como aponta Massimo Cacciari–, porém, sem sucesso, pois, ali há uma realidade paralela, falsa e sem interações com diferentes, não há urbanidade ali dentro, não há pluralidade, não há heterogeneidade, não há, portanto, espontaneidade, não há encontros entre desconhecidos – justamente o que constitui a cidade, como vimos com R. Sennett e Z. Bauman.

ponto neste trabalho. Nas palavras de Olgária Matos:

Muito antes da invenção do calendário, os gregos conheceram o *kairós*, o instante feliz, bem escolhido ou ofertado pelos deuses, o momento justo da ação. Se hoje é difícil reconhecê-lo e o apreender na multiplicidade dos momentos que se sucedem é porque o tempo qualitativo se perdeu sob as pressões da aceleração de um tempo homogêneo com tendências conformistas. O *just in time* [o tempo objetivo da pontualidade] é a degradação do *kairós*, e o *timing* [o tempo medido, o tempo contado, exato] é gerenciamento do tempo.¹⁰⁸

A “dialética na imobilidade” carrega em si a tensão equilibrada entre ação e não-ação, o movimento em repouso. Também não suprime o tempo pois, em si, ela é o “tempo da delicadeza”, é a espera do momento oportuno, é a espera da abertura do tempo. Noutras palavras é algo como refletir sem se mover, sem agir, porém, contraditoriamente, é uma espera ativa, atenta que enaltece a grandeza do instante e da experiência.

Ante o cotidiano frenético moderno –hipermoderno– que nos carrega como um rio bravo em seu ritmo e seu volume de

informações, a habilidade de cavar uma pausa é o mesmo que ter astúcia, é tática, é a ferramenta-arma do fraco para, com sorte, compor e fortalecer horizontalidades – para citar numa única oração Henri Lefebvre, Michel de Certeau e Milton Santos.

Se a sociedade *hipermoderna* “desvaloriza” qualquer maneira de espera e lentidão –como nos apontou Gilles Lipovetsky–, a *dialética na imobilidade* representa, justamente, uma resistência, uma oposição frente a corrente veloz, volumosa e impositiva de informações, opiniões e novidades, dessa nossa sociedade; nesse contexto, talvez, a *dialética na imobilidade* funcione, também, como um filtro.

Afinal, como ter experiência na cidade se nos falta tempo? Como pode haver convívio em qualquer lugar sem que se disponha de tempo? Portanto, como pode haver *convívio nos espaços públicos* sem que se disponha de tempo? Massimo Cacciari se questionou: “[...] será possível *habitar* onde não existem *lugares*?”; e foi adiante: “[...] o lugar do habitar não é mero alojamento. Só uma cidade pode ser habitada; mas não

¹⁰⁸ OLGÁRIA MATOS. Op. Cit.; p.131.

é possível habitar a cidade se ela não se dispuser a ser habitada, ou seja, se não ‘der’ lugares.” O lugar pode ser entendido com um instante no espaço-tempo que mantém relação íntima ou no mínimo cortês, simpática para com um indivíduo. Desse modo, se não houver tempo, se não houver lugares, se não houver espaços que convidam, como pode haver experiências nas grandes cidades contemporâneas?

SUJEITO DA EXPERIÊNCIA *VERSUS* SUJEITO DA INFORMAÇÃO

Jorge Larrosa Bondía define o “sujeito da experiência” como um “território de passagem”¹⁰⁹ –por onde passa aquilo que nos passa– e como uma superfície sensível afetável. É a dimensão onde chega algo; é um “espaço” de acontecer. Assim, o sujeito da experiência é aberto, passível, disponível, receptivo.

¹⁰⁹ Conceito semelhante à “zona de passagem”, utilizado em filosofia; ver HENRI BERGSON, via LUIZ FUGANTI; – Video online, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=r9eyNaBuQtY>>

O sujeito da experiência está ex-posto, se apresenta vulnerável, se coloca em risco. Assim, num contraponto, quem não se ex-põe é incapaz de viver experiência.

J. L. Bondía se debruçou sobre a etimologia da palavra experiência. E daí extraiu algumas observações. Nas palavras dele:

A palavra experiência vem do latim *experiri*, provar (experimental). A experiência é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova. O radical é *periri*, que se encontra também em *periculum*, perigo. A raiz indo-européia é *per*, com a qual se relaciona antes de tudo a idéia de travessia, e secundariamente a idéia de prova. Em grego há numerosos derivados dessa raiz que marcam a travessia, o percorrido, a passagem: *peirô*, atravessar; *pera*, mais além; *peraô*, passar através, *perainô*, ir até o fim; *peras*, limite.¹¹⁰

Assim, o sujeito da experiência se expõe, buscando

Youtube: Luiz Fuganti, “zona de passagem”; “existência”. Acesso em 16/maio/2020.

¹¹⁰ JORGE LARROSA BONDÌA. Op. cit.; p.25.

oportunidade ou *ocasião*¹¹¹. A experiência é a oportunidade da existência, do ser que simplesmente ex-iste; o ser na imanência – poder-se-ia dizer: “na imobilidade”.

O sujeito da experiência é então receptivo, aceitante, sofredor, submetido, afetável, sensível. Em oposição, o sujeito incapaz de experiência é anestesiado, apático, definido por seus: saber; poder; e vontade. O sujeito da experiência está aberto à transformação, o que significa que está aberto à alteração e mutação de sua forma.

Ao sujeito da experiência cabe o *saber da experiência* que está na relação *entre* conhecimento e vida-humana¹¹². Bondia afirma que, antes, na história, o conhecimento estava colado no sujeito. O conhecimento era incerto (*pàthei màthos*); surgia da experiência vivida, da tentativa e do erro frente aos acontecimentos, dando sentido, ou ausência de sentido, aos fatos. Era, assim, um saber finito, pessoal, subjetivo. A experi-

¹¹¹ Ver “*ocasião*” em Michel De Certeau; Ver “*circunstância*” em Fernand Deligny.

¹¹² Para BONDIA conhecimento é dinheiro, enquanto vida-humana são as necessidades humanas básicas e amplas – por exemplo:

ência é, portanto, pessoal, singular, própria do sujeito, impossível de ser repetida.

A experiência é o saber-colado-no-indivíduo, o saber que está dentro do indivíduo, e que faz sentido, como uma forma humana singular de estar no mundo: uma ética (um modo de conduzir-se); e uma estética (um olhar)¹¹³ (BONDIA, 2002).

Se o saber da experiência estava na relação entre conhecimento e vida-humana, para Bondia, na era moderna, o conhecimento-moderno se separou da vida-humana que, por sua vez, se empobreceu. Portanto, Bondia coloca em oposição, de um lado, o conhecimento moderno (a ciência) e, do outro, o saber da experiência.

Assim, a experiência do saber não é ciência, o conhecimento moderno é abstrato, estéril, desligado da vida cotidiana. Ninguém pode aprender da experiência de outro, a não ser se revivida e tornada própria. E “ter uma vida própria, pessoal, é

qualidade de vida e consumo (uso e desfrute).

¹¹³ SERGIO CARDOSO. *O olhar dos viajantes*. In: Aduino Novaes (et. al.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

algo cada vez mais raro”, afirma J. L. Bondía, citando Rainer Maria Rilke.

Bondía escreveu que “tudo o que faz impossível a experiência, faz também impossível a existência”. Sobre esse paralelo entre experiência e existência, o filósofo Luiz Fuganti questionou, afinal, “o que constitui a existência? Qual é a face absoluta da existência¹¹⁴?”; e afirmou que “para [Henri] Bergson, o absoluto tem duas faces”, e que “uma das faces absolutas da realidade –que seria a existência– é uma “zona de passagem” –“território de passagem”, para Bondía–, um ser de passagem, é na verdade um puro *devenir*”; e continua: “não há existência que não esteja acoplada a um ser de passagem”. – Tal afirmação corrobora o que afirmou Bondía que, como vimos, escreveu que, num dado momento da história, o conhecimento surgia da experiência vivida e estava colado no sujeito – era, portanto, subjetivo.

Assim, se a experiência-existência é cada vez mais rara, quando e onde a experiência-existência é possível? Talvez:

¹¹⁴ Referência online: < <https://www.youtube.com/watch?v=r9eyNa-BuQtY> > Video no site Youtube: Luiz Fuganti, “zona de passagem”; “existência”. Acesso em 16/maio/2020.

agora, aqui – ou, noutras palavras: no momento presente, no momento comum, no “instante”, como escreveu Olgária Matos. Para Luiz Fuganti, “o presente [tempo da experiência] não é o *ser que é*, é o *devenir que devem*. O mais imediato do presente é *isso que não para de passar*”. E vai além. Num esforço de refletir sobre o que é *comum*, afirma que é “nesta zona que não pára de passar [o presente, o agora, aqui] começa o *comum*. O *comum* a todos nós”. Portanto, esse tempo *presente*, tempo do *devenir*, tempo do *comum*, é o tempo onde pode acontecer a experiência (existência), de que fala Olgária Matos e Jorge Larrosa Bondía – e esse instante-espaco-tempo-do-comum pode e deve acontecer nos espaços públicos – e acontece, com mais ou menos apoio, com mais ou menos suporte, infraestrutura, convite à pausa, preferivelmente, uma pausa confortável.

Sobre a ciência moderna, Bacon e Descartes diminuam a experiência e defendiam o método. Mas, segundo Bondía, o método é o caminho seguro da ciência... a trilha já aberta na

mata. No caminho do método, a experiência se tornou experimento: caminho seguro e previsível. Aí o conhecimento já não é mais *pàthei màthos* (incerto) e sim *mathema*: uma acumulação progressiva de verdades objetivas fora do homem, distantes do homem. Para Bondía, experiência não é experimento. Enquanto, de um lado, a experiência é singular, irrepetível, navega na incerteza, na abertura para o desconhecido, rumo ao que não se pode prever; e produz pluralidade, diferença, heterogeneidade; de outro lado, o experimento é genérico, repetível, previsível e produz consenso, acordo, homogeneidade.

A PERCEPÇÃO DO TEMPO: tempo objetivo (externo-maquinal) *versus* tempo subjetivo (interno-biológico)

Ao nos debruçarmos sobre as inúmeras possibilidades de definição do que é o tempo, uma perspectiva parece se destacar: pode-se afirmar que existe, de um lado, um tempo que atravessa/penetra/habita o sujeito e, de outro, um tempo que “corre” fora do sujeito. Alan Burdick anotou que, praticamente, todos os pesquisadores que se interessam pela biologia e pela

percepção do tempo, em algum momento citará Santo Agostinho. Agostinho foi “o primeiro a falar sobre o tempo a partir de uma experiência interior – perguntando o que é o tempo ao explorar o que se sente ao habitar nele”. A ideia de habitar o tempo o assemelha a uma atmosfera, ou mesmo a um espaço. Haveria como habitar fora do tempo? Ou, em outras palavras, haveria como não habitar no tempo? Isso seria algo como estar fora de si, ou morar fora de si – estar fora do seu próprio corpo, fora de sua própria mente, ou fora do seu próprio sujeito. Retomando Agostinho, A. Burdick escreveu:

Agostinho tirou o tempo do reino da física e o dispôs diretamente no que hoje chamamos de psicologia. “Em você, minha mente, eu meço o tempo”, ele [Agostinho] escreveu. Nossa experiência de tempo não é uma sombra cavernosa de alguma coisa verdadeira e absoluta; o tempo é uma percepção nossa. (BURDICK, 2020, p.119)

Antes de Agostinho, Aristóteles havia afirmado que o tempo é uma propriedade da mente – algo, portanto, interno ao sujeito. Essa afirmação é considerada inegável pela “moderna

ciência da percepção do tempo”¹¹⁵.

A *modernidade, a pós-modernidade e a hipermodernidade* (ou modernidade recente), vêm sendo narradas por muitos autores como uma era na qual a percepção do tempo se transformou de maneira inédita, resultando numa sensação de aceleração dos eventos cotidianos, no surgimento da noção de uma nova temporalidade, para alguns autores: pressão temporal, para outros: compressão do espaço-tempo. David Harvey sintetizou aspectos desse processo, a partir de uma indagação, da seguinte maneira:

Como os usos e significados do espaço e do tempo mudaram com a transição do fordismo para a acumulação flexível? Desejo sugerir que temos vivido nas duas últimas décadas [entre 1970 e 1990] uma intensa fase de

compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural [...] creio não ser por acaso que a sensibilidade pós-moderna evidencia fortes simpatias por determinados movimentos políticos, culturais e filosóficos confusos que ocorreram no começo deste século [...] quando o sentido da compressão do tempo-espaço também era peculiarmente forte. Também observo [...] o retorno da estética do lugar e uma propensão revigorada (mesmo na teoria social) a abrir o problema da espacialidade a uma reconsideração geral. (HARVEY, 1992, p. 257)^{116 117}

O fato é que o que chamamos neste trabalho de tempo do forte –ou tempo dos fortes–, aquele tempo convencional, o tempo anunciado pelos ponteiros maquinais dos relógios de

¹¹⁵ ALAN BURDICK. *Por que o tempo voa*. São Paulo: Todavia, 2020, p.118.

¹¹⁶ DAVID HARVEY. *Condição Pós Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola. 17^a edição, 2008. [1989]

¹¹⁷ Na *hipermodernidade* (ou na modernidade recente), experimentos sobre a percepção da passagem do tempo buscaram entender, por exemplo, se a sensação de aceleração do tempo se acentua conforme as pessoas se aproximam da velhice. Pesquisas em diferentes países, em 2010 e em 2014, por exemplo, constataram que tudo indica que “o tempo passa mais rápido, *não* com a idade [isto é: não

com o aumento da idade], mas com a pressão de tempo [ou seja: com a sensação subjetiva de aumento da “pressão temporal”], o que explica por que pessoas de todas as idades dizem que ele [o tempo] está acelerando: o tempo é a única coisa que virtualmente toda pessoa, em igual medida, acha que está faltando. ‘Todos [os participantes das pesquisas] sentem que o tempo passa rapidamente, em todas as escalas’, disse-me [Steve] Janssen” – assim anotou Alan Burdick. (BURDICK, 2020, p.336)

pulso, ou de parede, ou nas estações de trem— impõe um ritmo que vem de fora do sujeito, um ritmo que não é biológico.

Sobre esse contexto, a partir de um diálogo informal a respeito dos pensamentos de Agostinho, Burdick registrou:

“Somos treinados para ver o tempo como algo externo a nós – tempo é o que está tiquetaqueando [...] Mas ele está em nossa cabeça, nossa alma, nosso espírito – nosso presente” [...] O tempo não é meramente observado; ele é ocupado, habitado. Ou talvez ele ocupe a nós; em algum lugar Agostinho assemelha o tempo a um volume – nós somos o vaso que o contém.” (BURDICK, 2020, pp.119-120)

O filósofo Martin Heidegger (1889-1976), posteriormente, abraçou essa linha de pensamento e de argumentação, desenvolvendo-a como “*fenomenologia*: o estudo da experiência consciente do ponto de vista subjetivo”, escreveu Burdick. O pesquisador William James –citado por Alan Burdick–, reforçou aquelas ideias de Agostinho e Aristóteles, afirmando que “o tempo é uma propriedade da mente” e que “o que o cérebro [humano nos] oferece é uma *percepção do tempo*, não o *tempo*

¹¹⁸ William James sobre Agostinho e Aristóteles; in ALAN BURDICK, 2020, p.127.

em si mesmo”. Para W. James “não há experiência do tempo, a não ser nossa experiência subjetiva” (BURDICK, 2020, pp.120–127).¹¹⁸

William James, indicou, também, que “a unidade que compõe nossa percepção do tempo é a duração”¹¹⁹. Entretanto, por sua vez, Alan Burdick apontou que “a percepção da duração é relativa” –isso significa dizer que– “um momento, na percepção de alguém, pode ser muitos [momentos], na percepção de outro [alguém]”; e constatou a complexidade do universo da percepção temporal da vida cotidiana, ao indicar que “os humanos funcionam e se baseiam em várias e diversas escalas de tempo simultaneamente”.¹²⁰

¹¹⁹ William James, in ALAN BURDICK, 2020, p.130.

¹²⁰ ALAN BURDICK, 2020, pp.140–141.

SINCRONIZANDO TEMPOS SUBJETIVOS: a realidade presente como espaço-tempo comunal no âmbito urbano

Autores como os filósofos Gilles Lipovetsky e Byung-Chul Han e o sociólogo Zygmunt Bauman apontaram que um dos sintomas adversos (ou paralelos) das imensas transformações sociais da modernidade¹²¹ (ou da hipermodernidade, ou da modernidade atual) é o aumento dos problemas psicossomáticos (psicológicos) como a depressão, a ansiedade, as crises de pânico social e o *burn-out*¹²². Isso se dá pelo quadro social de extrema individualidade na hipermodernidade, como nos indicou G. Lipovetsky, mas não só.

Possivelmente, uma outra chave para a compreensão desses sintomas esteja na maneira como nossos corpos percebem a passagem do tempo; e nas estruturas biológicas que compõem nossos cérebros e corpos humanos.

O jornalista Alan Burdick registrou, a partir de conversas

¹²¹ A exemplo: a citada compressão do tempo-espaço, ou pressão temporal crescente, ou ainda a aceleração do ritmo cotidiano.

com psicólogos e pesquisadores do tempo, que “o cérebro [humano] não tem um código para o tempo físico, somente para o tempo subjetivo” e que “não podemos [computar e] reportar a duração real [de um período de tempo], apenas nossa percepção da duração”¹²³. Portanto, parece clara a existência distinta e oposta de, por um lado, um tempo objetivo, marcado por relógios mecânicos, e de um tempo subjetivo, assimilado e interpretado pelo corpo e mente humanos.

Na extensa pesquisa de Alan Burdick, um outro ponto parece claro. Se, por um lado, pode haver um acordo “fácil” em relação aos relógios mecânicos –uma convenção de horários, como vimos acontecer na história da modernidade com a implantação do horário global UTC–, por outro lado, ao considerar o estudo das percepções temporais, um acordo ou concordância, parecem mais difíceis de serem obtidos. Noutras palavras, como vimos anteriormente, a percepção da duração de tempo de cada pessoa é singular, portanto, distinta entre um sujeito e outro. Além disso no contexto da hipermodernidade,

¹²² *Burn-out*: termo inglês para pane física e psicológica provocada por excesso de trabalho intenso e prolongado.

¹²³ Alan Burdick; Op. Cit.; p.219.

Lipovetsky salientou a crescente multiplicação das temporalidades particulares de cada sujeito e/ou grupos de sujeitos.

Logo, se há cada vez mais temporalidades singulares, instáveis, e que variam cada vez mais entre extremos, como podemos, então, nos ajustar (nos entender) socialmente, no cotidiano, a partir desses nossos “sempre-distintos-tempos-subjetivos”? Alan Burdick nos ofereceu mais uma dica, a partir do psicólogo J.J.Gibson. Para Gibson, o tempo não é perceptível, mas os eventos o são. O segredo, então, estaria nos eventos (obviamente) compartilhados entre os sujeitos.¹²⁴

Se os eventos são capazes de criar uma situação¹²⁵ —o espaço-tempo de um devir comum— favorável a um ajuste (ou alinhamento) de percepções temporais distintas, a pesquisadora, arquiteta e urbanista, Adriana Sansão Fontes se dedicou a estudar, justamente, eventos, ocupações, intervenções temporárias, em espaços públicos;

A autora escreveu trabalhos como: (1)“Intervenções temporárias, marcas permanentes: a amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades”, sua tese de doutoramento, de

¹²⁴ Alan Burdick; Op. Cit.; p.263.

2011, onde consta o capítulo: (2)“Amabilidade urbana: a qualidade do espaço-tempo da intervenção temporária”.

Parte de suas pesquisas está reunida no livro “Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea” (Rio de Janeiro: Casa da Palavra, Faperj, 2013).

A autora descreve o conceito de “amabilidade urbana” como:

[...] uma qualidade específica do espaço público submetido a uma intervenção temporária [...] um atributo espacial que se manifesta através de conexões e interações entre pessoas e espaço, opondo-se ao individualismo que por muitas vezes caracteriza as formas de convívio coletivo contemporâneas [...]; qualidade urbana dotada de dimensão física, que surge como um importante legado das intervenções temporárias praticadas nos espaços coletivos. [...] amabilidade urbana como a qualidade do espaço da intervenção [...] enquanto a intervenção temporária representa a ruptura positiva do cotidiano, a amabilidade significa a ruptura de hábitos individuais cristalizados no espaço coletivo. Esse aporte pode contribuir para o projeto de no-

¹²⁵ “Ocasão”, “circunstância”; ou “zona de passagem”.

vos espaços coletivos que permitam, e estimulem, mais intervenções temporárias, sempre visando à cidade como a reunião de espaços coletivos mais amáveis. (FONTES, 2013).

A aparente contradição que narra Adriana S. Fontes, ao escrever sobre um “individualismo que... caracteriza formas de convívio coletivo contemporâneo”, se alinha à ideia de “espaços-não-civis” descrita por Zygmunt Bauman, onde há pessoas num espaço e, portanto, há ações nesse espaço, mas não há de fato *interações*, não há civilidade. Ademais, sem interações não pode haver oportunidade para o desenvolvimento da cidadania, retomando o universo de ideias de Jane Jacobs, Richard Sennett e Z. Bauman.

Voltando à reflexão entre um tempo interno e outro externo ao sujeito, um subjetivo e outro objetivo, Alan Burdick mais uma vez buscou auxílio em Agostinho:

“Não me interrompa clamando que o tempo não tem existência objetiva”, escreveu Agostinho, [...] “O que estou medindo é a impressão que os fenômenos que passam deixam em você, que persistem quando já passaram: é isso que meço como sendo a realidade presente, não as coisas que passaram de modo que se pudesse formar a impressão. A impressão em si mesma é o que eu meço

quando meço intervalos de tempo.” [...] Nós não experimentamos “tempo”, só a passagem do tempo. (ALAN BURDICK, 2020, p.264)

Essa “impressão em si mesma” seria, então, o tempo-subjetivo. E essas impressões “que os fenômenos... deixam em você, que persistem...”, poder-se-ia associá-las às “marcas permanentes” suscitadas por Adriana Sansão Fontes. Marcas e impressões que, noutro momento, talvez, transmutem-se em memórias.

E, nesse contexto da comunhão de um espaço-tempo, –seja por um evento, ou por uma “intervenção temporária” em espaços públicos– é aí, neste instante, onde e quando se criam transformações e memórias comuns coletivas. É aí, também, onde-quando, afinal, podemos almejar compartilhar de uma temporalidade similar, ou afiná-las –as temporalidades– mesmo que por um instante, como instrumentos musicais, criar sintonias comuns coletivas, que se formem como resistência subjetiva-coletiva, frente às temporalidades-homogêneas-hegemônicas da modernidade dos capitais, das mercadorias, do excesso de imagens, de informação, de opinião. Dessa maneira, também, podemos dizer que se compõem as horizontalidades apontadas por Milton Santos.

Neste mesmo trecho, acima transcrito –narrado por A. Burdick–, Agostinho afirma medir a “impressão que os fenômenos *que passam* deixam em você” como sendo a “realidade presente”. Aqui, há dois pontos importantes, tendo em vista o estudo sobre as *experiências* dos espaços públicos urbanos, a que se propõe este trabalho. Primeiro, “aquilo que passa”, ou “aquilo que nos passa”, é, justamente, a maneira como Jorge Larrosa Bondia descreveu o que é “experiência”. E, em segundo lugar, quanto à “realidade presente”, não à toa, Henri Lefebvre e Milton Santos alertaram para a importância de desenvolver e expandir o conhecimento “sistemático” da “realidade urbana” – que só pode, afinal, ser apreendida num determinado espaço-tempo.

¹²⁶ ALAN BURDICK sobre Jean-Marie Guyau, in: BURDICK, 2020, p.276

TEMPO SUBJETIVO: ALTERIDADE, EMPATIA E CIVILIDADE

Avançando na discussão sobre um tempo objetivo e outro subjetivo, há uma perspectiva mais radical, que assume que o “tempo só existe na [nossa] mente” e que, portanto, o “tempo não é uma condição, e sim um [...] produto da consciência”¹²⁶. Assim, poder-se-ia dizer que o tempo dos relógios, de fato não existe, é pura ilusão. Logo, se o tempo que existe é apenas aquele que *percebemos*, com base nas pesquisas da neuro-psicóloga Sylvie Droit-Volet, Alan Burdick concluiu que “a percepção do tempo é contagiosa”¹²⁷.

Os efeitos colaterais da modernidade poderiam ser explorados a partir dessa afirmação. Para que a noção moderna de aceleração do tempo possa ser considerada coletiva, ela, primeiro, precisa ser compreendida a partir do indivíduo ou da relação entre a percepção de um indivíduo e a percepção de um outro.

¹²⁷ ALAN BURDICK; 2020; Op. Cit.; p.294

Assim, se a percepção da duração do tempo é contagi-osa, isso, provavelmente, passa por uma reação psicológica que Sylvie Droit-Volet apelida de *arousal*, ou ativação¹²⁸: “o *arousal* sinaliza a existência de uma ponte para a vida interior dos outros”, escreveu A. Burdick¹²⁹. Desse modo, o *arousal* pode ser o ponto chave para o que chamamos de “empatia”, conceito importante para o estudo da alteridade e das relações sociais, em geral.

Dessa maneira, a partir da percepção do tempo (o tempo subjetivo); do conceito de experiência; e do estado psicológico do *arousal* –estrutural para a empatia–, retomamos o tema da *alteridade*¹³⁰, caro aos estudos de comportamentos em espaços sociais. No decorrer de suas pesquisas, Sylvie Droit-Volet constatou que “quando conversamos um com o outro e observamos um ao outro, estamos entrando e saindo da experiência do outro, inclusive [habitando] suas percepções [...] de duração”. Nas palavras de Alan Burdick:

“A eficácia da interação social é determinada por nossa capacidade de sincronizar nossa atividade com a dos indivíduos com os quais estamos lidando”, escreve Droit-Volet, [...] “Em outras palavras, os indivíduos adotam os ritmos de outras pessoas e incorporam o tempo de outras pessoas” [...]. Nossas distorções temporais compartilhadas podem ser consideradas como manifestações de empatia; afinal, incorporar o tempo de outra pessoa é se pôr dentro de sua pele. (BURDICK, 2020, p.294)

Desse modo, nós misturamos nossas temporalidades às dos outros, misturamos nossos ritmos com os ritmos das pessoas ao nosso redor. Isso faz lembrar o “efeito manada”, ou a “aprovação dos números”, citada neste trabalho por Zygmunt Bauman, ao descrever espaços-não-civis como centros de compras, onde um sujeito imita a ação dos demais sem que, no entanto, haja interações entre eles. A grande diferença é, justamente, esta: aqui, há *interação-social* e, talvez, por isso, possa haver a *experiência*, que, por sua vez, pode levar à

¹²⁸ “Em psicologia experimental, *arousal* se refere ao grau em que o corpo está se preparando para agir de determinada maneira”, de acordo com as atividades percebidas em outros seres num mesmo espaço-tempo – o *arousal* pode, assim, estar diretamente associado à noção de “empatia” – in: ALAN BURDICK, 2020, pp.189-294.

¹²⁹ ALAN BURDICK; 2020; Op. Cit.; p. 292.

¹³⁰ Alteridade é tema estudado também por Claude Lévi-Strauss e retomado por Zygmunt Bauman, como vimos, anteriormente.

transformação de temporalidades – talvez, uma desaceleração, um respiro, uma pausa. – A interação social é também um dos fatores que determina se um espaço é civil ou não-civil, como anotou Bauman.

Droit-Volet parece, então, sugerir que quanto mais pessoas paradas (em pausa, em repouso) houver num espaço social, mais pessoas –provavelmente– se sentirão à vontade para parar (ou convidadas a parar). E, de mesmo modo, no mesmo espaço social, quanto mais pessoas em movimento houver, mais pessoas se sentirão induzidas a movimentar-se. (Isso pode guardar relação direta com as dinâmicas de usos dos espaços públicos na Avenida Paulista).

Portanto, criar ocasiões de pausa é importante: para desacelerar a percepção da duração do tempo; para desacelerar o ritmo da vida imposto, por exemplo, pelos horários de trabalho; para, simplesmente, desacelerar e, assim, poder transformar “vivências em experiências”, como sugeriu Olgária Matos.

Em outras palavras, criar, nos espaços públicos, ocasiões de pausa, é importante para enriquecer a *experiência na*

modernidade ou na *hipermodernidade* – isso pode transformar a herança da “experiência pobre”, constatada por Walter Benjamin.

A “marcação” de tempo subjetiva –realizada por nosso cérebro e mente humanos– é maleável e flexível, constituindo-se numa ótima ferramenta-armas de sobrevivência, de sociabilidade e de desenvolvimento. Portanto, difere muito de um cronômetro que marca rigidamente o tempo, de maneira linear. Droit-Volet defende, a partir das anotações de Alan Burdick:

[...] nosso relógio [subjetivo] é soberbo ao se adaptar ao sempre mutante ambiente social e emocional no qual navegamos todos os dias. O tempo que percebo em cenários sociais não é só meu, nem existe apenas um [único] molde para ele, e isso é parte do que dá a nossas interações sociais suas nuances; “dessa forma, não existe um único tempo homogêneo, e sim múltiplas experiências de tempo” [...] Nossas distorções temporais refletem diretamente o modo com que nosso cérebro e nosso corpo se adaptam a esses tempos múltiplos”¹³¹

Assim, Droit-Volet ilustra como se forma uma atmosfera-

¹³¹ Sylvie Droit-Volet, in: BURDICK, 2020; Op. Cit.; pp.295–296.

temporal-coletiva-social; um conjunto de percepções subjetivas de tempo no mesmo espaço; uma espécie de tempo-coletivo-social-percebido; quase como um subconsciente-coletivo-temporal que não é simples – não é, naturalmente, homogêneo. Nas anotação de A. Burdick, a pesquisadora cita a afirmação de Henri Bergson: “temos de pôr de lado a ideia de um único tempo, tudo que conta [ou importa] são os tempos múltiplos que constituem a experiência”¹³².

Talvez, aí, numa questão temporal, esteja a dificuldade de se quebrar a individualidade da vida moderna, em todas as esferas, seja nos espaços públicos, ou nos domésticos; essa individualidade em excesso, evidenciada por Gilles Lipovetsky, como vimos, foi também citada, por Adriana Sansão Fontes, como uma característica que constitui frequentemente as “formas de convívio coletivo contemporâneas”¹³³.

¹³² “On doit mettre de côté le temps unique, seuls comptent les temps multiplex, ceux de l’expérience” – em francês, transcrito por Alan Burdick, in: BURDICK, 2020; Op. Cit.; p.296.

¹³³ ADRIANA SANSÃO FONTES. *Amabilidade Urbana: a qualidade do espaço-tempo da intervenção temporária*. Cadernos ProArq 17, Rio de Janeiro; FAU-UFRJ, 2011; p.23; – Este artigo é parte integrante da Tese de Doutorado em Urbanismo intitulada: *Intervenções*

Nessa torrente de temporalidades múltiplas do cotidiano, para que um sujeito possa se conectar a outro, é necessário criar essa sincronia, afinar a sintonia temporal. Isso significa, de duas, uma: ou correr para alcançar o outro, ou parar, para ser alcançado. Mais uma vez, Droit-Volet alimenta a reflexão, pelas palavras anotadas por Alan Burdick:

Nossas mais tênues trocas sociais – [...] olhares, sorrisos e carrancas – ganham potência com nossa aptidão para sincronizá-los entre nós [...] Flexibilizamos o tempo para termos tempo, um com o outro, e muitas distorções temporais que experimentamos são indicadores de empatia; quanto mais capaz eu for de me ver em seu corpo e em seu estado de espírito, e você nos meus, melhor poderemos reconhecer [–por exemplo–] uma ameaça, um aliado, um amigo ou alguém em necessidade. Mas a empatia é um atributo bastante sofisticado, uma marca de maturidade emocional; exige aprendizado e tempo. À medida que uma criança cresce e desenvolve empatia, ela adquire uma melhor noção de como navegar no mundo social.

temporárias, marcas permanentes. A amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades, defendida no PROURB – FAU / UFRJ no ano de 2011, sob orientação da Prof. Doutora Lúcia Costa. – Disponível em: <https://www.academia.edu/25303640/Amabilidade_urbana_a_qualidade_do_espaco-tempo_da_intervencao-temporaria> Acesso: 20/06/2020.

Neste ponto, uma ideia chama à atenção. Enquanto Droit-Volet classificou a empatia como um “atributo bastante sofisticado”, que “exige aprendizado e tempo” –isso, num mundo que “desvaloriza as formas de espera e lentidão”, como vimos com G. Lipovetsky–, em paralelo, por sua vez, Zygmunt Bauman classificou como “sofisticado e especial” um outro atributo, também “difícil” de ser desenvolvido: Bauman se referia à civilidade, exultada por Richard Sennett (à luz de J. Jacobs).

Esses atributos sociais sofisticados (*civilidade e empatia*), por exigirem “aprendizado e tempo” e, por ser difícil cultivá-los e desenvolvê-los, necessitam de oportunidades (ocasiões; circunstâncias;), no espaço-tempo, para que possam ser praticadas, desde a infância. Além disso, os espaços públicos deveriam oferecer essas oportunidades; oferecer os lugares-espaços-tempos (os instantes) adequados e convidativos para esses aprendizados e práticas de sociabilidade.

3.

USOS DO TEMPO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA AVENIDA PAULISTA

(ESPAÇO E TEMPO NA AVENIDA PAULISTA)

As relações sociais são atingidas a partir do sensível; elas não se reduzem a esse mundo sensível e no entanto não flutuam no ar, não fogem na transcendência. Se a realidade social implica formas e relações, se ela não pode ser concebida de maneira homóloga ao objeto isolado, sensível ou técnico, ela não subsiste sem ligações, sem se apegar aos objetos, às coisas. Talvez devêssemos introduzir aqui uma distinção entre a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o “urbano”, realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento.

Henri Lefebvre, [1968] 2016, p.54.

(RE)CONHECENDO A REALIDADE URBANA; território usado e a espessura do presente

No contexto das ciências da cidade, Henri Lefebvre tece uma crítica à prática do urbanismo na primeira metade do séc. XX, que tem por objetivo (1) dirimir intrigas entre teoria, prática e ideologia, além de (2) compreender melhor e apresentar ao leitor as nuances de tal prática. No decorrer de tal crítica, Lefebvre recomenda que “a interrogação sobre o *uso* e os *usuários*” assumam papel de destaque no estudo da “realidade urbana”¹³⁴.

Ao tratar das ciências parcelares e de tal realidade urbana, Henri Lefebvre afirma que “não há dúvida [...] que o conhecimento da realidade urbana possa incidir sobre [...] as *possibilidades* e não apenas sobre o *acabado* [...]”¹³⁵, reforçando a potência dos usos e das interpretações sobre os espaços existentes, construídos; e a importância de estudar não apenas os espaços em si, mas, justamente, a maneira como são interpretados e utilizados por seus habitantes no decorrer do tempo.

¹³⁴ LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2016 [1968]; p.45.

Lefebvre ainda insinua que priorizar o espaço em detrimento do tempo deveria ser considerado uma patologia social.

De modo semelhante, sobre essas “possibilidades”, Lídia Decandia –a partir de Maurice Merleau-Ponty– ressalta a potência latente do “porvir” ou do “devir”, a partir das interações nos espaços urbanos, isto é, da maneira como são utilizados.

Assim como H. Lefebvre, o geógrafo Milton Santos, também, defende –fortemente–, a partir do que chama de lugar, o estudo cuidadoso do “*uso do território*” ou do “*território usado*”. Nas palavras de M. Santos:

Por enquanto, o lugar –não importa sua dimensão– é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território) (SANTOS, 1998, p.19)

¹³⁵ *Ibidem*; p.43.

Lidia Decandia, por sua vez, inspirada por Merleau-Ponty, também indicou a arquitetos/urbanistas/planejadores a necessidade de “descer da torre” e “retomar a viagem nos territórios do presente” (como citado anteriormente neste trabalho). Presente tal que possui espessura ou profundidade, como indicou Sergio Cardoso (também a partir de Merleau-Ponty). A realidade complexa poderia então ser apreendida e transmutada (ou transformada) a partir dessa *espessura do presente* na qual age o fator tempo – instante este que forja a temporalidade, esta chave para a apropriação do tempo-espço pelo habitante.

AVENIDA PAULISTA: realidade e território complexos

O território que compõe a região da Avenida Paulista é resultado de um volume gigante de informações. A região se transformou muito ao longo da história. Se no princípio da expansão urbana era uma zona residencial, onde pairavam casarões de barões do auge do café brasileiro, hoje é uma avenida onde as mais diversas funções urbanas (trabalho, lazer,

habitação, educação, comércio...) coexistem –no tempo e espaço– numa escala metropolitana, a nível mundial.

A Avenida Paulista é um dos pontos turísticos na área central da cidade de São Paulo, a maior cidade da América Latina. Somando os municípios vizinhos, essa região metropolitana computa mais de 21 milhões de habitantes. A Avenida Paulista é um dos territórios mais bem conectados nesta macro-zona por vários motivos.

É sabido que a infraestrutura da região foi sendo ampliada com o passar do tempo e hoje é riquíssima. Quanto ao acesso via transportes públicos, ali é possível chegar por linhas de metrô (azul, amarela e verde) que estão, por suas vezes, conectadas a linhas de trem; e por linhas de ônibus que conectam grande parte da metrópole. Em anos recentes (durante governo municipal de Fernando Haddad), uma longa ciclovia foi

instalada de ponta à ponta na Avenida, conectando, de modo seguro¹³⁶, ciclistas entre a Vila Mariana e o bairro Pacaembu.

A Avenida é, também, um dos principais centros financeiros da cidade e, portanto, das Américas e do mundo. Na região está situado um número alto de postos de trabalho, em escritórios financeiros e de diversas instituições e empresas, de nível nacional e global, de diferentes setores da economia como os da indústria e da agricultura. Esses postos de trabalho fazem com que o fluxo de pessoas pela avenida seja bastante alto ao longo da semana, principalmente de segunda à sexta-feira – embora o movimento aos finais de semana também seja intenso, por outros motivos.

Além disso, diversas instituições culturais e de ensino também possuem sedes na avenida – muitos museus, unidades de associações para serviços sociais, cinemas, casas de cultura oficiais, entre outras. Isso faz com que a oferta de cultura –gratuita ou paga– nessa região seja bastante generosa.

¹³⁶ Acidentes fatais envolvendo bicicletas aconteciam com frequência anteriormente.

Trata-se também de um centro de consumo que abriga, ao menos, três shopping-centers de grande porte (Shopping Paulista, Shopping Center 3, Shopping Cidade São Paulo) e muitas galerias de porte robusto, como aquelas do edifício multi-funções conhecido como Conjunto Nacional, entre tantas outras, que oferecem desde produtos eletrônicos, a roupas, livros, eletrodomésticos e quase tudo o mais que se possa vender ou comprar.

A avenida se estende por alguns bairros ao longo de aproximadamente três quilômetros de comprimento (2.8km). Possui calçadas amplas, que podem atingir algo entre oito e dez metros de largura, em alguns pontos. O subsolo é bastante utilizado, tanto pelos edifícios (para garagens ou outros usos), quanto pela linha verde de metrô que percorre praticamente toda a extensão da avenida. Por ali também se estendem redes de telecomunicações, de energia elétrica e de gás encanado, por exemplo. Nos lotes onde haviam casarões de, no máximo, dois ou três andares, hoje repousam edifícios de dez, doze, quinze andares. Assim, a “Paulista” existe também “nas

alturas”. Muitos desses edifícios possuem heliportos. O fluxo de helicópteros na região e na cidade é altíssimo, competindo com metrópoles como Nova Iorque.

Próximo da extremidade oeste da Avenida Paulista está o maior complexo hospitalar da América Latina, o Hospital das Clínicas, que abriga o Hospital da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), o Hospital do Câncer de São Paulo e o Instituto Emilio Ribas. Há também cemitérios municipais bastante próximos à Avenida Paulista, como o Cemitério do Araçá e Cemitério da Consolação, entre outros. De mesmo modo, o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho (o Pacaembu), que também abriga um clube esportivo não está distante da grande Avenida Paulista.

Dessa maneira, pode-se compreender que a Avenida Paulista se conecta, por um lado, com uma rede de fluxos local e, por outro, com uma rede de fluxos global ou mundial. São duas grandes camadas de realidade distintas com suas múltiplas dinâmicas acontecendo simultaneamente.

O RECORTE DESTA PESQUISA: de qual *tempo-espaço* falamos?

Dada essa complexidade, como é possível estudar o que chamamos espaços públicos a partir da Avenida Paulista? A partir de qual perspectiva? Como compreender esta “realidade urbana?”

Antes de mais nada, é importante afirmar que este não é um trabalho de caráter histórico e, tampouco, geográfico descritivo, nem demográfico ou relativo às morfologias urbanas. Portanto, por outra perspectiva, pretende-se realizar algo que poderia talvez ser descrito como uma fotografia do momento urbano contemporâneo, que busca observar e refletir sobre as dinâmicas cotidianas ditas invisíveis –para usar o termo de Maurice Merleau-Ponty–; isto significa dizer que esta pesquisa tem por objetivo concentrar-se nas relações entre os indivíduos/grupos com outros indivíduos/grupos e, também, nas relações desses seres com o ambiente ou com as ambiências no determinado espaço-tempo da Avenida Paulista, nos anos 2019 (principalmente) e 2020.

Este também *não* é um trabalho que pretende abordar todas as questões espaço-temporais presentes na Avenida

Paulista. Tal proposta seria inatingível no contexto de uma dissertação –e mesmo de um doutoramento, ou qualquer outro contexto–, tendo em vista a complexidade espaço-temporal das realidades múltiplas do território acima apresentado e do amplo universo de assuntos que ele pode suscitar. Nos parágrafos a seguir, pretende-se tornar mais claros tanto a abordagem quanto o recorte do trabalho, a partir de breve narrativa sobre o processo de configuração da pesquisa.

Após um extenso trabalho de campo que consistiu em fotografar diversas situações cotidianas nos espaços públicos da Avenida, em tempos e horários distintos, foi elaborado um “Mapa de Estudo” com o intuito de localizar tais situações de alguma maneira no território da Avenida Paulista.

O Mapa de Estudo constitui uma tentativa de apreensão da complexidade deste território-espaço-tempo. Pode-se dizer que é uma experimentação metodológica que visa se aproximar do território e de seus usuários – descer da torre e “sujar-se”, como propôs Maurice Merleau-Ponty, retomado por Lidia Decandia.

Sobre um “mapa-base” oficial –recolhido no site da Prefeitura Municipal de São Paulo–, com os traçados da avenida

e das ruas que compõem a malha viária da região, foram coladas as fotografias realizadas (e impressas em baixa qualidade) sobre os pontos da avenida, mais ou menos onde as fotos haviam sido feitas. – Com o mapa pronto, criou-se uma visão geral. Um ponto de início para a pesquisa.

Um conjunto de fatores resultou no recorte escolhido. O primeiro fator foi a análise feita sobre o Mapa de Estudo que serviu como amostragem das situações e um guia de interesses de pesquisa. Em segundo lugar, a extensão e complexidade do território recomendava um recorte cuidadoso. Por fim, o tempo disponível para o desenvolvimento desta dissertação exercia força sobre as decisões. A partir desses fatores, optou-se, então, por priorizar o térreo da grande avenida (a chamada “cota zero”) considerando-se a sua importância para a vida cotidiana dos habitantes observados e, também, para os estudos urbanos de modo geral.

Num segundo momento, a partir da divisão do extenso território em três partes –como três “fatias” da longa avenida–, optou-se por trabalhar com a “Parte 3”, ou seja: a extremidade leste da via, que engloba a Praça Oswaldo Cruz (próxima ao bairro da Vila Mariana).



Imagem: Mapa de São Paulo. Linha mostra a extensão da Av. Paulista e círculo indica região escolhida como recorte para o trabalho. Fonte: Google Maps, 2020; edição do autor, 2020.

Esta região (a região 3, leste) foi escolhida, pois, ali, pôde-se perceber –a partir do mapa de estudo– usos mais heterogêneos desses espaços públicos, quando comparados àqueles usos encontrados nas outras duas parcelas da avenida (ver Mapa de Estudo a seguir) –de toda forma, seria possível, noutra oportunidade, estender o trabalho para as demais parcelas da avenida.

Após a apresentação do “Mapa de Estudo” geral, serão exibidas fotos aproximadas desta peça gráfica, que indicam trechos menores dessa “Parte 3” do território, numa sequência dividida em oito quadrantes, a começar pelo quadrante “1/8”, e assim por diante. Isso se fez necessário para uma melhor visualização do mapa de estudo e serviu também como registro do processo (ver imagens na sequência).

Entretanto, devido à baixa qualidade das imagens impressas para o processo de criação do Mapa de Estudo (por questões de custo), é importante frisar que ao longo deste capítulo algumas das imagens originais serão reproduzidas em maior tamanho e em qualidade superior –além de coloridas– para que se possa visualizar os detalhes das situações cotidianas registradas no território estudado. Ademais, tais imagens serão comentadas a partir das referências bibliográficas que apoiam este trabalho.

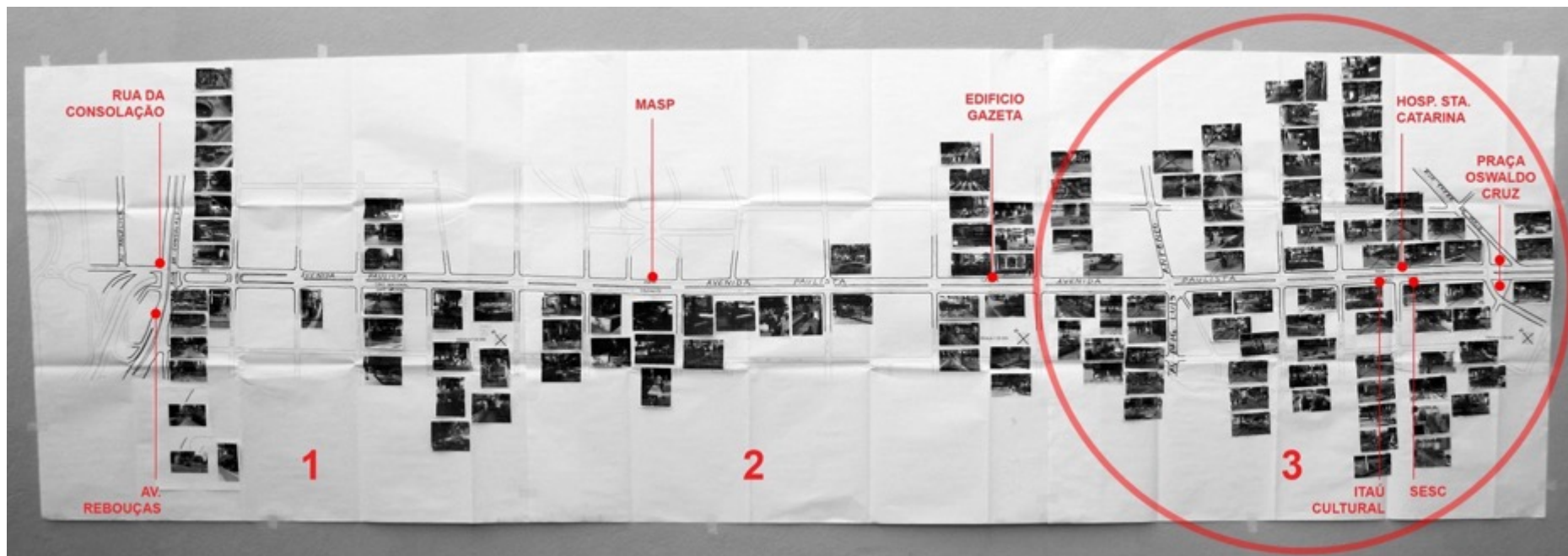
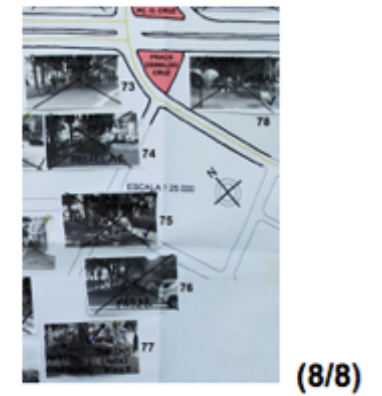
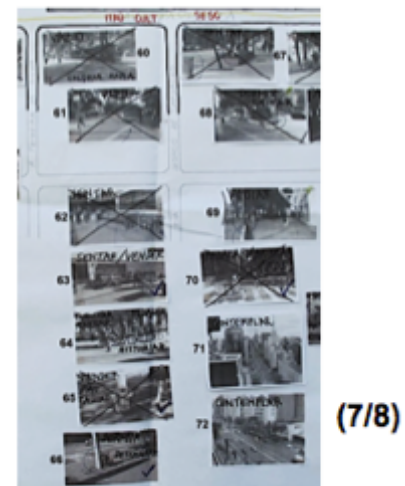
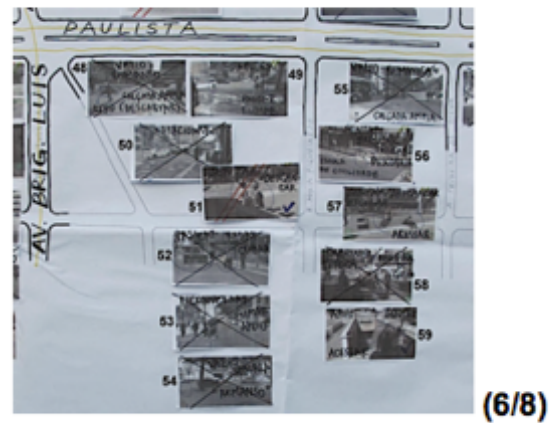
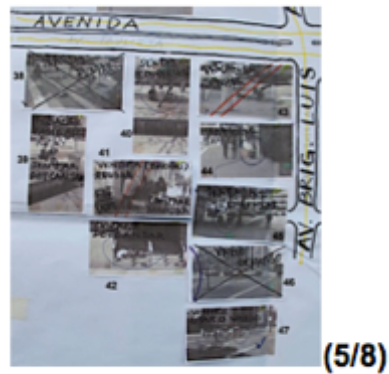
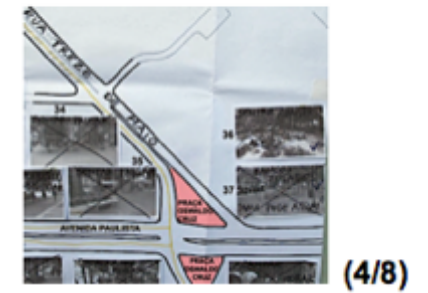
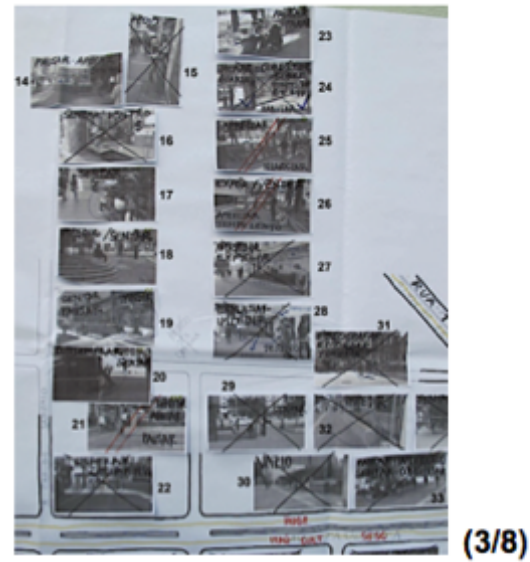
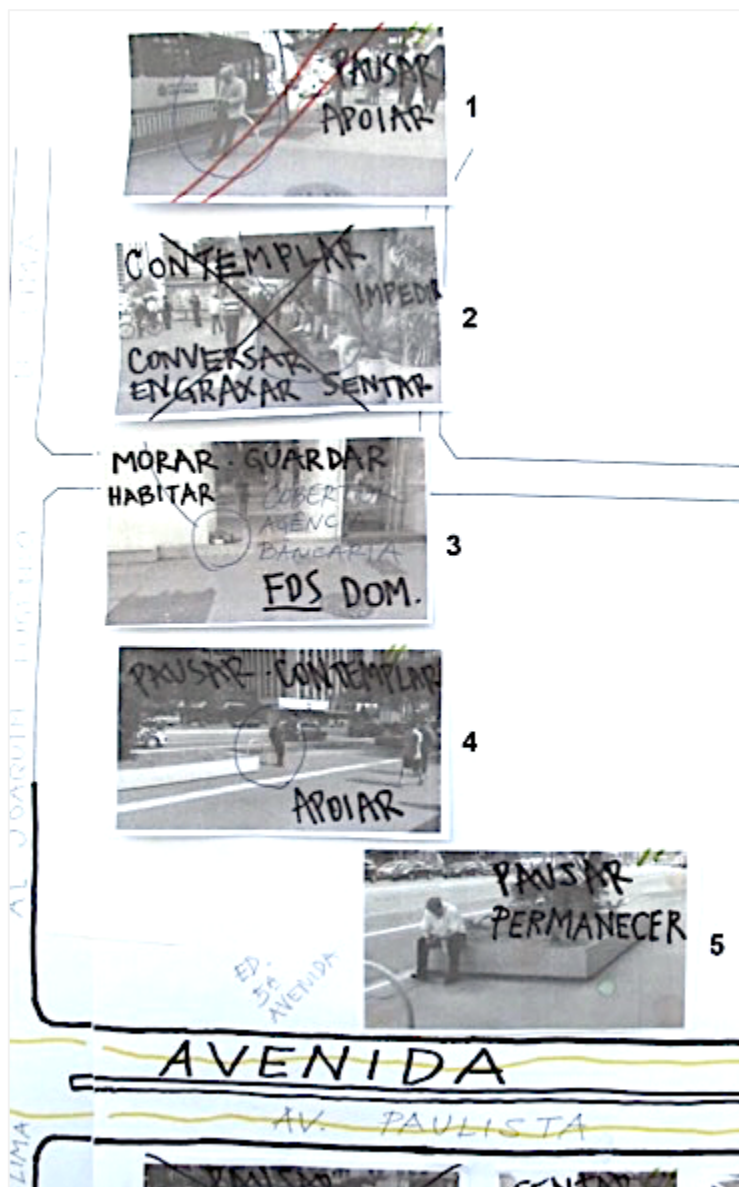


Imagem: **Mapa de Estudo da Avenida Paulista**. Apresenta situações de usos do tempo nos espaços públicos flagradas na Av. Paulista. São fotos dessas “situações” impressas e coladas aproximadamente onde aconteceram. (Intervenções do autor sobre base retirada do site da Prefeitura do Município de São Paulo – Mapa Digital da Cidade – MDC). Escala do mapa em tamanho real: 1:25.000. Em destaque: “Parte 3/3” (trecho abrange o cruzamento da Av. Paulista com a Av. Brig. Luís Antônio e se estende até a Praça Oswaldo Cruz). Fonte: autor, 2019–2020.

Abaixo: da esquerda para a direita, seqüência dos “Quadrantes” de 1 a 8, da “Parte 3” do Mapa de Estudo da Av. Paulista:





***Imagem: 1/8 – Detalhe do mapa de estudo – Quadrante 1/8 – Calçadas Norte – “Zoom” na Parte 3 do Mapa – Cruzamento entre Av. Paulista e Av. Brigadeiro Luís Antônio – parte noroeste do cruzamento. Fonte: autor, 2019–2020.**

Nas fotos:

(1) Homem apoiado em paraciclo (1/2); pausa (temporalidades); interpretação subjetiva do espaço e dos objetos; produção do espaço, interpretação e uso; ausência de assentos confortáveis;

(2) (a) Engraxates sentados em banquinhos conversam; assentos informais, sentar, “assentamento”; ausência de assentos confortáveis; o trabalho do engraxate; o encontro, a conversa;

(2) (b) Vasos para impedir a ocupação ou “domesticação”: segregação, distinção, repelir, impedir;

(3) Cobertor dentro de agência bancária – o frio chegará à noite; pessoas em situação de rua; morar na rua; habitar, habitat (“habitat é mais do que a casa”);

(4) Homem apoiado em paraciclo (2/2); pausa, contemplação, apoio; ausência de assentos confortáveis;

(5) Cozinheiro sentado em canteiro; intervalo, pausa, permanência, trabalho, descanso; ausência de assentos confortáveis.

***Obs.:** Algumas das fotos serão mostradas de forma ampliada e comentadas mais adiante.

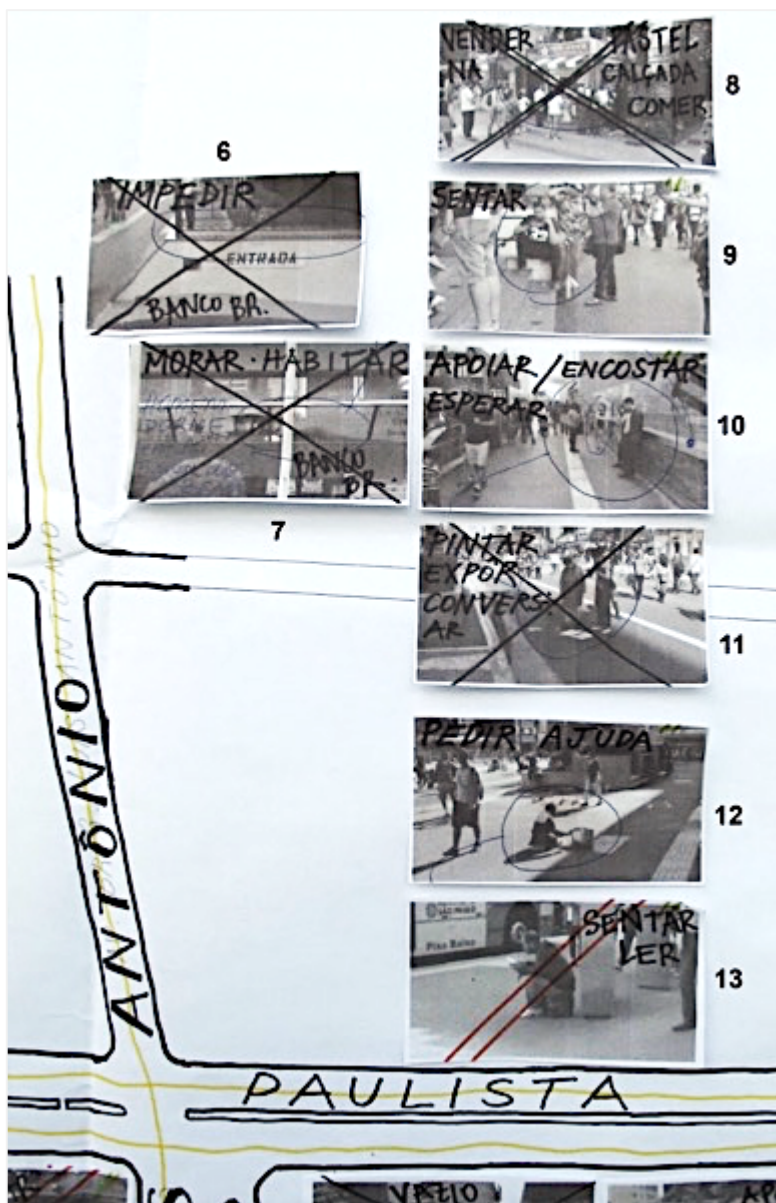


Imagem: 2/8 – Detalhe do mapa de estudo – Quadrante 2/8 – Calçadas Norte – “Zoom” na Parte 3 do Mapa. – Cruzamento entre Av. Paulista e Av. Brigadeiro Luís Antônio – parte nordeste do cruzamento. Fonte: autor, 2019–2020.

Nas fotos:

(6) Elemento de serralheria impede o uso de mureta como assento; (agência do Banco do Brasil); impedir; repelir; “proibido sentar” (A);

(7) Pessoa acampada no espaço de acesso à agência do Banco do Brasil; “morar na rua”; habitar;

(8) Comer pastel na calçada; vender; comprar; comer;

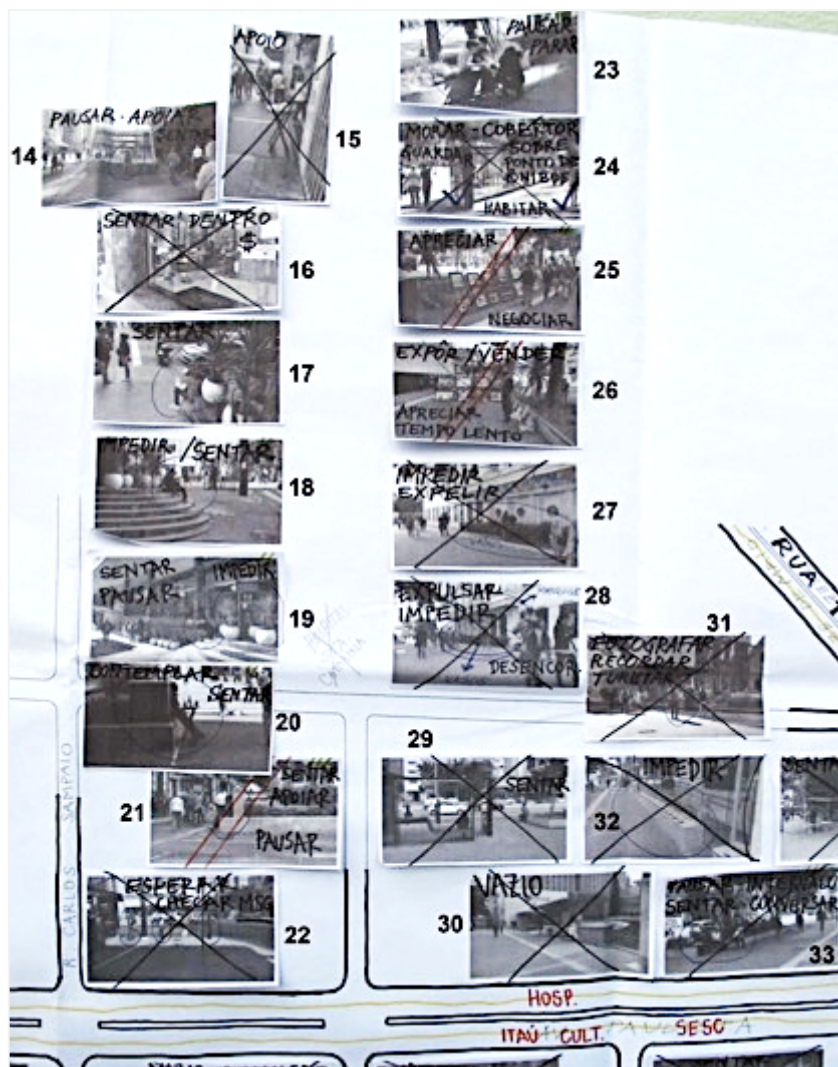
(9) Homem sentado na escada; ausência de assentos confortáveis; tempo lento;

(10) Muro como apoio para descanso e espera (acesso e saída do metrô); ponto de encontro; ausência de assentos confortáveis;

(11) Senhora artista pinta sobre papel e expõe obras no asfalto (FDS – fim de semana); pintar; expor; conversar; tempo lento;

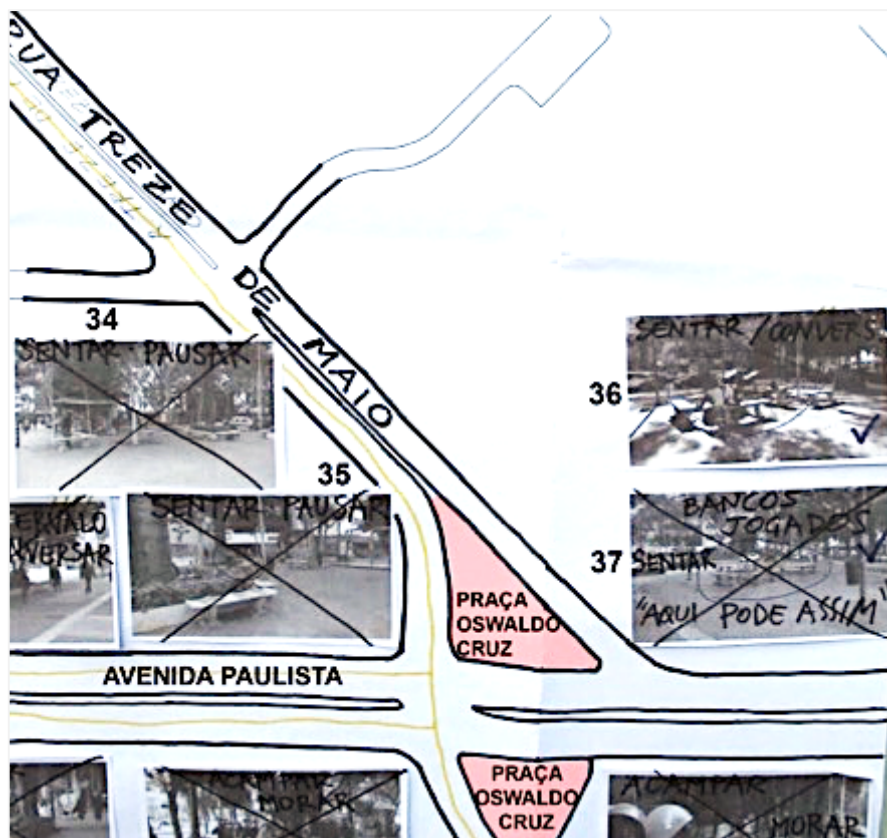
(12) Homem com dificuldade motora pede dinheiro; pedir ajuda; ajudar;

(13) Habitante em situação de rua lê jornal sentado em saco cheio de pertences; sentar-se; ausência de assentos confortáveis; espaço-não-civil.



Acima: 3/8 – Detalhe do mapa de estudo – Quadrante 3/8 – Calçadas Norte – “Zoom” na Parte 3 do Mapa. – Cruzamento entre Av. Paulista e R. Carlos Sampaio – parte nordeste do cruzamento. Fonte: autor, 2019–2020. – Nas fotos:

- (14) **Pessoa apoiada em cobertura de acesso ao metrô**; pausar; apoiar; sentar-se; tempo lento; espera; não há assentos;
- (15) **Mesa alta de apoio para bar**; consumo; pausa; tempo lento; permanência; assentar-se; contemplação;
- (16) **Cadeiras dentro de estabelecimento** – pagando você pode se sentar; desigualdade; consumo;
- (17), (18) e (19) **Pessoas sentadas em escada com vasos**; pausar; descansar; tempo lento; sentar; assentamento; colonização/domesticação do espaço; astúcia; apropriação x impedir apropriação com vasos grandes (disputa pelo espaço);
- (20) **Jovem sentado em canteiro toma cerveja**; apropriar-se; assentamento; astúcia;
- (21) **Jovem sentado em canteiro**; sentar; apoiar; pausar; apropriação; contemplação; colonização/domesticação do espaço;
- (22) **Pessoas de pé no acesso ao metrô**; pausar; esperar; aguardar; checar mensagens no celular; espaço vazio; “remanso” de esquina criado por guarda-corpo da CET;
- (23) **Família descansa sentada em canteiro**; pausar; parar; descansar; tempo lento (FDS);
- (24) **Cobertor sobre ponto de ônibus – o frio chegará à noite**; morar; habitar; apropriação por sobrevivência;
- (25) e (26) **Homem vende quadros (FDS)**; expor; vender; apreciar; contemplar; negociar; comércio; tempo lento (FDS);
- (27) e (28) **Vasos impedem apropriação** (marquise na fachada do hospital Sta. Catarina); impedir; expelir; disputa pelo espaço; expulsar; desencorajar;
- (29) **Pessoas sentadas em ponto de ônibus e canteiro**; sentar; esperar; pausa;
- (30) **Grande vazio em frente ao Hospital Sta. Catarina**; vazio como possibilidade de apropriações; calçadas amplas;
- (31) **Turistas fazem fotos**; fotografar; recordar; “turistar”; economia;
- (32) **Blocos instalados em mureta impedem o ato de se sentar (agência Banco Bradesco)**; impedir; “proibido sentar” (B); repelir;
- (33) **Colegas cozinheiros conversam sentados em canteiro em horário de folga**; pausar, sentar, intervalo, conversar.



Na imagem: 4/8 – Detalhe do mapa de estudo – Quadrante 4/8 – Calçadas Norte – “Zoom” na Parte 3 do Mapa. – Cruzamento entre Av. Paulista e Rua Treze de Maio – Praça Oswaldo Cruz (Norte).
 Fonte: autor, 2019–2020.

Nas fotos:

(34), (35) e (36) Parcela norte da Praça Oswaldo Cruz: assentos de concreto pré-moldado (sem encosto); e árvores; pessoas ocupam assentos (sem encosto) – oportunidade raríssima (na data dos registros) de assentos “adequados” na Av. Paulista; sentar; pausar; convite ao tempo lento;

(37) Muitos assentos sem encosto concentrados num mesmo ponto (acumulados, “entulhados”). Dúvida 1: há cuidado com a organização desse espaço?; Dúvida 2: a posição desses assentos foi pensada, estudada, planejada? – Parece que não.



Acima: 5/8 – Detalhe do mapa de estudo – Quadrante 5/8. Calçadas Sul – “Zoom” na Parte 3 do Mapa. – Cruzamento entre Av. Paulista e Av. Brig. Luis Antônio – parte sudoeste do cruzamento. Fonte: autor, 2019–2020.

Nas fotos:

- (38) **Mulheres sentadas em canteiro conversam**; ausência de assentos com encosto (que são mais confortáveis); vê-se um grande cinzeiro; pausar; conversar; fumar;
- (39) **Mulher sentada em canteiro ao lado de sua bicicleta (FDS)**; ausência de assentos com encosto (mais confortáveis); pedalar; passear; sentar; descansar;
- (40) **Jovens sentados em canteiro (FDS)**; sentar; conversar;
- (41) **Brechó improvisado em fachada de agência bancária Santander (FDS)**; astúcia; apropriação espontânea (sobrevivência? / disputa pelo espaço?); vender; reusar; comprar; negociar;
- (42) **Homem dorme em escada**; apropriação por sobrevivência (Adriana S. Fontes); habitar; morar; habitante em situação de rua;
- (43) **Homem descansa deitado em cobertor**; descansar; “sonhar”?; habitar; morar; habitante em situação de rua; apropriação pela prática de sobrevivência; astúcia;
- (44) **Homem produz artesanato sentado no chão**; trabalhar; apropriação por sobrevivência?;
- (45) **Engraxate sob a sombra de uma árvore aguarda cliente que se sentará num “trono” com rodinhas (rodízios)**; trabalhar; engraxar; apropriação por sobrevivência?;
- (46) **Vazio, “remanso” em esquina criado por guarda-corpo**; ausência de assentos; vazio como espaço de possibilidades;
- (47) **Vendedor se apropria do vazio sentado em cadeira de praia**; apropriação por sobrevivência?; trabalhar; vender; usar os vazios.



Imagem: 6/8 – Detalhe do mapa de estudo – Quadrante 6/8 – Calçadas Sul – “Zoom” na Parte 3 do Mapa. – Cruzamento entre Av. Paulista e Av. Brig. Luis Antônio – parte sudeste do cruzamento. Fonte: autor, 2019–2020. Nas fotos:

- (48) **Vazio**; “remanso”¹³⁷; **calçada ampla**; lixo (ação de descartar);
- (49) **Mulher a fumar apoiada em paraciclo**; apoiar, pausar, fumar.
- (50) **Estacionar** (o carro ocupa espaço – disputa pelo espaço);
- (51) **Senhoras sentadas em estrutura de ventilação do metrô**; sentar, descansar;
- (52) **Cuidador empurra cadeirante na calçada**; passear, rodar (cadeirante), cuidar (cuidadora), idosos nas calçadas;
- (53) **Grupo de pé conversa e fuma apoiado em estrutura do metrô**. Conversar, fumar, apoio, pausa;
- (54) **Vazio, remanso**, sombra, árvore, não há assentos confortáveis;
- (55) **Vazio, remanso**, calçada ampla, não há assentos confortáveis;
- (56) **Criança pequena sentada na guia da calçada (meio-fio)**; crianças na cidade (escola de civildade/cidadania); sentar, brincar, passear, descobrir, FDS.
- (57) **Pessoas sentadas em estrutura do metrô**; sentar, descansar, “escalar” (“trepar”), acessar, FDS;
- (58) **Mulher empurra carrinho de pipoca no FDS** (“máquinas de guerra?”); festa; trabalhar, apropriação por sobrevivência?;
- (59) **Mulher sentada e homem apoiado em acesso do metrô (temporariamente fechado)**; estruturas e infraestruturas do metrô reinterpretadas pelos usuários das calçadas (astúcia, tática); apoio, sentar, não há assentos;

¹³⁷ No trabalho de Juliana Monferdini, “remansos” são zonas calmas – protegidas do fluxo principal de pedestres – nas calçadas da Av. Paulista. Tais zonas surgiram após a Cia. de Engenharia de Tráfego (CET) municipal instalar guarda-corpos com a função de determinar (forçar) o trajeto do pedestre para atravessar as vias carroçáveis utilizando “obrigatoriamente” as faixas de pedestres. Ao desenhar um limite para os caminhos dos transeuntes, criou-se – como efeito colateral – essas zonas calmas que convidam à pausa e à espera. O termo parece bastante adequado por remeter a um rio – um fluxo – de passantes com suas mar-

gens e remansos. Ver: Juliana Aoun Monferdini. *Práticas e possibilidades na Avenida Paulista*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, sob orientação do Prof. Doutor Abílio da Silva Guerra Neto – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/321>>. Acesso em 02/06/2020. – Ver também: Juliana Monferdini; Vivian Costa. *O Guia do não-estar na Avenida Paulista: as estratégias de sobrevivência na guerrilha urbana*. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitetismo/07.073/4699>> Acesso em 24/06/2020.



Imagem: 7/8 – Detalhe do mapa de estudo – Quadrante 7/8 – Calçadas Sul – “Zoom” na Parte 3 do Mapa – Trecho entre a Rua Teixeira da Silva e a Pç. Oswaldo Cruz – extremidade leste da Av. Paulista. Fonte: autor, 2019–2020. Nas fotos:

(60) e (61) Vazio; calçada ampla.

(62) Assento com encosto oferecido pela instituição Itaú Cultural na calçada de sua fachada – talvez o único assento com encosto disponível nas calçadas da Av. Paulista; sentar-se.

(63) Vendedores com mesas e “banquinhas” aproveitam o movimento dos passantes em frente ao Itaú Cultural; (sentar-se; vender; apropriação por sobrevivência?)

(64) Guia turística narra história da Av. Paulista para ciclistas turistas; (“turistar”, pedalar, narrar, historiar, rememorar, memória.)

(65) “Vende-se pão caseiro”; (comércio ambulante, apropriação por sobrevivência?).

(66) Homem dorme sentado apoiado em árvore; sentar; dormir; descansar –atividades íntimas feitas nas calçadas– habitar; ausência de assentos confortáveis;

(67) A instituição SESC instalou por conta própria um assento de madeira sobre um canteiro para servir a visitantes e passantes – mesmo que sem encosto proporciona algum conforto, pois, sem o assento sentaria-se na terra ou na quina do concreto frio; (sentar; descansar; convite à pausa; dignidade; “espaço-público-civil”.)

(68) Homem em situação de rua dorme no chão durante o dia; (dormir; deitar; habitar; apropriação por sobrevivência).

(69) Mureta serve de apoio a passante para os objetos de um passante; mureta como mesa ou bancada; (apoiar).

(70) Aos finais de semana (quando há bloqueio de automóveis) é criada na rua Leônicio de Carvalho (esquina com a Av. Paulista) uma pista de bicicleta para crianças em estilo “circuito-fechado”. É possivelmente iniciativa de uma das instituições culturais adjacentes (SESC; Itaú Cultural); (crianças; pedalar; brincar; FDS).

(71) e (72) contemplar: vista do mirante e andar intermediário do SESC (não serão abordadas pois o recorte desta pesquisa é o térreo);



Imagem: 8/8 – Detalhe do mapa de estudo – Quadrante 8/8 – Calçadas Sul – “Zoom” na Parte 3 do Mapa. – Trecho entre a Rua Teixeira da Silva e a Praça Oswaldo Cruz – extremidade leste da Avenida Paulista. Fonte: autor, 2019–2020.

Nas fotos:

(73) Grupo de habitantes em situação de rua (famílias com crianças) acampados na parcela sul da Praça Oswaldo Cruz. (acampar; morar; apropriação por sobrevivência.);

(74) “Acampamento” de habitantes “sem-teto” na Praça Oswaldo Cruz (sul); carroça de catador de recicláveis. (Acampar, habitar, trabalhar, reciclar; apropriação por sobrevivência);

(75) Famílias com crianças acampadas na parcela sul da Praça Oswaldo Cruz. (Morar, habitar, acampar;);

(76) Famílias com crianças acampadas na parcela sul da Praça Oswaldo Cruz. (Morar, habitar, acampar;);

(77) Artista-estátua trabalhando; turismo, guia com ciclistas; (apropriação por sobrevivência?; múltiplas camadas do cotidiano; usos do tempo no FDS)

(78) Famílias com crianças acampadas na parcela sul da Praça Oswaldo Cruz. (Morar, habitar, acampar;);

Outro fator importante para delimitação do trabalho foram os tempos ou períodos dos usos desses espaços. De acordo com os usos do tempo percebidos nos espaços públicos da Avenida Paulista, tornou-se importante identificar e diferenciar aquelas situações de usos que ocorrem (1) nos dias “de trabalho” –entre segunda e sexta-feira–, daquelas que acontecem (2) nos dias de descanso ou de lazer, basicamente os finais de semana (FDS), sábados e domingos.

Isso se fez necessário especialmente pelo fato de que há alguns anos (2016), após reivindicações da sociedade civil organizada, e sob a administração do prefeito Fernando Haddad, entrou em vigor decreto de lei que possibilitou que grandes avenidas –inclusive a Avenida Paulista– passassem a ser de uso exclusivo de pedestres¹³⁸ excepcionalmente em horários específicos de sábados, domingos e feriados. Desse modo, automóveis passaram a ser impedidos de circular em

¹³⁸ ...e também de pequenos veículos de transporte ativo não motorizados (a princípio) como bicicletas, patins, *skates* e, posteriormente, patinetes elétricos (que àquela altura passaram a ser bastante utilizados).

¹³⁹ Site “Paulista Aberta”. Disponível em: <<https://www.paulistaaberta.minhasampa.org.br/>>. Ver também: Site Archdaily. – Disponível em: <[https://www.archdaily.com.br/br/928149/paulista-aberta-os-](https://www.archdaily.com.br/br/928149/paulista-aberta-os-impactos-para-visitantes-e-moradores-apos-quatro-anos-do-programa)

tais vias nas datas e horários determinados, liberando assim os espaços para os transeuntes.

Essa medida, apelidada por grupos da sociedade civil de “Paulista Aberta”¹³⁹, foi parte de um pacote de experimentações urbanísticas oficiais, que pretendia aumentar e melhorar a frequência dos usos desses espaços públicos, principalmente por pedestres e usuários de transportes ativos. O conjunto de medidas incluía ações como, por exemplo, uma grande expansão de ciclovias e ciclofaixas. Tais ações foram baseadas em implementações experimentais urbanas realizadas anteriormente em cidades como Bogotá¹⁴⁰ e Nova

impactos-para-visitantes-e-moradores-apos-quatro-anos-do-programa>. Acessos em: 03/06/2020.

¹⁴⁰ ...durante os dois mandatos do prefeito Enrique Peñalosa Londoño (1998–2001; 2016–2019; Bogotá, Colômbia).do governo municipalto s de e umr os conceitos de "ceito deidades para poder compor sua pesquisa que trata afinal de estudos

lorque¹⁴¹, que comprovaram o aumento na frequência e a melhoria na qualidade dos usos de espaços públicos em grandes cidades. Trata-se antes de mais nada de imaginar possibilidades nos espaços-tempos. Nas palavras de H. Lefebvre:

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo quais critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem-sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa. (LEFEBVRE, 2016, p.110)

Nesse contexto, o ponto relevante para esta pesquisa é que esse bloqueio temporário de automóveis –que permitiu a liberação para uso principal de pedestres– transformou radicalmente os modos de utilização e a frequência desses usos nessas grandes vias, e este é o caso da Avenida Paulista. Em outras palavras: aos finais de semana a Avenida Paulista (assim

¹⁴¹ ...durante os três mandatos do prefeito Michael Rubens Bloomberg (2002–2013; Nova Iorque, EUA).

¹⁴² “Paulista Aberta” é um acontecimento semanal aprovado por decreto municipal (Município de São Paulo) que libera os espaços das

como todas as outras vias reservadas temporariamente aos pedestres) passou a ficar repleta de pessoas e de usos múltiplos –transformou-se na “praia dos paulistanos”–, um fenômeno similar às ocupações que passaram a ocorrer no viaduto (ou “elevado”) conhecido como “Minhocão”, na região central de São Paulo.

INTERVENÇÕES TEMPORÁRIAS, APROPRIAÇÕES ESPONTÂNEAS E AMABILIDADE URBANA: “Paulista Aberta”¹⁴² à luz da pesquisa de Adriana Sansão Fontes

Por muitos fatores, o universo da pesquisa de Adriana Sansão Fontes é caro ao trabalho que aqui se apresenta. No texto que segue buscou-se, em primeiro lugar, compreender a estrutura da pesquisa de Fontes; em segundo lugar, pretendeu-se relacionar todas as referências apreendidas de tal pesquisa e também os conceitos criados pela autora que, embora

vias carroçáveis da Avenida Paulista para uso exclusivo de pedestres (proibindo o acesso de automóveis). Tal “evento” acontece aos finais de semana e feriados durante uma faixa de horário pré-determinada.

tratam de situações urbanas bastante específicas, carregam em si ideias amplas que podem colaborar para a reflexão sobre os espaços públicos da Avenida Paulista.

Considerando a “patente aceleração da vida contemporânea” na “hipermodernidade” (“modernidade recente”, “alta modernidade” ou “modernidade contemporânea”), Adriana Sansão Fontes buscou estudar o que chamou de “intervenções temporárias”, nesta sociedade global com “características de transitoriedade, em várias esferas das relações sociais e econômicas” (FONTES, 2011, 2013).

Tal aceleração, segundo a autora, configura aquilo a que apelida “condição efêmera”, algo como as relações “líquidas”, fluidas ou nada fixas, ilustradas por Zygmunt Bauman em

*Modernidade Líquida*¹⁴³. Estendendo a descrição desse espaço-tempo contemporâneo, Fontes afirma que os “espaços da vida coletiva” hoje trazem em si qualidades como a “sensação de hostilidade, o individualismo”¹⁴⁴ e as “relações superficiais” (FONTES, 2011, 2013).

As “intervenções temporárias” são “catalisadores de relações de *proximidade* e *intimidade*, tanto com o próprio espaço, quanto na relação entre os indivíduos da *urbis*”. A autora busca verificar se tais intervenções temporárias “deixam marcas permanentes na cidade, podendo suscitar a manifestação da *amabilidade*”¹⁴⁵. *Amabilidade* ou *amabilidade urbana* é um conceito criado por Fontes no âmbito específico do urbanismo, que poderia ser resumido como “a qualidade do espaço-tempo

¹⁴³ ZYGMUNT BAUMAN. *Modernidade Líquida*. 2001. Op. Cit.

¹⁴⁴ “...refiro-me ao individualismo dando-lhe conotação negativa” – Como anotou FONTES (2013, p.15).

¹⁴⁵ ADRIANA SANSÃO FONTES. *Amabilidade Urbana: a qualidade do espaço-tempo da intervenção temporária*. Cadernos ProArq 17, Rio de Janeiro; FAU-UFRJ, 2011; p.23; – Este artigo é parte integrante da Tese de Doutorado em Urbanismo intitulada: *Intervenções temporárias, marcas permanentes. A amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades*, defendida no PROURB – FAU / UFRJ no

ano de 2011, sob orientação da Prof. Doutora Lúcia Costa. – Disponível em: <https://www.academia.edu/25303640/Amabilidade_urbana_a_qualidade_do_espa%C3%A7o-tempo_da_interven%C3%A7%C3%A3o_tempor%C3%A1ria> Acesso: 20/06/2020; Ver também: FONTES, Adriana Sansão. *Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, FAPERJ, 2013.

da intervenção temporária” – como citado noutra ponto desta pesquisa (FONTES, 2011, 2013).

Sob o manto conceitual das “intervenções temporárias” como desenvolvido por Fontes, residem “três tipos de intervenção”, elencados a seguir: as (1) apropriações espontâneas, as (2) intervenções de arte pública e as (3) festas locais. (FONTES, 2011, 2013).

A pesquisa de Fontes busca compreender o espaço a partir da complexidade do entrelaçamento entre tempo e espaço e das múltiplas tramas de relações entre indivíduos, grupos de pessoas e o ambiente – ou *ambiências* (como sugere Jean Paul Thibaud)¹⁴⁶ justamente por considerar a complexidade dessas tramas. Trata-se, portanto, de uma abordagem do urbano que está alinhada ainda àquela proposta, por sua vez, por Lidia Decandia: o urbano como fenômeno complexo.

Amparada por Martí Peran¹⁴⁷, ao tratar de “apropriações”, Fontes elenca duas dinâmicas distintas e coexistentes

¹⁴⁶ JEAN PAUL THIBAUD; Op. Cit.; 2012.

¹⁴⁷ PERAN, Martí. “*Post it city. Ciudades Ocasionales*”. In: *Post it City. Ciudades Ocasionales*. Barcelona: CCCB, 2008. p. 178. (Nota de Adriana S. Fontes, 2013, p.131)

como mecanismos de apropriação dos espaços públicos nas cidades contemporâneas. O primeiro tipo de mecanismo de apropriação foi chamado pela autora de “*práticas de sobrevivência*”, enquanto o segundo foi chamado de “*práticas de disputa pelo espaço*”.

Fontes indica que as *apropriações espontâneas* são maneiras peculiares, ímpares, de ocupar e usar esses espaços, nas palavras dela, são “expressões subversivas, contrárias à regulação, ao controle urbano e ao planejamento [urbano]” (FONTES, 2013, p.131).

Apoiada em Josep Ramoneda¹⁴⁸, a autora afirma que “essas formas de apropriação são elementos de inconstância gerados pela própria cidade, normalmente à margem das lógicas de poder e de produção, e que expressam novas formas de conflito e resistência”. Entretanto, para Fontes tais apropriações espontâneas podem ser também “sinais indicativos de

¹⁴⁸ RAMONEDA, Josep. “*la ciudad del presente continuo*”. In: *Post it city. Ciudades ocasionales*. Barcelona: CCCB, 2008. p. 176. (Nota de Adriana S. Fontes, 2013, p.131)

possíveis vias de transformação, por expressarem a vivacidade da cidade” (FONTES, 2013, p.131).

Essas formas de apropriação parecem encontrar ecos escritos de Ligia Decandia, quem afirma que:

Numa proliferante ilegitimidade estabelecem-se novos lugares de encontro, densos de significações simbólicas que, muitas vezes, não encontram expressão na materialidade física do espaço, formando-se na invisibilidade das práticas, nos tempos do evento e na espera.¹⁴⁹

Outro ponto importante de se ressaltar é que, em sua pesquisa, Fontes optou por desconsiderar os “usos cotidianos” dos espaços públicos. Ali, a autora considera apenas o que julga serem “ações temporárias e contestatórias”, “*intencionalmente* temporárias” e que “contém o desejo de transformação do espaço”. A autora explica que não aborda os “usos cotidianos do espaço” por entender que neles “não existe uma intenção de ruptura espaço-temporal”, nem uma “relação intervenção-intenção transformadora”. Portanto, Fontes exclui “ações de fins comerciais” e ações como “forma de sobrevivência”.

¹⁴⁹ LIDIA DECANDIA. Op. Cit.; 2003; p.187.

Ademais, Fontes afirma que sua pesquisa busca restringir-se à escala da *pequena intervenção* ou *pequena atuação* no espaço público. Trata-se da “escala comunicativa, [da escala] do lugar ou [da escala] relacional”, como definida por Milton Santos, retomado pela autora¹⁵⁰.

A pesquisa de Fontes engloba basicamente dois grandes conceitos. Em primeiro lugar, as “intervenções temporárias” e, em segundo lugar, a “amabilidade urbana”. Para que a “amabilidade urbana” possa acontecer, Fontes afirma haver a necessidade de um “suporte propício” e um “processo catalisador”. Esse “suporte propício” pode ser compreendido como o espaço urbano construído de tal modo que se possa praticar e desenvolver aquelas habilidades da *civilidade* ou da *empatia*, de que nos falou Jane Jacobs, Richard Sennett e Zygmunt Bauman. Já o “processo catalisador” seria a “intervenção temporária” em si, como exultado anteriormente.

Dessa maneira, o conceito de *amabilidade* se aproxima –de modo particular– da *civilidade*, da *empatia*, e da *alteridade*, tratadas nos capítulos anteriores deste trabalho. Todos esses

¹⁵⁰ FONTES, 2013, p.14.

atributos se relacionam também com a *proximidade* e com a *intimidade* entre indivíduos em situações urbanas, estas últimas destacadas por Fontes.

Ademais, Fontes afirma trabalhar com “quatro temas articulados”: (1) intervenções temporárias; no (2) “contexto temporal de condição efêmera” (aceleração e transitoriedade da vida moderna recente); no (3) “contexto espacial dos espaços coletivos” (onde as intervenções temporárias se materializam); e a (4) “amabilidade urbana” (“legado ou consequência” das intervenções temporárias)¹⁵¹.

Fontes sugere que tais *intervenções*, apesar de *temporárias*, podem ser “motivadoras de transformações permanentes nos lugares”. Suas suposições ou hipóteses são:

[...] (A) a condição efêmera da sociedade contemporânea se concretiza nas cidades; e (B) as intervenções temporárias podem deixar marcas permanentes, sejam materiais ou imateriais, sendo seu principal legado o estímulo à amabilidade urbana, “antídoto” desse estado de indiferença, hostilidade e individualismo

¹⁵¹ FONTES, 2013.

(7)¹⁵² nos espaços contemporâneos da vida coletiva. (FONTES, 2013, p.15)

A partir da perspectiva da complexidade urbana, para compor sua pesquisa, não à toa, a autora estudou conceitos do campo da sociologia, por exemplo, que considera fatores como as *temporalidades* dos indivíduos ou grupos sociais.

Tanto a citada “condição *efêmera*” quanto o conceito de “intervenção *temporária*” tratam explicitamente do fator tempo (e das temporalidades) para serem compostas. Isso reforça a abordagem da presente pesquisa que considera impossível tratar de “espaço” e “tempo” separadamente (isoladamente). Trata-se, portanto, mais uma vez, da complexificação dos estudos urbanos, como defenderam gerações de autores, desde os últimos CIAM até os dias atuais, que se empenharam em desenvolver e reafirmar conceitos (que buscam apreender e traduzir tal complexidade) como “lugar” e “ambiência”, expostos no primeiro capítulo deste trabalho.

Assim, a pesquisa de Adriana Sansão Fontes está inserida num universo amplo de conceitos do urbanismo que são

¹⁵² “...refiro-me ao individualismo dando-lhe conotação negativa” – Como anotou FONTES (2013, p.15).

caros ao trabalho aqui apresentado. Entretanto, a autora buscou cuidadosamente tecer um recorte bastante específico para o objeto de sua pesquisa, dedicando-se com afinco à escolha de termos os quais considerou mais adequados ao seu tema.

Para tratar dos espaços públicos, por exemplo, Fontes optou pelo termo “espaços coletivos” de acordo com a definição de Manuel Solà-Morales. Fontes afirma que na contemporaneidade, “o espaço coletivo é o espaço público”¹⁵³.

Ao optar pelo termo “espaços coletivos” a autora preteriu, por exemplo, o termo “espaço cívico”, pois, considerou que a “nova etapa da modernidade” marca a perda deste caráter cívico uma vez que o “indivíduo” se sobrepõe ao “cidadão” – de acordo com Z. Bauman, os novos espaços dessa modernidade recente (“espaços de passagem” e “de consumo”) “dispensam interações” entre as pessoas “como *personae públicas*”. Assim sendo, enquanto Z. Bauman cunhou o termo “es-

¹⁵³ FONTES, 2013, p.112.

paço *não-civil*”, Teresa Pires do Rio Caldeira, por sua vez, preferiu o termo “espaço *incivil*”¹⁵⁴. De todo modo, os dois termos expressam ideias semelhantes.

Para compreender os espaços urbanos contemporâneos, Fontes retomou um número considerável de ideias sobre as cidades, entre elas, os conceitos –anteriormente abordados neste trabalho– do “espaço-lixo”, de Rem Koolhaas, e do “não-lugar”, de Marc-Augé. Ambos resultam da modernização excessiva das metrópoles (ver capítulo 1 – “Espaço”). Sobre este último (o não-lugar), Fontes ressaltou características elencadas por Augé –no que este chamou “supermodernidade”– como o individualismo, o provisório, o efêmero (estes dois últimos colocam novamente o fator tempo em evidência).

Para construir sua argumentação, Fontes ainda destacou três conceitos de origem espacial que, segundo a autora, estão em voga na contemporaneidade urbana, o primeiro é a dissolução dos domínios, o segundo é a formação de identidade, e o terceiro é a reconquista do espaço.

¹⁵⁴ FONTES, 2013.

Aprofundando-se na amabilidade urbana, Fontes afirma que o conceito evoca ainda a ideia de *abertura* (além de *proximidade* e *intimidade*, já citadas). A amabilidade urbana seria o “atributo do espaço amável, que promove ou facilita o afeto e a proximidade, opondo-se ao individualismo, por muitas vezes característico das formas de convívio coletivo contemporâneas” (FONTES, 2013).

No esforço de construir o conceito de amabilidade urbana, Fontes retomou ideias precedentes que poderiam estar associadas ao que poder-se-ia chamar de “amor pelo espaço”. Primeiramente, a autora buscou refletir sobre o “espaço feliz” de Gaston Bachelar (*A poética do espaço*, 1957), tido como o “espaço de posse, amado e definido contra forças adversas”. Bachelar, por sua vez, aludia ainda à ideia de “topofilía”, ou seja, “o valor humano dos espaços felizes”, detendo-se, entretanto, nos espaços da vida íntima. Segundo Fontes, para Bachelar, o lugar verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa, no sentido de abrigo (FONTES, 2013).

Fontes esclarece que esses espaços amáveis precisam, antes, ser tornados “apropriáveis pelas intervenções” e ressalta que “as intervenções só se desencadearão caso exista no espaço algum componente de atração”. Portanto, as características físicas de um espaço podem defini-lo como “hostil” ou como “potencialmente atraente”.

Outro conceito retomado por Fontes é o de “Espaços Públicos de Convivência” (Convivial Public Spaces) como desenvolvido por Henry Shaftoe¹⁵⁵. Para o autor, tais espaços seriam o “coração da vida democrática” e “os últimos locais onde ainda é possível conviver com a diferença e aprender a entender e tolerar outras pessoas”.

Segundo Fontes, H. Shaftoe detalhou os atributos que devem ser levados em consideração para compor o que chamou de “Espaço Público de Convivência”. Dividiu-os nas categorias de atributos (A) físicos; (B) geográficos; (C) de gestão; e (D) sensoriais e psicológicos.

¹⁵⁵ SHAFTOE, Henry. *Convivial urban spaces. Creating effective public places*. Londres: Sterling, VA, 2008. In: FONTES, 2013, p.27.

Primeiramente, os atributos físicos são: (1) quantidade de espaços para se sentar, (2) qualidade de material, (3) adaptabilidade, (4) apropriadas superfícies e tamanho médio.

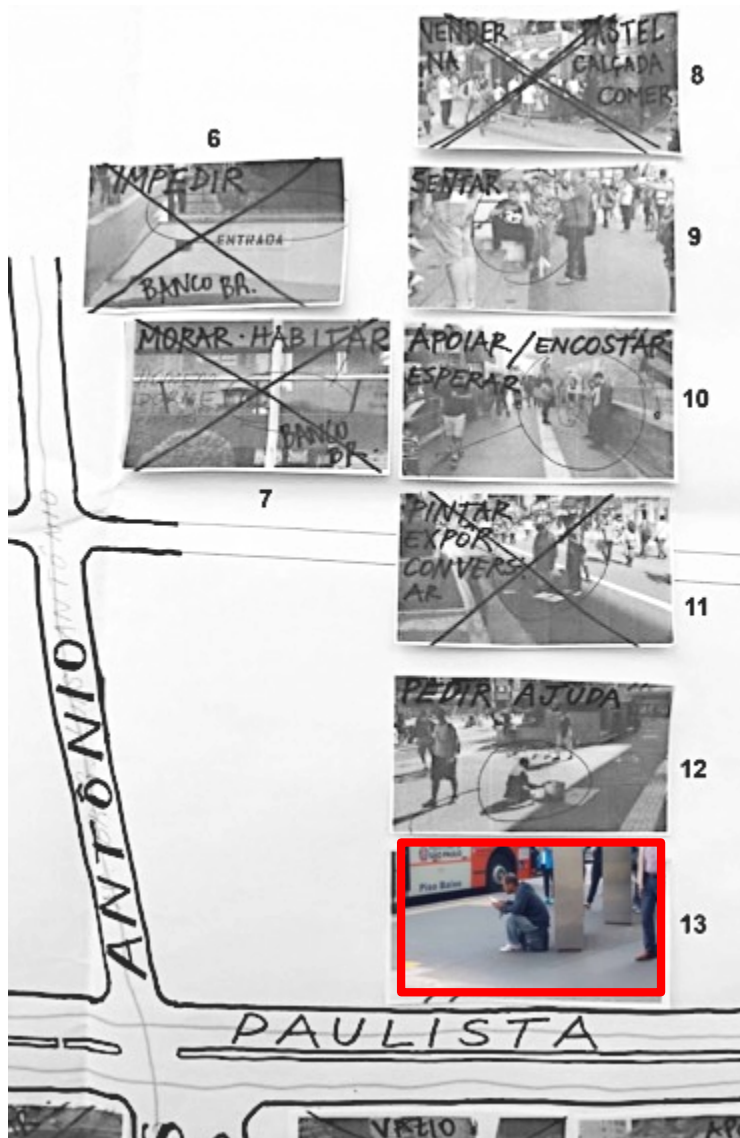
A seguir, os atributos geográficos: (5) localização, (6) tipo de vizinhança, (7) sequência espacial e (8) acessibilidade.

Posteriormente, os atributos de gestão são: (9) diversidade de usos, (10) controle equilibrado, (11) inclusão, (12) manutenção, (13) limpeza, (14) proibição de tráfego motorizado, e (15) animação.

Por fim, os atributos sensoriais e psicológicos são: (16) escala humana, (17) singularidade, (18) sensação de segurança, (19) conforto ambiental, (20) visibilidade, (21) elementos naturais, (22) qualidade acústica e olfativa, e (23) oportunidade de comida e bebida.

A partir desses atributos se faz oportuno realizar algumas reflexões sobre a Avenida Paulista. Sobre este espaço-tempo aqui analisado (Avenida Paulista, 2019), é possível sobrepor tais atributos (dos “Espaços Públicos de Convivência”) desenvolvidos por Shaftoe, no intuito de compreender como se relacionam entre si.

O primeiro atributo físico elencado por Shaftoe é a “quantidade de espaços para se sentar”. Este foi justamente um dos primeiros fatores notáveis no início do desenvolvimento desta pesquisa: durante as visitas a campo percebeu-se que havia (àquela altura) pouquíssimas oportunidades, ou “convites”, para se sentar (leia-se: *bancos* ou *assentos* “adequados” ou confortáveis – como aqueles com encosto, por exemplo), ao longo dos aproximados três quilômetros da Avenida Paulista.



Em destaque: Foto (13) no Quadrante 2/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: **Ausência de assentos confortáveis nas calçadas da Avenida Paulista (2019)** – Habitante em situação de rua lê jornal sentado em saco com pertences. A ausência de convite para sentar pode configurar um espaço urbano “não-civil” ou “incivil”, ou ainda um espaço hostil. – Foto (13) no Quadrante 2/8 do Mapa de Estudo. Fonte: foto do autor, 2019.

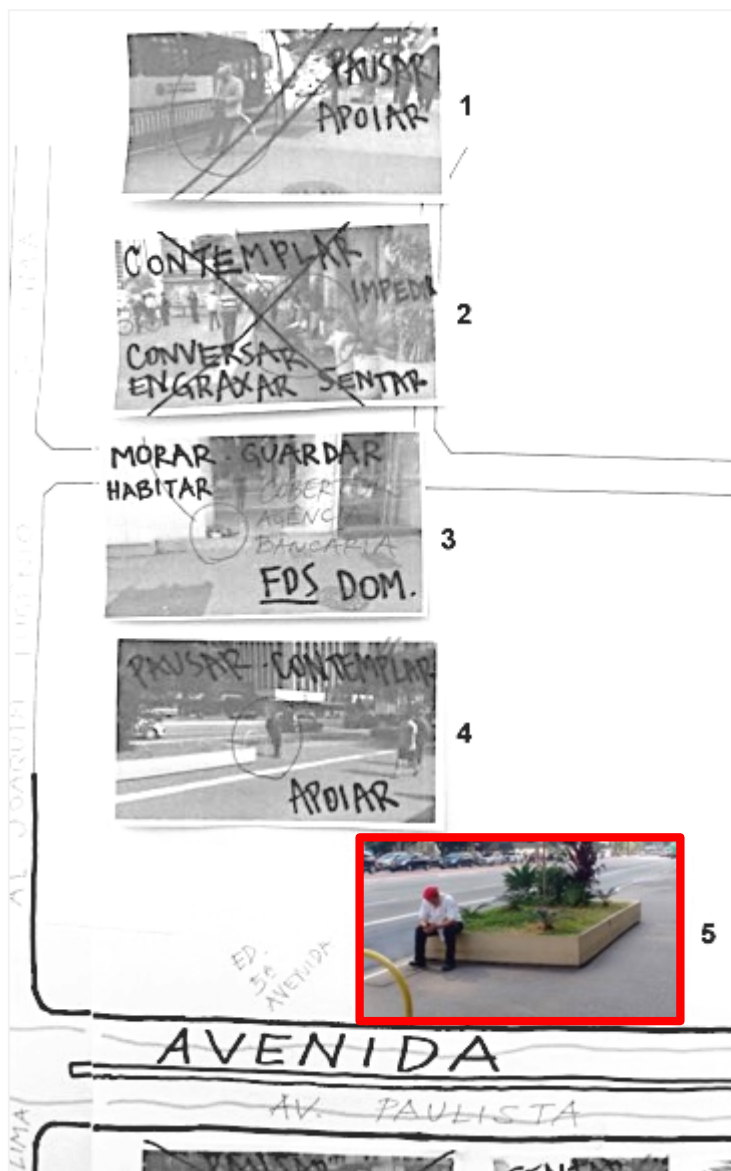


Imagem: **Ausência de assentos confortáveis nas calçadas da Avenida Paulista (2019)** – Sem opção mais confortável, cozinheiro senta-se durante uma pausa num canteiro de terra (com quina de concreto chanfrada em ângulo agudo – desconforto). Esta foto ilustra, por outro lado, aspectos da temporalidade dos usos nesses espaços como: intervalo, pausa, permanência, trabalho, descanso. – Foto (5) do Quadrante 1/8 do Mapa de Estudo. Fonte: autor, 2019.

Em destaque: Foto (5) do Quadrante 1/8 do Mapa de Estudo.



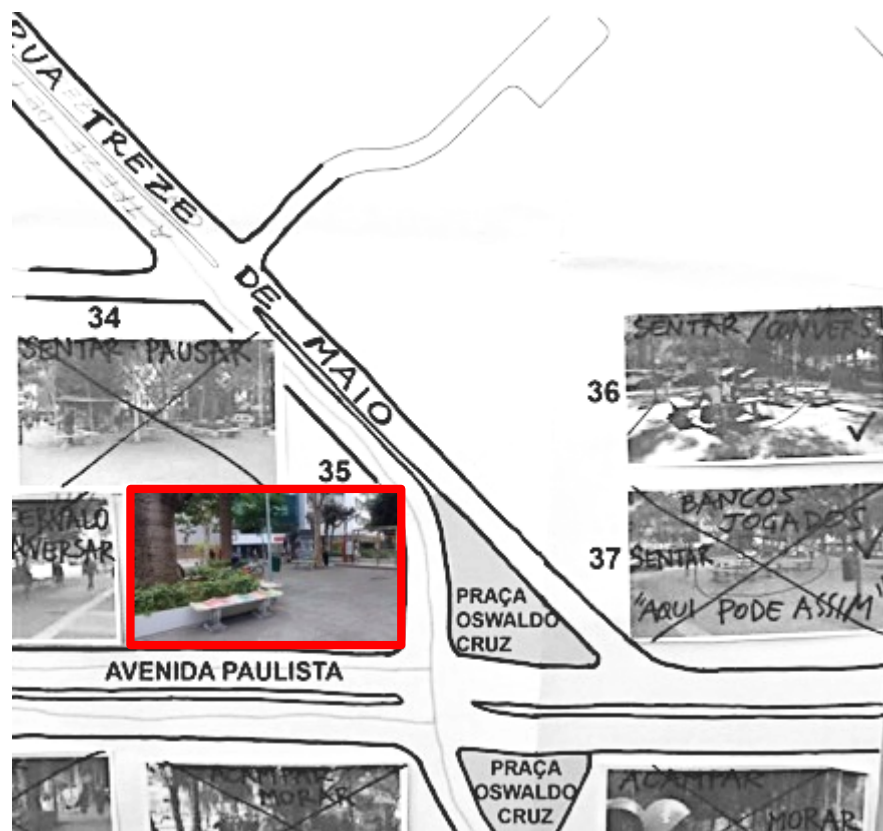
Em destaque: Foto (13) no Quadrante 2/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: **Ausência de assentos confortáveis nas calçadas da Avenida Paulista (2019)** – Sem opção, homem senta-se numa borda de escada. Por outro lado, a imagem ilustra também a reinterpretação do espaço construído. Outro aspecto desta reinterpretação é o uso do tempo no espaço público – a temporalidade lenta, o tempo lento, a pausa. – Foto (9) do Quadrante 2/8 do Mapa de Estudo. Fonte: autor, 2019.

Além disso, o segundo atributo físico para um “Espaço Público de Convivência de sucesso” elencado por Shaftoe é a qualidade material. Quanto à materialidade, os poucos assentos encontrados (nas duas extremidades dos quase três quilômetros de avenida) durante as visitas, eram compostos de concreto armado pré-moldado, ou seja, frios ao toque da pele humana e com aspectos de padronização industrial que se dis-

tanciam (sensorialmente e psicologicamente) tanto da condição quanto da escala humanas. Além disso, tais bancos possuem protuberâncias (“ondas”) que impedem o ato de se deitar, conhecidos popularmente como “bancos anti-mendigo”.



Em destaque: Foto (35) no Quadrante 4/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: Bancos de concreto na Av. Paulista (na parcela norte da Praça Oswaldo Cruz). Design impessoal e frieza do material – aspectos pouco convidativos (ou até impeditivos para o ato de se deitar, por exemplo, devido às protuberâncias “anti-mendigo”) – Há descaso para com estes espaços-coletivos-públicos? Oportunidade rara de assentos na Av. Paulista (2019). Foto (35) no Quadrante 4/8 do Mapa de Estudo. Fonte: autor, 2019.



Em destaque: Foto (35) no Quadrante 4/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: **Bancos de concreto sem encosto concentrados num mesmo ponto na Av. Paulista (na parcela norte da Praça Oswaldo Cruz);** parecem acumulados ou “entulhados”. O design impessoal e a frieza do material são aspectos pouco convidativos (ou até impeditivos para o ato de se deitar, por exemplo, devido às protuberâncias “anti-mendigo”). Questões levantadas: há descaso para com os espaços-coletivos-públicos da Av. Paulista? Há cuidado com a organização deste espaço? A posição desses assentos foi pensada, estudada ou planejada? Ademais, trata-se de oportunidade rara de assentos na Av. Paulista (2019). Foto (37) no Quadrante 4/8 do Mapa de Estudo. Fonte: autor, 2019.

Por outro lado, a Avenida dispõe de outros atributos como: superfícies apropriadas (do piso) (atributo físico); boa localização e acessibilidade (atributos geográficos); diversidade de usos e inclusão (atributos de gestão); além disso, pode-se afirmar que dispõe de uma boa relação com a escala

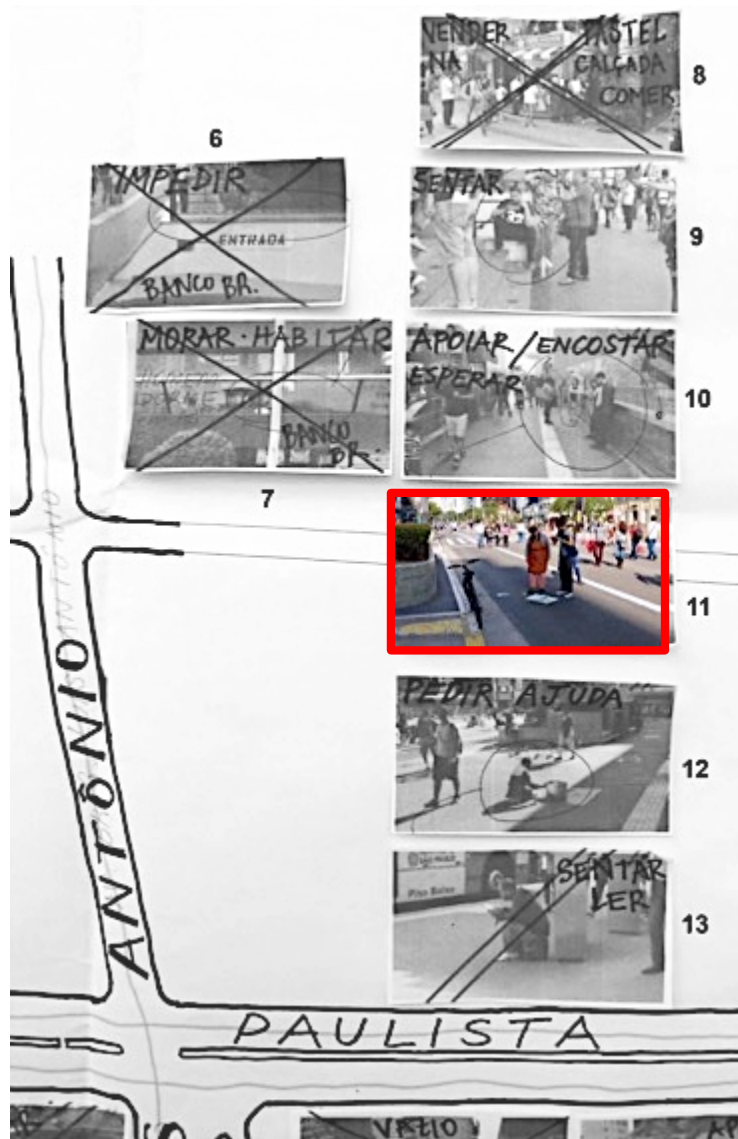
humana; possui características de singularidade (no aspecto geral); a sensação de segurança ali está garantida; e há opções de comida e bebida (para quem pode pagar) (atributos sensoriais e psicológicos). Um atributo que merece destaque é a proibição de tráfego motorizado que ocorre aos finais de semana e feriados a partir da ação anteriormente citada da “Paulista Aberta” (quando automóveis são barrados na avenida, liberando as vias para pedestres).



Imagem: **Circuito para crianças ciclistas, montado aos finais de semana na Rua Leôncio de Carvalho (esquina com Av. Paulista, onde estão as instituições SESC e Itaú Cultural).** Saem os automóveis e entram as pessoas. Foto (70) no Quadrante 7/8 do Mapa de Estudo. Fonte: autor, 2019.



Em destaque: Foto (70) no Quadrante 7/8 do Mapa de Estudo.



Em destaque: Foto (11) no Quadrante 2/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: **Senhora pinta sobre papel e expõe suas obras no asfalto da Avenida Paulista num fim de semana (FDS). Um jovem para para apreciar, fotografar e conversar.** Durante a “Paulista Aberta” saem os automóveis e entram as pessoas. A partir desta iniciativa pública (deste “evento”) uma “janela” se abre no tempo-espaço dos fins de semana nesta avenida. Uma “abertura” que prepara o “terreno” para que ações similares às “intervenções temporárias” descritas por Adriana Sansão Fontes possam acontecer. Tais ações por sua vez criam outras “aberturas” (multiplicam aberturas) que propiciam *proximidade*, *intimidade* e até a “velha” *civilidade* (que julgava-se perdida ou superada). Pintar, expôr, conversar, conviver: ações que fluem a partir de uma temporalidade mais lenta dos habitantes; uma das maneiras de usar o tempo nos espaços públicos. Foto (11) no Quadrante 2/8 do Mapa de Estudo. Fonte: autor, 2019.

Em nota, Fontes também retoma a complexificação histórica do “espaço” no âmbito da arquitetura e urbanismo ao indicar, primeiramente, o conceito de *Genius Loci* –ou “espírito do lugar” (de Christian Norberg-Schulz, 1980)–, já citado neste

trabalho; e, em seguida, o “Sentido do Lugar”¹⁵⁶ (de Jackson, 1994); – este último cria-se “no curso do tempo, [é] resultado do hábito, [do] costume e do sentimento de pertencimento ao lugar, *não é passageiro, mas persistente*” (FONTES, 2013).

Fontes aponta ainda outros autores que se dedicaram a compreensão do que seria “o bom espaço público”, a saber, William H. Whyte e Jan Gehl que, segundo a autora, se detinham especialmente às análises das características físicas dos espaços (FONTES, 2013).

Expandindo a construção do conceito de amabilidade, sob outro aspecto, ao abordar especialmente características temporais dos espaços públicos (ou espaços coletivos), Fontes citou o “lugar-evento”, cunhado por Dennis Frenchman (2004) que compreende “características físicas com pequeno grau de objetividade, mais interpretativas do que descritivas”, isto significa que são de caráter mais psicológico, sensorial, subjetivo (FONTES, 2013).



Imagem: esquema da Amabilidade Urbana desenvolvido por Adriana Sansão Fontes e editado pelo autor (2020).

¹⁵⁶ JACKSON, John Brinckerhoff. A Sense of Place, a sense of time. New Haven: Yale University Press, 1994.

Para Fontes, a intervenção temporária torna o espaço amável, “o espaço deixa de ser um ‘objeto’¹⁵⁷ quando ocorre algo que o transforma em um espaço habitado, que passa a fazer parte da memória coletiva do lugar”, e complementa ao anotar que “quando o espaço físico se transforma em espaço social, na ocorrência da intervenção, [este] é o momento de expressão da amabilidade urbana”.

Contudo, neste ponto a autora ressalta que “o espaço com suas características atraentes está no comando, pois sem ele não se torna real a possibilidade de intervenção”¹⁵⁸.

Desse modo, a iniciativa de criar o momento (espaço-tempo) a que se chama “Paulista Aberta”, por um lado, nada mais faz do que devolver aos pedestres habitantes o amplo e generoso espaço das vias carroçáveis –somado aos espaços também amplos e generosos das calçadas– que lhes havia sido tomado pelos automóveis, mas, por outro lado, isso já é muito, na verdade é excelente para a experiência dos pedestres. Como dito anteriormente, Shaftoe –como apontado por Fontes– já havia indicado que a proibição de tráfego motorizado é uma das condições ou “atributos de gestão” para a criação de bons “Espaços Públicos de Convivência.

¹⁵⁷ No sentido dado por GASTON BACHELAR, segundo FONTES. (FONTES, 2013, p.28)

¹⁵⁸ FONTES, 2013, p.29.



Em destaque: Foto (47) do Quadrante 5/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: Ao fundo, vias liberadas para uso exclusivo de pedestres; pessoas aproveitam a abertura do tempo-espço. Em primeiro plano, calçadas amplas: vendedor sentado em cadeira de praia se apropria do “vazio” e estica tecido no chão para expor produtos aos passantes. Espaços generosos abertos às infinitas possibilidades de usos do tempo. A “Paulista Aberta” devolve os espaços das vias para os pedestres. Amplas calçadas somam-se às amplas vias para criar a “praia do paulistano” aos finais de semana. (Apropriação por sobrevivência?; trabalhar; vender; usar os vazios;). Foto (47) no quadrante 5/8 do Mapa de Estudo. Fonte: autor, 2019.

É importante lembrar que esse deslocamento da percepção e dos usos do tempo nos espaços públicos na “Paulista Aberta” só pode acontecer nos instantes de “folga”, portanto, fora das rotinas de trabalho, quando uma janela de tempo [presente] se abre –concomitantemente à abertura do espaço–, criando, por sua vez, a possibilidade de *abertura* para o novo e

para o outro, como apontou Maurice Merleau-Ponty, destacado por Sergio Cardoso (citado anteriormente neste trabalho).

As intervenções descritas por Fontes guardam relação com o termo “evento”. Por isso, a autora se dedicou a elaborar uma distinção entre as possíveis escalas e frequências de eventos (apresentada mais adiante). Mas, justamente por haver esta relação Fontes retomou Milton Santos para quem

“o lugar é a oportunidade do evento [...], o evento, por sua vez, ao se tornar espaço [...] ganha características locais [...] é como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar. O evento é, ao mesmo tempo deformante e deformado”¹⁵⁹.

Santos e Lefebvre¹⁶⁰ já haviam destacado o “uso” do espaço como uma característica fundamental para a compreensão dos ambientes urbanos. Fontes, por sua vez, também ressaltou a distinção entre um “espaço vivido” em oposição a um “espaço disciplinado” quando, por exemplo, discorre sobre os

usos que os praticantes de *skateboarding* geralmente fazem dos espaços coletivos-públicos.

Fontes ainda trata da amabilidade urbana como temporalidade (tema caro a esta pesquisa); na procura de termos mais apropriados para sua pesquisa, a autora objetiva tratar também do que chama de “relação positiva entre pessoa e espaço”. Para tanto, reflete sobre alguns termos frequentemente utilizados no âmbito da arquitetura e do urbanismo como *apropriação*, *vitalidade*, *urbanidade* e *cordialidade*, sobre os quais tece breves análises. Aqui abordaremos apenas os termos *apropriação*, *urbanidade* e *cordialidade*.

Dos campos da antropologia e da sociologia, o termo “apropriação do espaço” é descrito por Fontes –a partir de Choay e Merlin¹⁶¹– como a “conduta que assegura aos humanos o manejo afetivo e simbólico de seu espaço” e também como o ato de “reconhecer [o espaço] como próprio”.

¹⁵⁹ SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo, Edusp, 2008. – Como citado in: FONTES, 2013, p.29.

¹⁶⁰ Ver Cap. 1.; ver também referências para este trabalho, ao final.

¹⁶¹ Cf. MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise. *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. Paris: Presses Universitaire de France, 1988. – Como citado in: FONTES, 2013, p.36.

Já no campo jurídico, “apropriar-se” carrega em si a oposição entre apropriação legal e ilegal; a partir disso, portanto, no urbanismo o termo pode ter também uma conotação negativa (“apropriação ilegal”). De qualquer maneira, Fontes ressalta que o termo *apropriação* guarda sempre uma relação entre pessoa e lugar, mas nunca entre uma pessoa e outra.

Quanto ao termo *urbanidade* –também à luz de Choay e Merlin–, Fontes afirma que se trata de um atributo social e não físico e que a qualidade de *urbanidade* só pode se referir a um ambiente urbano sofisticado; além disso, Fontes diz que Choay posteriormente lapidou a definição de urbanidade como um “ajuste” entre um determinado “tecido urbano e uma forma de convivência”. Já para Rachel C. Silva a *urbanidade* é a “aceitação do outro” (FONTES, 2013).

Na sequência, a autora faz a distinção entre os termos “cordialidade” e “civildade”. Fontes parece sugerir que “cordialidade” é algo que habita mais o universo das relações de

afeto (“delicadeza no trato, hospitalidade, generosidade”), enquanto que a “civildade” habita mais o universo das regras ou normas de sociabilidade (“boas maneiras, polidez”).

Então, Fontes distingue a *urbanidade* da *amabilidade urbana*. Para a autora a urbanidade é a qualidade de um espaço-tempo cotidiano, enquanto a amabilidade urbana é a qualidade de um espaço-tempo da “intervenção”¹⁶². Entende-se, portanto, que esta é uma diferenciação diretamente relacionada a questão temporal.

Uma outra perspectiva de urbanidade é apresentada por Fontes, a partir de Solà-Morales. Para este autor, a urbanidade contemporânea é outra, é nova, e está nas construções materiais capazes de transmitir aos cidadãos a compreensão de três atributos de cidade, que são a (1) simultaneidade, a (2) temporalidade e a (3) diversidade – novamente, aqui, duas dessas três características se relacionam diretamente com fatores temporais. Contudo, Fontes afirma não adotar em sua pesquisa esta abordagem de urbanidade¹⁶³.

¹⁶² FONTES, 2013, p.38.

¹⁶³ FONTES, 2013, p.39.

Fontes prefere a abordagem da “urbanidade” como sendo a “noção de ‘temporalidade’ que se desdobra nas dimensões física e social”¹⁶⁴.

Todas estas visões sobre urbanidade nos auxiliam a compreender o pano de fundo no qual esta pesquisa de desenvolve ao buscar navegar pelo universo dos espaços públicos contemporâneos (ou “da modernidade recente”).

Quanto ao termo “evento”, citado anteriormente, Fontes procurou diferenciar três escalas de eventos as frequências com que acontecem. Primeiramente localizou a pequeníssima escala (aquelas ações do que considerou “uso cotidiano”); já no extremo oposto localizou os grandes ou mega eventos (talvez como as Olimpíadas ou Copas do Mundo de futebol); e entre os dois extremos situou o que considera distinto tanto na escala como na frequência de ocorrência: as “intervenções temporárias” como as definiu.

¹⁶⁴ Ibidem; p.36.

¹⁶⁵ Ibidem; p.61.

Para a autora, a finalidade do temporário, em sua pesquisa, é sua transformação intencional, por isso optou pelo termo intervenção, no sentido de interferência.

Em resumo, Fontes estabeleceu as oito dimensões¹⁶⁵ que compõem uma intervenção temporária. Tal ação deve ser: (1) transitória, (2) particular, (3) subversiva¹⁶⁶, (4) interativa, (5) ativa, (6) participativa, (7) relacional e (8) pequena – e com intenção transformadora¹⁶⁷.

[...] a intervenção temporária é a que se move no âmbito do transitório, do pequeno, das relações sociais, que envolve participação, ação, interação e subversão, e é motivada por situações existentes e particulares, em contraposição ao projeto estandardizado, caro, permanente e de grande escala (FONTES, 2013, p.61)

Os casos referencias utilizados por Fontes para a experimentação de suas hipóteses são (em resumo) “apropriações espontâneas” por praticantes de *skateboard* em praças públicas do Rio de Janeiro e de Barcelona; eventos sazonais de arte pública em Santa Teresa (Rio de Janeiro) e em Girona (cidade

¹⁶⁶ “...que desafia as regras vigentes” [fazendo-nos questionar]. – Como descrito in: FONTES, 2013, p.53.

¹⁶⁷ Ibidem; p.70

vizinha à Barcelona); e festas locais na Penha (Rio de Janeiro) e em Gracia (Barcelona).

Pode-se afirmar que a iniciativa da “Paulista Aberta” cria terreno para situações ou ações espontâneas que fazem a seu modo florescer a amabilidade urbana descrita por Fontes. Entretanto, a maior parte das ações que se dão nesse espaço-tempo da “Paulista Aberta” não poderiam ser consideradas “intervenções temporárias” de acordo com a classificação das “oito dimensões” desenvolvida por Fontes.

Um dos motivos é o fato de que a autora exclui do grupo das “intervenções temporárias” as atividades com fins comerciais –como as ações de vendedores ambulantes (carrinhos de churrasco, pipocas, algodão doce, artesãos, artistas de rua, etc.)– que de alguma maneira também compõem a complexidade do espaço-tempo em questão, colaborando para a criação de ambiências, de memória coletiva e de afetos tanto do habitante para com o espaço quanto do habitante para com os outros habitantes.



Em destaque: Foto (41) do Quadrante 5/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: Brechó improvisado em fachada de agência bancária Santander (FDS); Homem cria o “Brechó Fino Trato” ao estender varal na fachada de agência bancária num domingo de “Paulista Aberta”; cliente (de preto) manuseia roupas no brechó instalado em calçada da Av. Paulista (vender; reusar; comprar; negociar). Primeiramente, este ato subverte a “ordem estabelecida”, cria uma ambiência como descrita por J. P. Thibaud, cria relações entre habitante e espaço e entre os habitantes em contato um com o outro; cria memória coletiva e pode ainda criar afetos. Portanto, apesar de ser uma ação com fim comercial (ato de vender roupas usadas), tal ato pode também colaborar para o florescimento da amabilidade urbana apresentada por Adriana Sansão Fontes. Surge uma dúvida: ainda à luz de Fontes, seria esta prática uma apropriação espontânea por sobrevivência? Ou de disputa pelo espaço?; Em segundo lugar, esta imagem suscita ainda a *astúcia* indicada por Michel de Certeau como “arma do fraco” para reinterpretar os espaços do cotidiano; E, por fim, tal ação também institui uma temporalidade mais lenta, que crava os pés no tempo-espaço do presente, numa espera ativa ou “na dialética da imobilidade” que pode fazer da pobre “vivência” uma rica “experiência”, como apontou Olgária Matos – apoiada, por sua vez, em Walter Benjamin. – Foto (41) no Quadrante 5/8 do Mapa de Estudo. Fonte: autor, 2019.

Desse modo pode-se entender que há outras maneiras de se obter a amabilidade urbana – distintas da via das “intervenções temporárias” como definidas por Fontes, pois, tais intervenções são, de fato, demasiadamente específicas e particulares e acontecem com frequência por vezes reduzidas ou baixas (uma vez por ano, por exemplo). Portanto, a “Paulista Aberta” se configura como o “espaço de características atraentes” que “está no comando, pois sem ele não se torna real a possibilidade de intervenção” como ressaltou Fontes. Além de espaço atraente, a “Paulista Aberta” é traz em si também uma característica temporal atraente ao se fundir com os tempos de folga dos habitantes.

AV. PAULISTA: espaço-civil, espaço-não-civil e carnaval

A partir das reflexões de Zygmunt Bauman, a Avenida Paulista pode ser descrita como um “espaço público” que oscila entre o “civil” e o “não-civil” – como descritos por Bauman à luz do conceito de “civildade” retomado por Richard Sennett (apoiado, por sua vez, em Jane Jacobs).

Bauman descreve o espaço não-civil da praça de La Défense (êmico/interditório), em Paris –um centro corporativo, praça vazia, que não convida à permanência– sem bancos (assentos), nem árvores para sombrear, com prédios de vidro imponentes e inacessíveis.

Na Avenida Paulista (durante as visitas feitas por este autor), a oferta de assentos para descansar e contemplar os momentos era pífia e mal-ajambrada, como citado anteriormente; resumia-se a bancos de concreto pré-moldado, amontoados nas duas extremidades da avenida¹⁶⁸, que se estende por nada menos que aproximados três quilômetros.

¹⁶⁸ Na Praça Marechal Cordeiro de Farias (extremidade oeste da Avenida Paulista); e na Praça Oswaldo Cruz (extremidade leste da Avenida Paulista).

Por outro lado, Z. Bauman ilustra um cenário distinto ao descrever o Carnaval como uma alternativa civil, um contraponto aos espaços-de-consumo-não-civis.

[...] o carnaval é a mesma cidade transformada, mais exatamente um intervalo de tempo durante o qual a cidade se transforma antes de cair de novo em sua rotina. Por um lapso de tempo [...] definido, mas [...] que retorna ciclicamente, o carnaval desvenda o “outro lado” da realidade diária, um lado constantemente ao alcance, mas normalmente oculto à vista e impossível de tocar. (BAUMAN, 2000, p.126)

Este “o outro lado da realidade” que queda “oculto à vista” poderia ser associado ao “invisível” descrito por Merleau-Ponty –e retomado por S. Cardoso e L. Decandia. Aos finais de semana a Avenida Paulista assume o mesmo caráter civil descrito por Z. Bauman ao falar do *carnaval* – a mesma cidade

¹⁶⁹ Há ainda uma terceira ideia que poderia talvez estar associada a estas duas citadas que é a “festa” –no contexto do urbano– como trabalhada por Henri Lefebvre. Entretanto esta última não será desenvolvida neste trabalho. Sobre “festa” em Henri Lefebvre, consultar: MARCOS FELIPE SUDRÉ SOUZA. *A festa e a cidade: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano*. Dissertação de

transformada: um outro mundo possível a partir do mesmo território repleto de elementos da vida cotidiana. Esta possibilidade de experiência se coloca em oposição aos espaços-de-consumo-não-civis que nos levam a “um outro mundo completamente outro” – esses centros de consumo “não revelam nada da natureza da realidade cotidiana” (BAUMAN, 2000).

A ideia de *carnaval* como exposta por Bauman poderia ser associada às *intervenções temporárias* de Fontes, se compreendidas como instantes de deslocamento de um tempo-espaço-urbano que promovem alterações nas percepções dos habitantes¹⁶⁹.

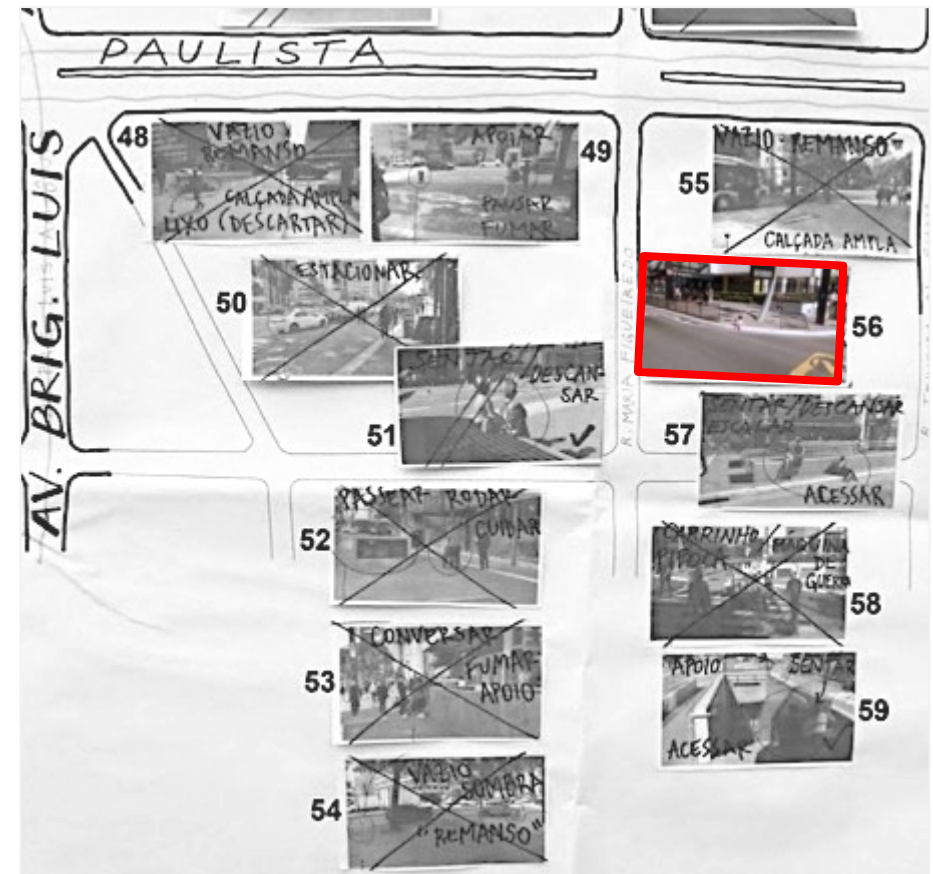
A “Paulista Aberta” é oportunidade de deslocamento das percepções do espaço-tempo-urbano, é o terreno onde podem ter lugar as intervenções temporárias no mesmo sentido transformador que o carnaval exerce (*abertura* oportuna do espaço-tempo que pode remeter ainda ao *kairós*). Ambos, cada um a

Mestrado da Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/RAAO-8CDML4/1/dissertacao_felipe_sudre.pdf> acesso em 08/07/2020. Ver também: <<http://hdl.handle.net/1843/RAAO-8CDML4>>.

seu modo, carregam em si a potência de fazer surgir ou florescer a amabilidade urbana trabalhada por Fontes. Ademais, ambos podem também vir a configurar espaços de cidadania ou de civilidade – espaços civis.



Imagem: Criança pequena olha para mãe (fora do quadro) ao sentar-se na guia da calçada (meio-fio) num domingo de “Paulista Aberta”. Outros modos de usar o tempo-espaco numa aura de “carnaval” que pode fazer brotar civilidade, cidadania e amabilidade urbana. O tempo lento no urbano. (Crianças na cidade; escola de civilidade/cidadania; sentar, brincar, passear, descobrir, FDS). – Foto (56) do Quadrante 6/8 do Mapa de Estudo. Fonte: autor, 2019.



Em destaque: Foto (56) do Quadrante 6/8 do Mapa de Estudo.

CONFLITO ENTRE TEMPOS NA “PAULISTA” E A PRAÇA OSWALDO CRUZ: do espaço-lixo ao estar “sem-teto”

Na hipermodernidade –ou modernidade recente– muitas pessoas afirmam que não dispõem de “tempo”. Ademais, trata-se da era da “*individualização*” e das conexões remotas via computadores, celulares e redes de internet.

A partir das leituras de G. Lipovetsky e Z. Bauman, tudo indica que a partir da modernização e do início do capitalismo moderno, o “tempo social” passou a ser diminuído, ou seja: o *tempo* das atividades sociais ficou menor, mais escasso; as oportunidades de encontros sociais diminuíram, solapadas pelo ritmo acelerado das rotinas de trabalho.

A postura dos habitantes dos espaços urbanos públicos (e ideia sobre esses espaços) está diretamente relacionada com as agendas diárias de afazeres e com a necessidade de trabalhar (produzir dinheiro ou riqueza) para arcar com o (por vezes alto) custo de vida e com a inflação, ambos ditados pelos mercados e por atores que regem nossas economias.

¹⁷⁰ ...ao indicar o a hipermodernidade como a era do “tempo contra tempo”. G. LIPOVETSKY; Op. Cit.

Neste contexto, na Avenida Paulista habitantes em situação de rua assumem formas de espera e lentidão que são de alguma maneira repelidas, indesejadas, por outros atores ou instituições presentes no território –principalmente entre segunda a sexta-feira (dias da semana regidos pelas rotinas de trabalho), talvez por instituírem ativamente a partir de seus corpos e presenças um conflito entre tempos – como sugeriu Gilles Lipovetsky¹⁷⁰. Ou seja, há por um lado pessoas em ritmo acelerado pautado por rotinas de trabalho (o tempo objetivo, tempo do forte, *kronos*), enquanto há alguns sem-teto que assumem outras temporalidades, um ritmo mais lento, que pode parecer incompatível com aqueles ritmos dos demais transeuntes. Naquele contexto, o sem-teto representa, sem dúvida, um ser “diferente” da maioria dos habitantes, seja nos modos de se apropriar do território, seja pelo seu ritmo.

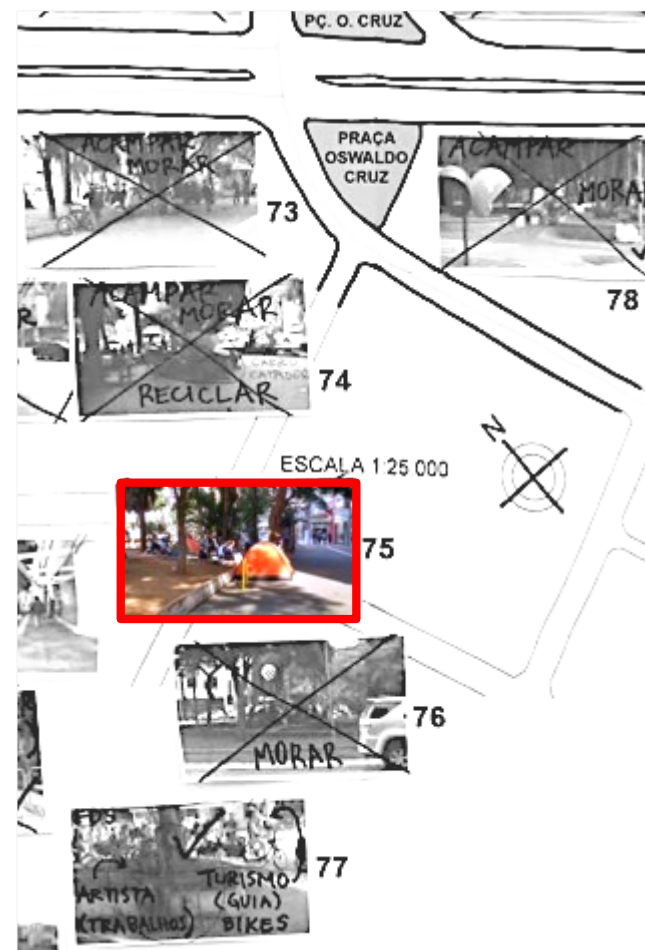
A coexistência no mesmo espaço geográfico de indivíduos e grupos provenientes de âmbitos culturais diversificados faz emergirem formas de conflito e dissonância entre diversos códigos e, ao mesmo tempo, faz nascerem formas inéditas de

sensibilidade cosmopolita, novas caracterizações expressivas, polifônicas e sincréticas (11). Nessa contínua mistura de indivíduos e grupos, no aflorar de novas práticas de uso do espaço, nascidas fora das instituições, afirma-se formas de apropriação inéditas e novas centralidades (12).¹⁷¹



Imagem: **Famílias sem-teto com crianças acampados na Praça Oswaldo Cruz (parcela sul)**. Apropriação espontânea pela prática de sobrevivência. Reinterpretar o espaço. Astúcia e tática para sobreviver. (Morar, habitar, acampar; assentar;). – Foto (75) do Quadrante 8/8 do Mapa de Estudo. Fonte: autor, 2019.

¹⁷¹ LIGIA DECANDIA. *O tempo e o invisível: da cidade moderna à cidade contemporânea*, 2003; pp.186–187. – Título original: Il tempo e l'invisibile; dalla città moderna alla città contemporanea. In: SCANDURRA, E., CELLAMARE, C. e BOTTARO, P. *Labirinti della città*



Em destaque: Foto (75) do Quadrante 8/8 do Mapa de Estudo.

contemporânea. Milão, Meltemmi, 2001. Tradução: Maria Margarida C. Limena. – Disponível em: <<https://www.pucsp.br/margem/pdf/m17ld.pdf>>; Acesso 19/06/2020.

O fato presente dos habitantes sem-teto no cotidiano é uma questão delicada que deve ser tratada com cuidado. Não pretende-se aqui aprofundar nessas questões, mas sim constatar sua presença como usos do tempo que compõem o universo da Avenida Paulista. Desse modo, e talvez num outro sentido, a Praça Oswaldo Cruz parece ter assumido o status de centralidade para um grupo de habitantes sem-teto que, pela prática da sobrevivência, ressignificou aqueles espaços pela presença que dura, persiste no tempo. Por isso, resta dúvidas se a Praça se configura como *lugar* ou mesmo como *ambiência*, mas sem dúvida, trata-se de um espaço público que foi transmutado em espaço de habitar quase íntimo (um lar).

A Praça Oswaldo Cruz (situada na extremidade leste da Avenida Paulista, no sentido da Vila Mariana, Saúde, Chácara Klabin, Ana Rosa) pode ser considerada um conjunto de “*espaços vazios*” – entendidos como o conceito desenvolvido por J. Kociatkiewicz e M. Kostera–, sobras das intersecções entre

¹⁷² “Espaço-lixo” (*junk-space*) pode ser considerado como as sobras dos processos de modernização e da consequente aceleração/compressão do tempo social. Ver: OMA (Rem Koolhaas) – Disponível

a Rua Treze De Maio, a Avenida Paulista e sua continuação para a Avenida Bernardino de Campos.

São “restos” ou “sobras” de espaços, a partir dos quais foram criadas pequenas praças com canteiros verdes que, aparentemente, não fazem sentido, ou, no mínimo, não parecem suscitar muitos afetos – parecem estéreis, apartadas de qualquer vínculo de memória ou de enraizamento.

Assim, e talvez por isso, esse grupo de pessoas em situação de rua, a partir desse “espaço-vazio” que é também um “espaço-lixo”¹⁷² (o *Junkspace* de que fala Rem Koolhaas e seu escritório OMA), criou significado para esses espaços, por meio de *apropriação*, *ocupação* e *uso*. Esse grupo “colonizou” ou “domesticou” aquele espaço, mesmo que temporariamente, até que sejam expulsos por alguma ordem de administradores de órgãos públicos ou talvez por ações de comerciantes ou de moradores do entorno.

em: < <https://oma.eu/publications/junkspace> >. Acesso: 16/03/2020; Ver também: G. Lipovetsky (2004).



Em destaque: Foto (78) do Quadrante 8/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: **Famílias sem-teto com crianças habitam o trecho sul da Praça Oswaldo Cruz.** Ocupam o “espaço-vazio” ou o “espaço-lixo”. Ocupar; assentar; habitar; fixar-se. Apropriação por sobrevivência. Durar no espaço, o tempo lento. Conflito entre um ritmo acelerado do cotidiano e um ritmo mais lento do habitar. Desigualdade. Criação de ambiências. Astúcia e ressignificação para sobreviver. Foto (78) do Quadrante 8/8 do Mapa de Estudo. Fonte: autor, 2019.



Em destaque: Foto (74) do Quadrante 8/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: “Acampamento” de habitantes e crianças “sem-teto” na Praça Oswaldo Cruz (trecho sul); carroça de catador de recicláveis. Ocupam espaços que sobraram como efeito colateral de obras viárias modernizantes – trata-se do “espaço-lixo”, o “espaço-vazio”, sem significado, sem identidade. Apropriação por sobrevivência. Duram no espaço, habitam num tempo lento. (Acampar, assentar, habitar, ocupar; fixar-se; trabalhar, reciclar; ressignificar.) Foto (74) do Quadrante 8/8 do Mapa de Estudo. Fonte: autor, 2019.

Ademais, como citado anteriormente, a Praça Oswaldo Cruz, –tanto na parte norte da Avenida, quanto na parte sul (a Av. Paulista divide a praça em duas parcelas)–, é um dos poucos pontos onde há oferta de assentos para que os transeuntes possam se sentar e realizar uma pausa.

Entretanto, como dito, tratam-se de bancos de concreto pré-moldado, de estética bastante impessoal, dispostos –aparentemente– aleatoriamente, praticamente “jogados” ou amontoados – como que para cumprirem uma cota ou tabela. Desse modo, a partir desse espaço “sobra”, com o arranjo descuidado desses bancos impessoais, a praça poderia ser interpretada, também, a partir do conceito de “não-lugar” – um espaço impessoal, sem identidade, um espaço “qualquer”.

HOSTILIDADE URBANA: dispositivos anti-apropriação

As tentativas de repelir as ocupações lentas ou duradouras se apresentam ora mais evidentes, ora disfarçadas. Elementos físicos (objetos/“dispositivos”) “repelentes” ou “anti-uso” são instalados ou acoplados nas arquiteturas para impedir

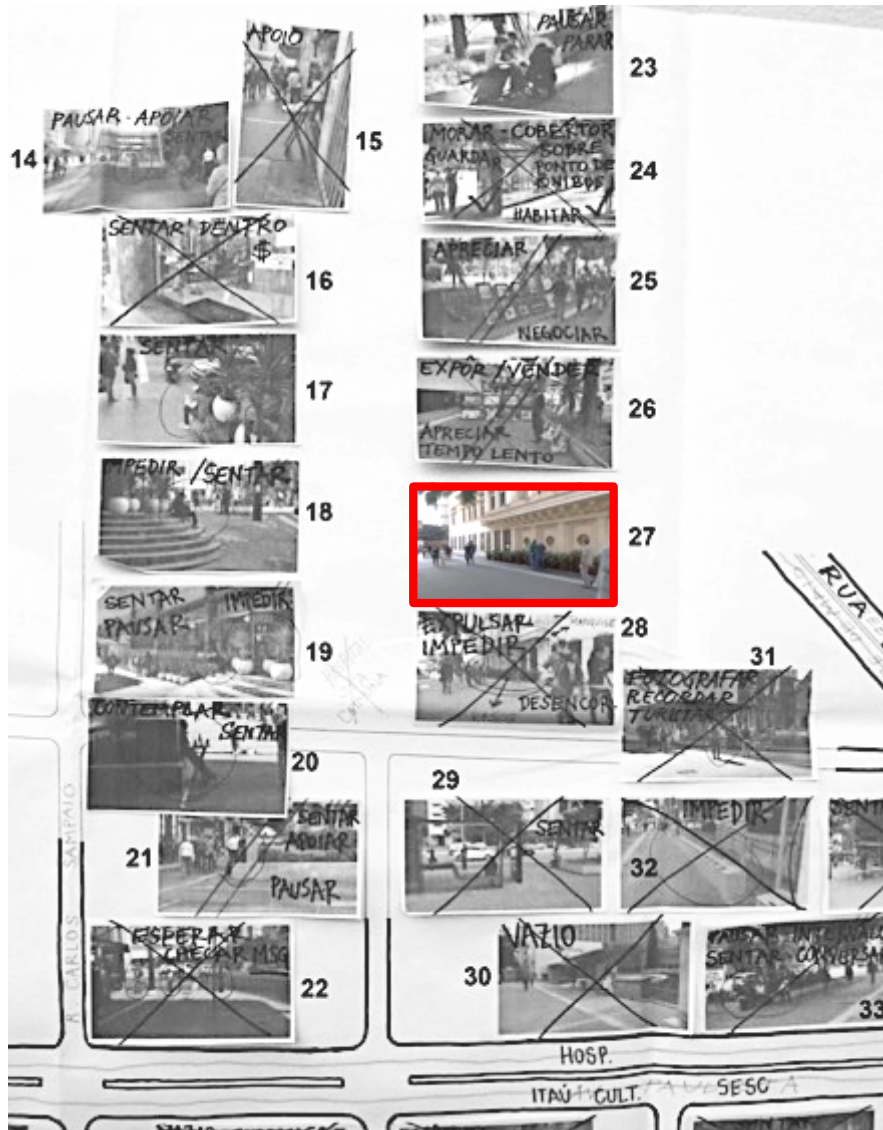
¹⁷³ JULIANA AOUN MONFERDINI. *Práticas e possibilidades na Avenida Paulista*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, sob orientação do Prof. Doutor Abílio da Silva Guerra Neto – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/321>>. Acesso em 2 de junho de 2020.

¹⁷⁴ JULIANA MONFERDINI; VIVIAN COSTA. *O Guia do não-estar na Avenida Paulista: as estratégias de sobrevivência na guerrilha urbana*.

que pessoas possam se sentar ou deitar; ou, na busca de maquiagem ou dissimular esse desejo latente de impedir o usufruto de um certo espaço ou estrutura, algumas instituições providenciam a instalação de grandes vasos plantados com espécies de vegetação pontiagudas. – Exemplos dessas “arquiteturas de impedimento” –ou “anti-arquiteturas– foram relatados em dois trabalhos de Juliana Monferdini sobre usos nos espaços públicos da Avenida Paulista. São eles: “*É proibido sentar*” [na Avenida Paulista]¹⁷³ ; e “*O Guia do não-estar na Avenida Paulista*”¹⁷⁴ (artigo em co-autoria com Vivian Costa) – Os títulos falam por si. Não à toa, Adriana S. Fontes, nos lembrou que a “sensação de hostilidade” muitas vezes caracteriza os espaços públicos nas cidades contemporâneas¹⁷⁵, como citado anteriormente.

Disponível em: < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/07.073/4699> > Acesso em 24 de junho de 2020.

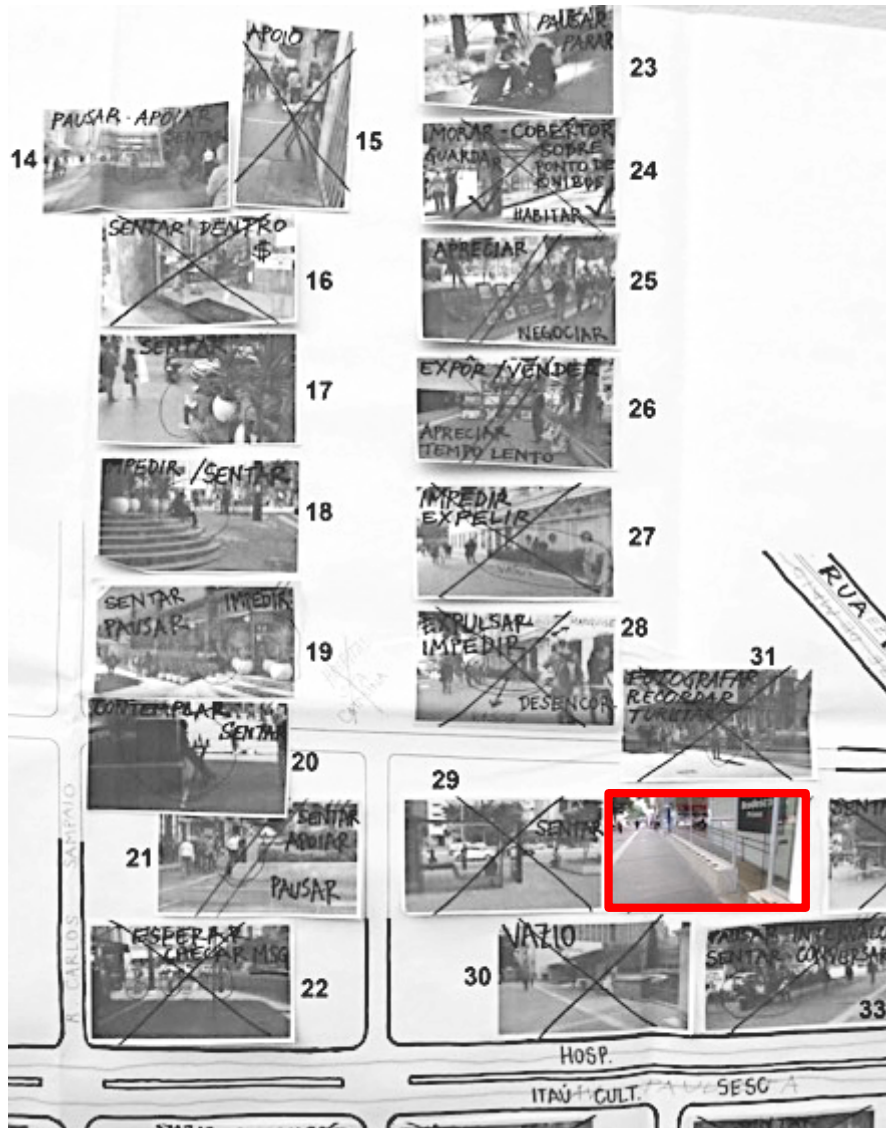
¹⁷⁵ FONTES, Adriana Sansão. *Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, FAPERJ, 2013.



Em destaque: Foto (27) do Quadrante 3/8 do Mapa de Estudo.



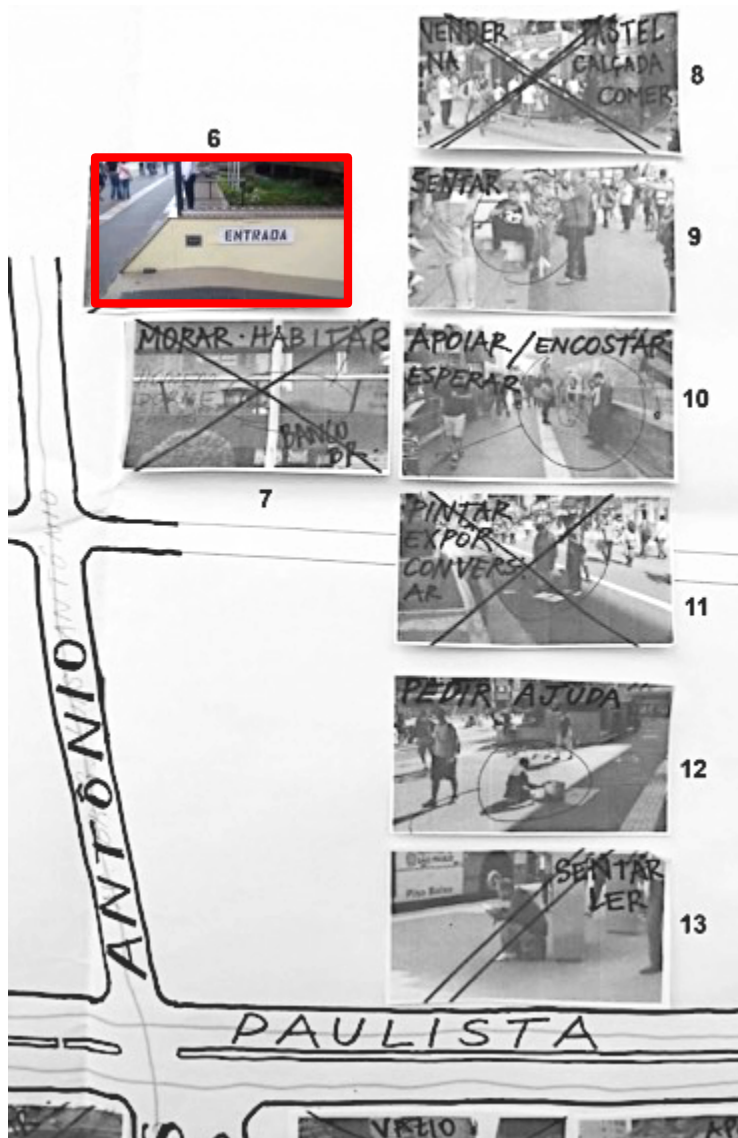
Imagem: Sob o abrigo da marquise, que poderia amparar habitantes contra o relento, vasos com vegetação pontiaguda repelem e impedem a ocupação ou apropriação na fachada do Hospital Santa Catarina. O hospital fica próximo à Praça Oswaldo Cruz, na Av. Paulista. Hostilidade e conflito entre temporalidades; o “invisível” (dinâmicas invisíveis), ou o que o espaço oculta nas entrelinhas. O urbano complexo, repleto de conflitos e contradições. (Impedir; repelir; disputa pelo espaço?; expulsar; desencorajar;). – Foto (27) do Quadrante 3/8 do Mapa de Estudo. Fonte: autor, 2019.



Em destaque: Foto (32) do Quadrante 3/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: Pequenos blocos de pedra instalados sobre mureta: esses elementos desencorajam o ato de se sentar; e possivelmente repelem também intencionalmente praticantes de *skateboard*, os “skatistas” (fachada de agência do Banco Bradesco). Ações como esta configuram a “hostilidade” percebida por Adriana S. Fontes (2013) e não colaboram para o desenvolvimento da civilidade, ou seja, não contribuem para a criação de espaços-civis. (Impedir: “proibido sentar”; repelir;). – Foto (32) do Quadrante 3/8 do Mapa de Estudo. Fonte: foto do autor, 2019.



Em destaque: Foto (6) no Quadrante 2/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: **Hostilidade – elemento de serralheria aparafusado impede o uso de mureta como assento, em agência do Banco do Brasil na Avenida Paulista.** Pode se configurar como exemplo da hostilidade –citada por Adriana Sansão Fontes– presente nos espaços coletivos (públicos) contemporâneos. Foto (6) do Quadrante 2/8 do Mapa de Estudo da Avenida Paulista. Fonte: foto do autor, 2019.

Por outro lado, aos finais de semana –nos momentos considerados de lazer–, esse ritmo lento, ou essas formas de espera e lentidão são, mais do que toleradas, aceitas, respeitadas e, mesmo, praticadas pela maior parte da população.

O ritmo (e a noção de espaço-tempo) muda para aqueles que durante os dias tradicionais de trabalho correm contra o relógio. Se, no “carnaval”, como ilustrado por Z. Bauman, as

percepções do espaço se alteram –pois, o *espaço*, de fato, permanece inalterado seja dentro ou fora do período de carnaval–, aos finais de semana na Avenida Paulista, aparentemente, não é tanto a percepção do *espaço* que se altera, mas sim a percepção do *tempo*.

E, de mesmo modo, esse deslocamento dos sentidos, transforma fortemente as experiências dos habitantes. Ao considerarmos os escritos de Olgária Matos, é possível dizer que, nessas ocasiões, meras vivências ganham a chance de se transformar em experiências, de se formatarem como as pausas, que suspendem o destino, mesmo que por um tempo curto, por um momento.

TEMPORALIDADES NA “PAULISTA”: cotidiano *versus* fim de semana

Diversos usos foram percebidos no decorrer das visitas a campo. Durante a semana (no cotidiano: de segunda-feira à sexta-feira) usos mais corriqueiros: engraxates; pessoas caminhando para o trabalho; outras fazendo pausas para fumar um cigarro (quase sempre de pé) ou à espera de alguém num ponto de encontro; outras ainda a checar mensagens nos celulares; pessoas em situação de rua sentadas ao chão ou mesmo deitadas –vivendo suas vidas–; pessoas almoçando nas lanchonetes; e outras aproveitando para comprar coisas nos diversos pontos comerciais ali presentes.



Em destaque: Foto (45) no Quadrante 5/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: Cotidiano (de segunda à sexta-feira); engraxate em calçada da Av. Paulista. Trabalho informal durante a semana. Cria lugar, cria ambiência e significado para o tempo-espço; exemplo de apropriação (por sobrevivência?). Oportunidade-janela para ruptura do ritmo acelerado da rotina de trabalho; pausa. – Foto (45) do Quadrante 5/8 do Mapa de Estudo. Fonte: foto do autor, 2019.



Em destaque: Foto (2) do Quadrante 1/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: **Cotidiano: na calçada, engraxates sentados em bancos e cadeiras improvisados conversam sob marquise;** compõem uma ambiência; pausa, encontro, conversa; assentos informais, sentar, “assentamento”; ausência de assentos confortáveis; trabalho informal. – A imagem ilustra ainda a hostilidade “sútil” – quase imperceptível ou “invisível”: vasos sob marquise repelem a ocupação rente às paredes da fachada do edifício, talvez para impedir que pessoas em situação de rua durmam sob a proteção “atraente da marquise”. – Foto (2) do Quadrante 1/8 do Mapa de Estudo. Fonte: autor, 2019.



Em destaque: Foto (43) no Quadrante 5/8 do Mapa de Estudo.



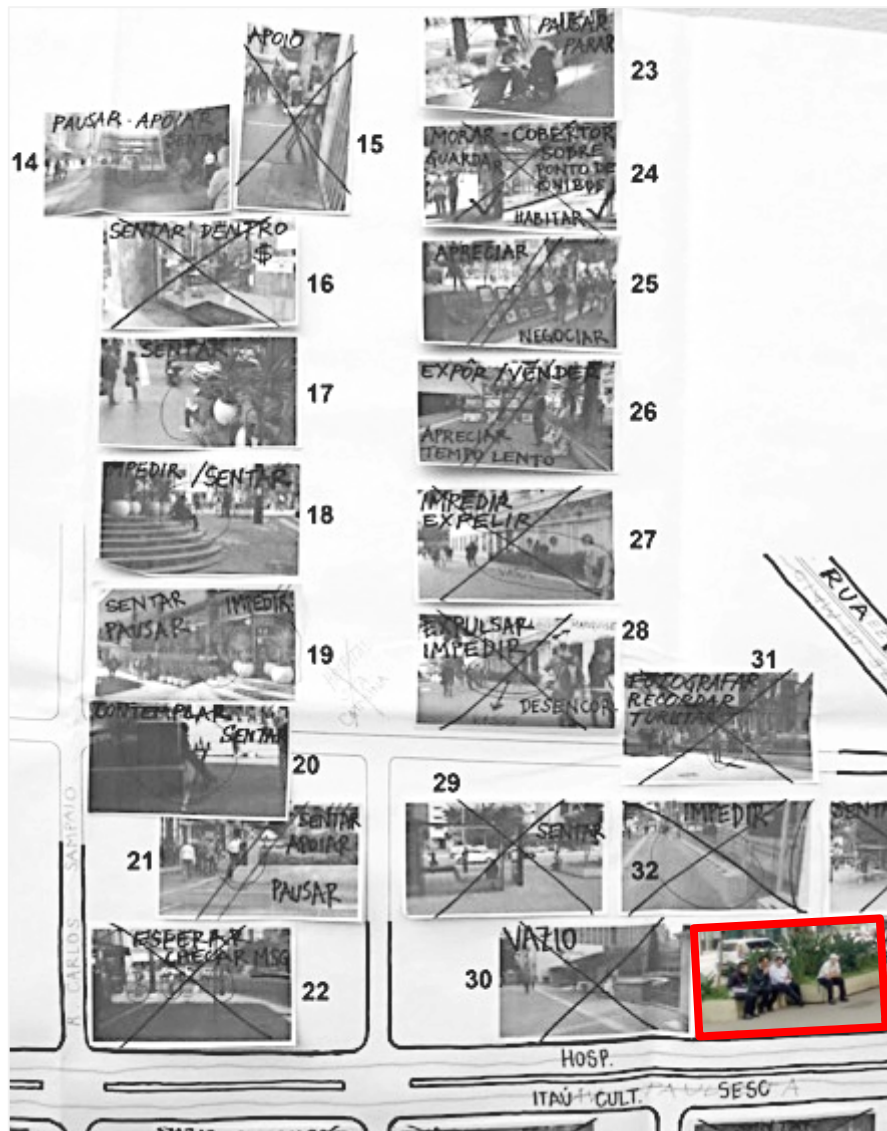
Imagem: **Cotidiano: jovem em situação de rua deitado sobre cobertor no cruzamento da Av. Paulista com a Av. Brig. Luis Antônio.** Realidades diversas, complexidade e contradição no espaço-tempo cotidiano. Temporalidades distintas, cambiantes. Descansar; “sonhar”(?) ; habitar; morar; apropriação pela prática de sobrevivência; astúcia. – Foto (43) do Quadrante 5/8 do Mapa de Estudo. Fonte: foto do autor, 2019.



Em destaque: Foto (10) no Quadrante 2/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: **Cotidiano: pessoas apoiadas em muro –descanso e espera– próximas a um acesso do metrô; ponto de encontro.** A pausa aqui acontece como resistência ante um espaço físico que repele o estar e que parece sugerir ou incitar ao movimento, como se dissesse: “Circulando! Circulando! Aqui não se pode parar.” (Ausência de assentos confortáveis.) – Foto (10) do Quadrante 2/8 do Mapa de Estudo. Fonte: foto do autor, 2019.



Em destaque: Foto (33) do Quadrante 3/8 do Mapa de Estudo.



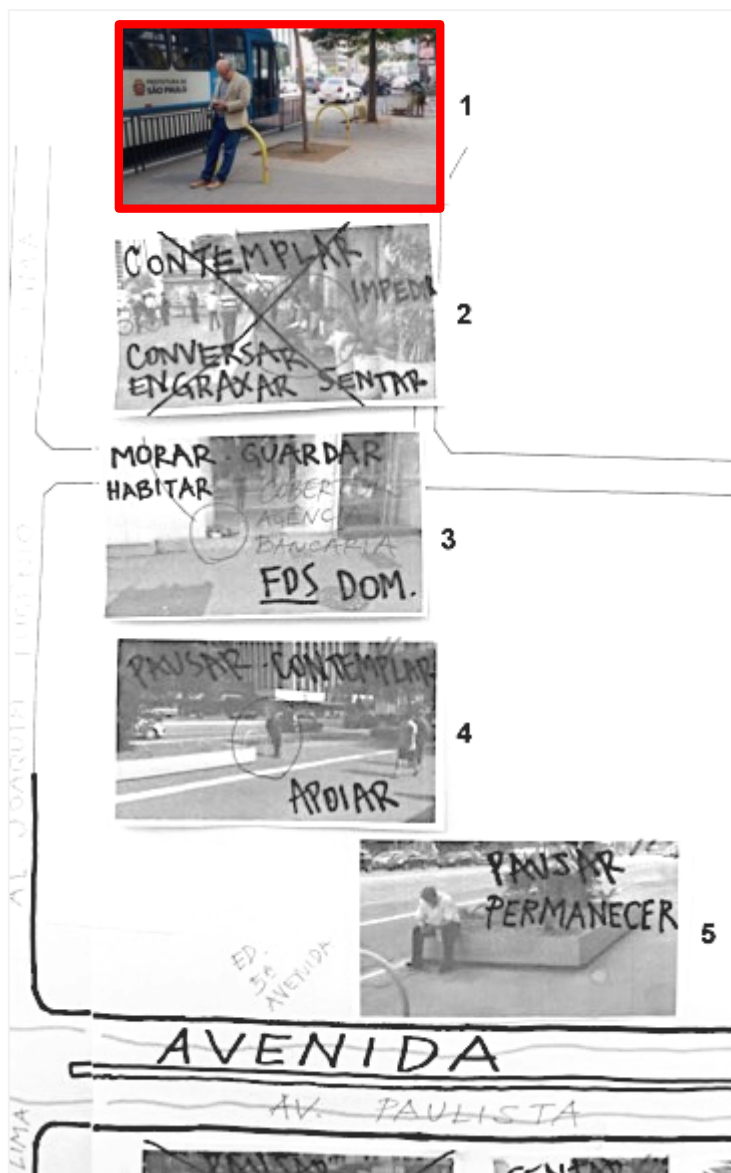
Imagem: Cotidiano: colegas cozinheiros conversam sentados em canteiro ajardinado durante horário de folga. A estrutura física do canteiro (de concreto com quinas vivas e terra) serve como “apoio” à pausa. Entretanto, pode-se dizer que se trata mais de uma *circunstância* do ambiente do que de um “convite” –propriamente dito– à pausa. Não é oferecido o mínimo de conforto para este uso. (Ausência de assentos confortáveis; sentar; assentar; intervalo; conversar. – Foto (33) do Quadrante 3/8 do Mapa de Estudo. Fonte: foto do autor, 2019.



Em destaque: Foto (53) do Quadrante 6/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: **Cotidiano: pausa no trabalho – grupo de pé conversa e fuma apoiado em estrutura de concreto de acesso ao metrô.** Uma composição física que parece ignorar a pausa ou o tempo lento; por outro lado aparenta impelir ao movimento, ao fluxo; espaço que repele a presença duradoura; não há convite; não há conforto; entretanto, a pausa se apresenta como resistência ao ritmo acelerado das rotinas laborais e como oportunidade para encontros que podem harmonizar as temporalidades entre os indivíduos, criando um ajuste rítmico comum. (Ausência de assentos confortáveis; conversar; fumar; apoio, pausa;) – Foto (53) do Quadrante 6/8 do Mapa de Estudo. Fonte: foto do autor, 2019.



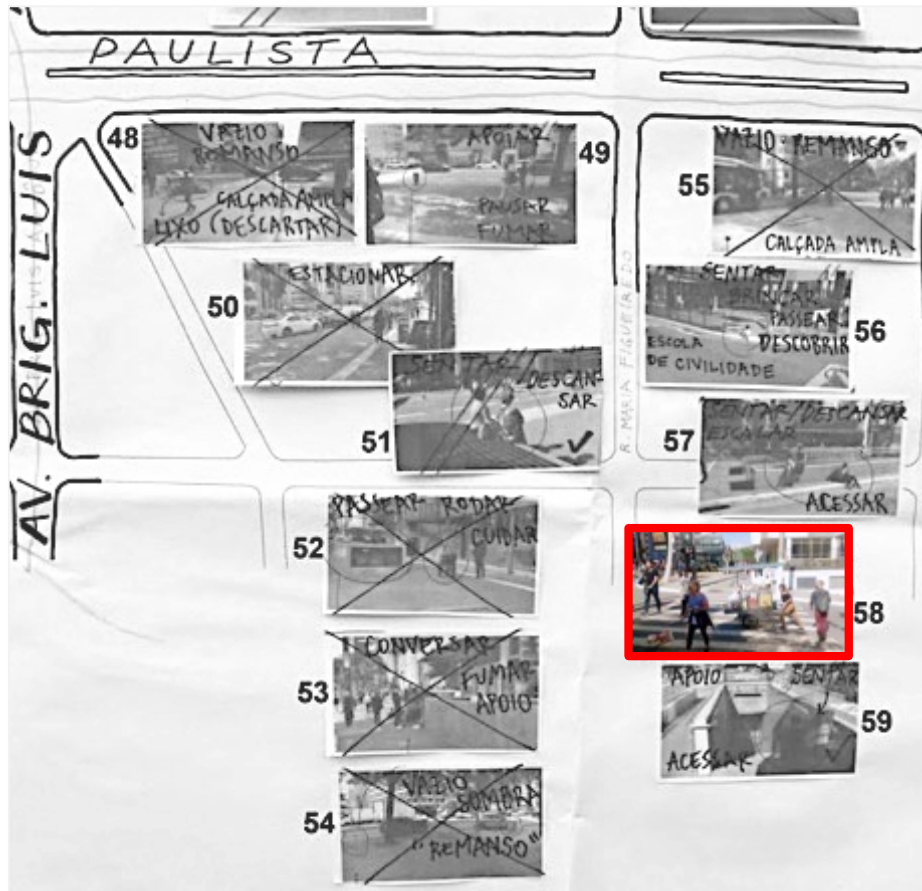
Em destaque: Foto (1) do Quadrante 1/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: **Cotidiano: homem apoiado em paracyclo troca mensagens ao celular enquanto, ao fundo, um outro homem vasculha uma lixeira pública.** Distintos usos do tempo. Neste tempo-espaço comum, quais serão as temporalidades que pulsam em cada um destes habitantes urbanos? A imagem ilustra tanto a produção do espaço (por meio dos objetos presentes) quanto as suas interpretações e seus usos. Na ausência de assentos confortáveis, o paracyclo é usado como apoio. Na ausência de posses, a lixeira é usada como fonte de recursos ou de alimentos. Pausas e fluxos. No cotidiano as vias carroçáveis estão repletas de automóveis – uso único, homogêneo, determinado. Já nos finais de semana (durante a “Paulista Aberta”) esses espaços –e o tempo– se abrem ao indefinido, ao indeterminado, aos usos múltiplos, heterogêneos. – Foto (1) do Quadrante 1/8 do Mapa de Estudo. Fonte: foto do autor, 2019.

Já nos finais de semana verificou-se usos mais informais e inusitados: bandas de música, pessoas fazendo esportes como caminhada, ciclismo, o *skateboarding*, a patinação, ou passeando com cachorros. Notou-se ainda a presença de

artistas dos mais variados tipos, além de crianças e idosos a brincar ou passear e muitos vendedores ambulantes.



Em destaque: Foto (58) do Quadrante 6/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: Fim de semana: “pipoqueira” se aproxima da Av. Paulista num domingo de “Paulista Aberta”; multiplicidade de usos do tempo-espço; trabalho informal no fim de semana; apropriação por sobrevivência?; cria ambiência; cria relações; pode colaborar para o florescimento da amabilidade urbana. À esquerda na foto: senhora caminha com seu cão: a diversidade de usos do tempo-espço se acentua aos finais de semana. – Foto (58) do Quadrante 6/8 do Mapa de Estudo. Fonte: foto do autor, 2019.

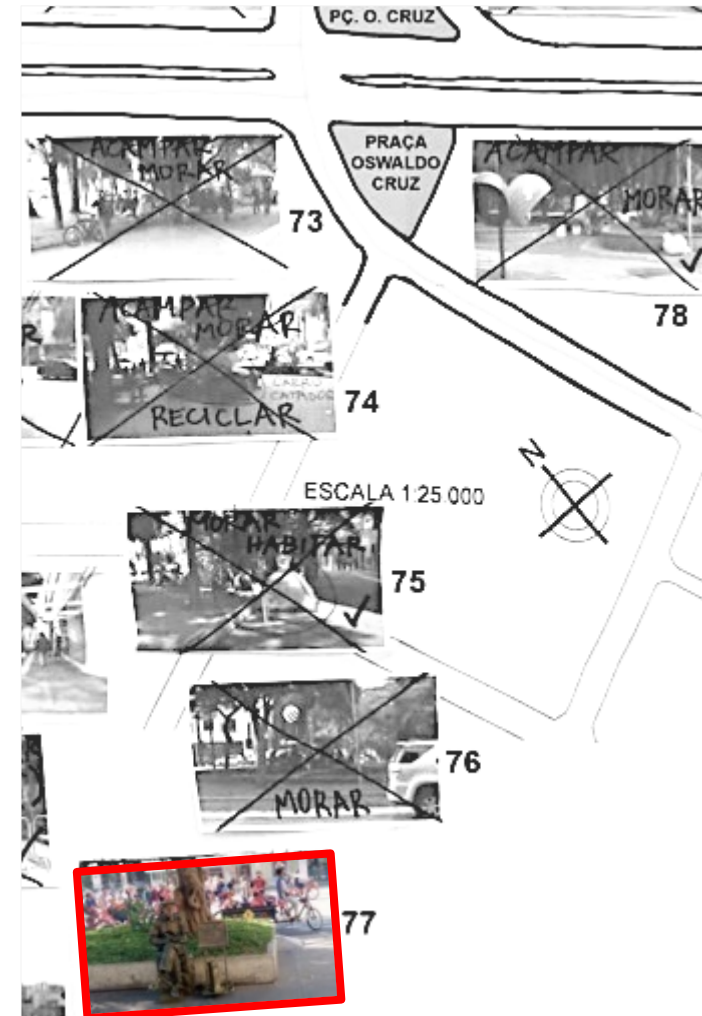
Aos finais de semana na “Paulista Aberta” o conjunto de habitantes presentes ganha ares mais heterogêneos. Lidia Decandia ressaltou que num espaço-tempo de abertura, vivo (espaço usado, acessível, democrático, não idealizado, não-acabado, não-pronto, ou seja, um espaço-civil) a complexidade da mistura de tipos de usos (desse tempo-espço específico) criam uma composição outra, particular.

O espaço assume conotações mais articuladas e complexas, irredutíveis a uma simples “homogeneização”, determinadas pela mistura de diversas temporalidades, pela integração entre a permanência e a errância.¹⁷⁶ [...] afirmam-se novos modos de fazer sociabilidades, configurando-se formas inéditas de espacialidade [...] inéditas tramas de sentido –a compreender e explorar– tecem-se entre a multiplicidade dos diversos lugares significativos.

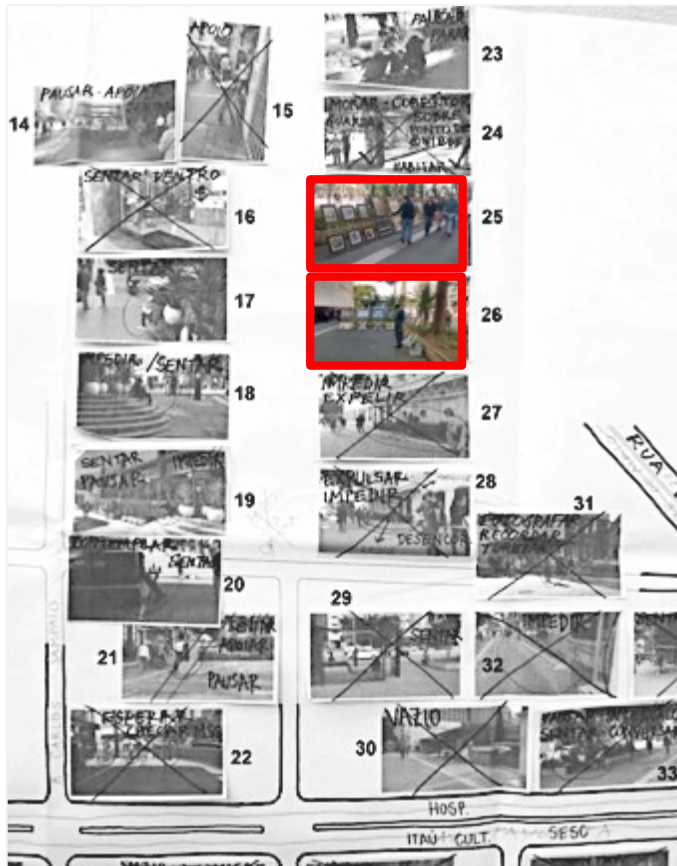


Imagem: **Fim de semana: em primeiro plano, artista realiza trabalho informal; ao fundo: ciclo-turismo** – grupo de ciclistas faz pausa enquanto guia turística conta a “história” da Av. Paulista. Multiplicidade de usos na “Paulista Aberta”. Temporalidades se multiplicam e se mesclam. (Apropriação por sobrevivência?; múltiplos usos do tempo.) – Foto (77) do Quadrante 8/8. Fonte: autor, 2019.

¹⁷⁶ LIDIA DECANDIA; Op. Cit.; p.187.



Em destaque: Foto (75) do Quadrante 8/8 do Mapa de Estudo



Acima, em destaque: Fotos (25 e 26) do Quadrante 3/8 do Mapa de Estudo.



Imagens à esquerda: **Nos finais de semana da “Paulista Aberta” um senhor comercializa quadros enquanto pedestres param para apreciar ou negociar.** Tal acontecimento convida à uma pausa –mesmo que breve– e pode criar memórias ou afetos coletivos. Além disso, cria relações entre os habitantes e estes espaços – é talvez um exemplo de horizontalidade como descreveu Milton Santos. Ademais, tal ação cria também uma ambiência à maneira sugerida por Jean Paul Thibaud. Seria uma apropriação por sobrevivência? Com certeza trata-se de um uso ligado ao tempo lento. A cadeira de praia indica uma apropriação relativamente duradoura e ressalta também a ausência de assentos confortáveis no local. (Trabalho informal; expôr; vender; apreciar; contemplar; negociar; comércio; tempo lento (FDS) – Fotos (25) e (26) do Quadrante 3/8 do Mapa de Estudo. Fonte: foto do autor, 2019.



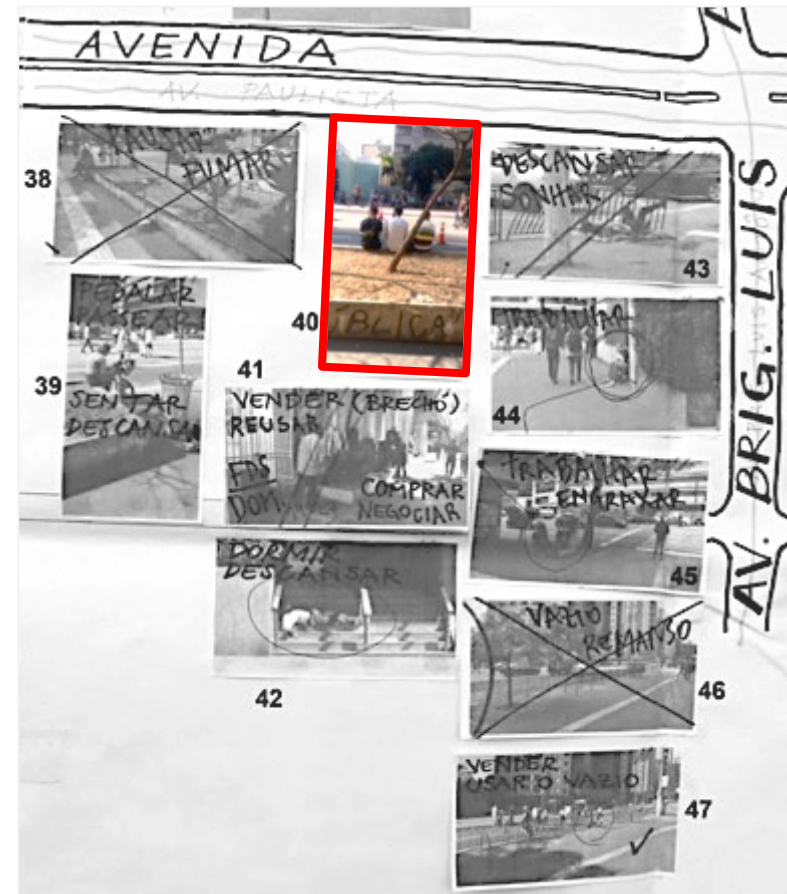
Em destaque: Foto (51) do Quadrante 6/8 do Mapa de Estudo.



Imagem: **Fim de semana: senhoras sentadas em estrutura de ventilação do metrô.** Astúcia para ocupação e ressignificação dos espaços construídos. Ausência de assentos confortáveis. Pausa, contemplação, encontro; o tempo lento; abertura no tempo-espaço para a possibilidade da experiência. Estruturas físicas da infraestrutura do metrô se apresentam como alternativas para sentar e descansar ante o descaso com os usos do tempo lento na Avenida Paulista. O acontecimento efêmero da “Paulista Aberta” como janela de oportunidade para o deslocamento das percepções do tempo-espaço. (Sentar, descansar.) – Foto (51) do Quadrante 6/8 do Mapa de Estudo. Fonte: foto do autor, 2019.



Imagem à esquerda: **Fim de semana: jovens sentados em canteiro no tempo-espaço da “Paulista Aberta”**. Pausa; tempo lento; a chance de encontros; Ausência de assentos confortáveis; pode-se ver a terra seca do canteiro que denota o descuido com o jardim. Ao fundo: ciclistas e pedestres experimentam os usos do tempo na Avenida Paulista. (Sentar; conversar; encontro; pausa;) – Foto (40) do Quadrante 5/8 do Mapa de Estudo. Fonte: foto do autor, 2019.



Em destaque: Foto (40) no Quadrante 5/8 do Mapa de Estudo

Além desses “novos modos de fazer socialidades” –ressaltado por Decandia– muitas vezes são atravessados pela lentidão da construção da *civilidade* ou da *empatia* nesses tempos-espacos públicos. Para tratar da lentidão a autora lança mão da metáfora da “dança lenta” que faz lembrar o “ballet complexo da boa calçada”, narrado por Jane Jacobs – quando e onde entram em cena os atores do cotidiano, varrendo calçadas, pondo o lixo na rua, etc. Cabe questionar se esse “ballet complexo da boa calçada” ou essa “dança lenta” não poderiam também tomar lugar nos finais de semana da “Paulista Aberta”. Em meio à multiplicidade de ritmos e temporalidades, dá-se esta...

(...) dança lenta, próxima a uma coreografia, na qual vozes e gestos se entendem pouco a pouco, respondem com infinitas precauções, na qual cantores e dançarinos descobrem, progressivamente, os tempos secretos que os harmonizarão; em que cada qual aprende com os outros a entrar numa sincronia tranquila, lenta e complicada. (26)¹⁷⁷

¹⁷⁷ 26. LÉVY, P. (1994), *L'intelligence collective*. Paris, Éditions La Découverte (também em edição brasileira), p.32. – Como citado por L. DECANDIA in: Op. Cit. p.192.

¹⁷⁸ CACCIARI, Massimo. *A cidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2010.

Massimo Cacciari¹⁷⁸, por sua vez, ao refletir sobre lugares, temporalidades e aceleração do tempo nas metrópoles da modernidade recente –a “condição efêmera, citada por Fontes– também alude aos ritmos da música para denfender a necessida de haver também um tempo lento, das pausas. Para o autor, “o lugar é pausa; análogo ao silêncio de uma partitura. Não há música sem silêncio”, e no entanto, “o território pós-metropolitano ignora o silêncio; não nos permite parar, ‘recolher-nos’ no habitar”¹⁷⁹. Cacciari ressalta ainda – como citado noutra parte deste trabalho– a contradição que constitui nossos anseios referentes à cidade ou ao urbano, além da complexidade e imprevisibilidade pulsante nas grandes cidades da modernidade recente. Desejamos...

De um lado, a cidade como lugar de *otium*, lugar de troca humana, seguramente efectivo, activo, inteligente, enfim, um lugar para morar; do outro, o lugar onde desenvolver os *negotia*, da maneira mais eficaz possível¹⁸⁰ [...] o território pós-metropolitano é uma geografia de acontecimentos, uma activação de

¹⁷⁹ MASSIMO CACCIARI; Op. Cit.; 2010, p. 35.

¹⁸⁰ CACCIARI, Massimo. Op. Cit.; 2010, p.26.

ligações, que atravessam paisagens híbridas [...] é impossível prever os acontecimentos na pós-metrópole, portanto é impossível programar espaços.¹⁸¹

Dessa maneira, Cacciari radicaliza e parece reforçar a ideia de que mais do que “programar espaços”, o arquiteto-urbanista contemporâneo necessita imaginar situações, criar terrenos para o imprevisível, o diverso e o múltiplo.

¹⁸¹ Ibidem; pp.54–55.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Múltiplos olhares enxergam alternativas latentes

Quanto aos conceitos que refletem sobre o espaço, algumas nuances parecem claras. Há, por um lado, a produção do espaço e há, por outro lado, a utilização ou interpretação do espaço. Há também os atores que participam desses processos. Há atores com mais poder e há atores com menos poder.

De todo modo, há abundante potência em todos os indivíduos e grupos para que possam realizar a interpretação e a ressignificação dos espaços. Tal potência, no entanto, só pode se efetivar por meio do atravessamento do tempo, isto é, numa realidade presente compartilhada – um momento comum ou comunal.

O conceito de espaço ganhou complexidade conforme a modernidade se desenvolvia no decorrer do século XX, e adquiriu pela soma de diversos estudos características de lugar e de ambiências. Isso demonstra que o espaço vai muito além da materialidade do construído. Uma das chaves para a expansão do conceito de espaço é justamente o universo do tempo,

isto é, das temporalidades. A ideia de espaço não pode existir sem o tempo.

Por isso, o desenvolvimento deste trabalho procurou verificar de algum modo a importância de se experimentar uma abordagem transdisciplinar, que pode jogar luz sobre perspectivas outras, olhares outros. É o caso de disciplinas humanas como a antropologia, a sociologia, a filosofia e psicologia, bem como de algumas disciplinas biológicas (como a neurociência), que unidas ao espectro particular da arquitetura e do urbanismo tocam-se num ponto comum que é o fator temporal, a temporalidade.

A ótica do tempo proporcionou, então, o aprofundamento na esfera subjetiva, ou perceptiva das situações urbanas. Portanto, a partir do indivíduo (sujeito/subjetividade) e da sua presença nos espaços-urbanos-coletivos-públicos, constata-se uma certeza: o corpo (humano/social) como zona de experiência, como abertura para acontecimentos e como ferramenta de transformação de realidades.

A partir do corpo, a realidade presente –resultado da sobreposição entre tempo e espaço– salta como oportunidade para a composição de relações que carregam a possibilidade de criação e fortalecimento do coletivo, além do florescimento da *amabilidade urbana* (como descrita por Fontes, 2013), pela criação e recriação de memória e de afetos.

Neste contexto, medidas como a criação do “evento” conhecido como “Paulista Aberta” se apresentam como alternativas potentes e latentes de solução temporal (temporária, oportuna) para uma parcela dos conflitos urbanos considerados – de modo equivocado– essencialmente espaciais (talvez devido às heranças urbanísticas modernas).

Em São Paulo, uma medida como essa –que foi uma resposta do poder público à demanda de uma parcela da sociedade–, conecta diretamente o urbanismo ao risco político, ou seja, é preciso vontade política para que haja experimentação urbana. E talvez seja preciso experimentar mais no campo do urbanismo. Arriscar mais. Assumir mais riscos, inclusive políticos, principalmente por parte dos poderes públicos.

De alguma maneira, foi o que se fez em São Paulo nos anos recentes sob a administração de Fernando Haddad (seguindo exemplos de ações urbanísticas realizadas nas últimas décadas em Bogotá e em Nova Iorque – citados no trabalho): criou-se corredores de ônibus, ciclovias, reduziu-se a velocidade máxima permitida para automóveis em determinadas vias, criou-se bloqueios temporários para automóveis em grandes avenidas em momentos específicos – liberando desse modo o espaço para as vidas pedestres, para a escala humana, como desejaram o Grupo Mars e o TeamX, entre outros arquitetos e urbanistas já nas décadas de 1960.

Estruturas físicas nos espaços públicos como apoio à vida

No desenrolar deste trabalho, autores reafirmaram a necessidade da construção ou da composição de espaços físicos que possam incentivar encontros e dar suporte ao desenvolvimento das difíceis habilidades da civilidade ou da cidadania. Tal necessidade está presente nos espaços públicos da Avenida Paulista. Ao longo da grande avenida, as estruturas físicas que convidam à pausa são poucas, escassas e, por vezes, pobres ou desinvestidas de cuidado. Há, entretanto, a presença

de algumas estruturas que se destacam por serem bastante utilizadas em meio a tal escassez. De um lado estão as estruturas de acesso e de manutenção das linhas de metrô, de outro estão os canteiros ajardinados que preservam o pouco da vegetação que restou nas calçadas da avenida. Em comum a estes dois exemplos há a materialidade do concreto armado duradouro, frio ao toque e cinza. Portanto, provavelmente seriam bem-vindas algumas estruturas que se configurem como convite franco à pausa e que amparem os *usos do tempo* nesses espaços públicos (da Avenida Paulista), principalmente nas calçadas.

No decorrer da segunda metade da elaboração deste trabalho (momento posterior ao levantamento fotográfico inicialmente realizado), a prefeitura de São Paulo –alinhando-se à necessidade de estruturar os espaços públicos– tratou de instalar planos finos de pedra (aparentemente ardósia) por sobre os canteiros existentes nas calçadas da Avenida Paulista, com o intuito de compor assentos minimamente dignos. São assentos ainda frios ao toque, que não possuem encosto e pode-se dizer ainda que sua instalação não se destaca pelo esmero no acabamento. Entretanto, ao menos evitam que as pessoas se

sentem diretamente na terra ou na quina aguda do concreto daqueles canteiros. Tais assentos foram instalados a princípio nos arredores do Museu de Arte de São Paulo (MASP) e do seu vizinho de frente, o Parque Trianon. Não foi possível verificar –até o fechamento deste trabalho– se a instalação desses novos assentos se estendeu ao restante da avenida.

Amabilidade urbana, pandemia e o futuro das cidades

A pesquisa de Adriana Sansão Fontes colaborou para o aprofundamento dos assuntos que compõem o universo do urbanismo e dos estudos sobre os espaços coletivos públicos contemporâneos. As reflexões de Fontes fazem também saltar a importância do fator temporal em todas as relações sociais urbanas. Tal trabalho se afirma com uma visão “positiva” frente à algumas previsões “negativas” historicamente compostas sobre o futuro das cidades ou dos espaços urbanos públicos. Embora os meios por ela apresentados (as intervenções temporárias) para que se possa atingir ou fazer florescer a amabilidade urbana sejam bastante restritos ou raros, este nosso trabalho, por sua vez, de algum modo pôde constatar a existência de caminhos outros para a conformação de espaços amáveis que

fundam memórias e afetos coletivos.

Porém, enquanto este trabalho é escrito, vive-se um período inédito na história humana devido à Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), que faz suscitar algumas questões sobre todos os espaços públicos de uma grande cidade como São Paulo. A enorme restrição de movimentos, de eventos e de encontros, o medo do contágio e todos os demais fatores que estremecem a vida social e associada que uma cidade representa, tudo isso nos coloca à prova e faz incerto o futuro urbano. Como serão os usos nos espaços públicos da Avenida Paulista daqui a cinco, dez, ou vinte anos? Viveremos em Estados de super-vigilância para podermos garantir segurança, lazer e bem-estar? Os espaços públicos desaparecerão? Ou darão lugar a espaços e contatos puramente virtuais? Na ausência da oportunidade de *civilidade*, no isolamento social, no ensino à distância (EAD), na vida à distância... como serão nossas cidades? Nesse contexto, como cultivar ainda a *amabilidade urbana*? Nossas cidades sobreviverão? Provavelmente sim, mas sem dúvida transformadas. De todo modo, ainda é cedo para conclusões e o tempo –mais uma vez– nos dirá.

De volta ao “*tempo*”, pode-se dizer que a Pandemia também transformou fortemente a relação de boa parte da população mundial com os aspectos temporais da vida. No contexto da *hipermodernidade* (modernidade recente), seria a “falta de tempo” o motivo do excesso de individualização das várias esferas da vida? Se tivéssemos todos mais “tempo”, assumiríamos de alguma maneira uma postura social mais coletiva? Ocuparíamos com mais frequência e com melhor qualidade os nossos espaços públicos?

Desigualdades, conflitos temporais e a falta de habitação nos grandes centros urbanos

A existência de habitantes urbanos sem-teto –constatada na Avenida Paulista– é antiga e perene. Pessoas em situação de rua estão à margem das sociedades contemporâneas e, entretanto, as compõem; são presenças constantes que se afirmam nos cotidianos das grandes cidades.

Portanto, apesar de, por um lado, nos tempos hipermodernos, narrados por Lipovetsky, haver uma citada “generalização do reinado da urgência”, aparentemente as pessoas em situação de rua vivem predominantemente a noção do tempo

presente –em temporalidades particulares–, buscando sempre satisfazer as imposições básicas ou instintivas da vida (comer, descansar, dormir, etc.), se apropriando do espaço público pela necessidade de sobrevivência, como bem distinguiu a autora Adriana Sansão Fontes (2013). São forçadas a lançar mão da astúcia para que possam sobreviver em territórios sempre alheios, embora seus por direito.

Talvez seja possível levantar algumas hipóteses sobre tempo e espaço público em metrópoles de países “em desenvolvimento”, como é o caso de São Paulo. Pode-se imaginar, por exemplo, que boa parte das pessoas nesses países não dispõe de tempo para viver experiências ricas (daquele tipo aspirado por Walter Benjamim, Olgária Matos e Jorge Larrosa Bondía) em espaços públicos urbanos, dado todo o contexto de: baixo desenvolvimento econômico (poucas oportunidades de renda, de educação e de emprego); de pouco desenvolvimento dos espaços urbanos; e tendo em vista a necessidade de investimentos para a instalação de outras infraestruturas consideradas prioritárias como as de transporte, de sanea-

mento básico, telecomunicações, etc. Talvez a “pressão temporal” nesses países seja maior, ou ao menos percebida como maior.

Muitas pessoas na nossa “*hipermodernidade*” (modernidade recente) não possuem tempo livre (tempo social), devido às rotinas de trabalho e não têm acesso aos centros das cidades – ou às regiões centrais como é o caso da Avenida Paulista (mesmo que esta região esteja muito bem conectada por todos os modais de transporte, boa parte dos habitantes das periferias pode ainda encontrar dificuldades de acesso à área).

Se essas pessoas, nesses contextos, possuem raras oportunidades de viver essas experiências urbanas, então qual é a importância do desenho desses espaços públicos? Além disso, como criar cidades e espaços públicos para a diversidade da vida? Como criar espaços públicos que permitam e estimulem a diversidade de maneiras de existir, com civilidade, com empatia, sem medo? Como garantir usos seguros, saudáveis e benéficos desses espaços? Como criar ou fazer a manutenção de espaços para que possam ser “escolas de civilidade” para todas as idades e camadas sociais?

REFERÊNCIAS

Livros

- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.
- BURDICK, A. *Por que o tempo voa*. São Paulo: Todavia, 2020.
- CACCIARI, M. *A cidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2010.
- CARDOSO, S. *O Olhar viajante (do Etnólogo)*. In: NOVAES, Adauto. *O Olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FONTES, A. S. *Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, FAPERJ, 2013.
- HARVEY, D. *Condição Pós Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola. 17ª edição, 2008. [1989]
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1989.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2016.

LIPOVETSKY, G. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo. Ed. Barcarolla, 2004.

MATOS, O. *Dialética na imobilidade da mens momentânea à imobilidade do instante*. In: NOVAES, ADAUTO (org.). *Mutações: o futuro não é mais o que era*. São Paulo: Edições SESC SP, 2013.

SANTOS, M. *A Natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP, 2006.

GLAESER, E. *O triunfo da cidade*. Editora BEI, São Paulo, 2016

Artigos, teses e dissertações online

BONDÍA, J. L. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência** – Universidade de Barcelona, Espanha – Tradução de João Wanderley Geraldi – Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística – * Conferência proferida no I Seminário Internacional de Educação de Campinas, traduzida e publicada, em julho de 2001, por Leituras SME; – Textos-subsídios ao trabalho pedagógico das unidades da Rede Municipal de Educação de Campinas/FUMEC. in: *Revista Brasileira de Educação*, Jan/Fev/Mar/Abr 2002 N° 19, p.21 – Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf> > Acesso em 15 de abril de 2020.

BYRNE, David. *The world is changing, so can we*. – Texto publicado no site Reasons to be cheerfull. Disponível em: <<https://reasonstobecheerful.world/the-world-is-changing-so-can-we/>>. Acesso: 9/4/2020.

COHEN, M. *On Time: Kairos and The Arts of Action*. Journal Wax Issue 5. III Attention. On Time. Stanford University, Summer 2014. – Disponível em < https://dcl.stanford.edu/sites/default/files/files_upload/WAX%205%20-%20Kairos.pdf > Acesso:10/09/2019.

DECANDIA, Lidia. *O tempo e o invisível: da cidade moderna à cidade contemporânea*, 2003. – Título original: Il tempo e l'invisibile; dalla città moderna alla città contemporanea. In: SCANDURRA, E., CELLAMARE, C. e BOTTARO, P. *Labirinti della città contemporanea*. Milão, Meltemmi, 2001. Traduzido por Maria Margarida Cavalcanti Limena – Disponível em: <<https://www.pucsp.br/margem/pdf/m17ld.pdf>>; Acesso: 19/06/2020;

FONTES, A. S. *Amabilidade Urbana: a qualidade do espaço-tempo da intervenção temporária*. Cadernos ProArq 17, Rio de Janeiro; FAU-UFRJ, 2011 – Este artigo é parte integrante da Tese de Doutorado em Urbanismo intitulada: *Intervenções temporárias, marcas permanentes. A amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades*, defendida no PROURB – FAU / UFRJ no ano de 2011, sob orientação da Prof. Doutora Lúcia Costa. – Disponível em:<https://www.academia.edu/25303640/Amabilidade_urbana_a_qualidade_do_espaco-tempo_da_intervencao-temporaria>; acesso: 20/06/2020

HAN, BYUNG-CHUL. *Byung-Chul Han: "Hoje o indivíduo se explora e acredita que isso é realização"* – Entrevista para o jornal online El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/07/cultura/1517989873_086219.html>; Acesso em 19/maio/2020.

HAN, BYUNG-CHUL. *O coronavírus de hoje e o mundo de amanhã, segundo o filósofo Byung-Chul Han*. – Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>>; Acesso:10/07/2020.

HEIDEGGER, Martin. "Construir, habita, pensar" [*Bauen, Wohnen, Denken*] (1951); conferência pronunciada por ocasião da "Segunda Reunião de Darmstadt", publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf>. Acesso: 29/06/2020.

KRENAK, Ailton. *Do tempo*. Participação de Ailton Krenak no Seminário *Perspectivas anticoloniais*, na abertura da 7ª Edição do MITsp – Mostra Internacional de Teatro de São Paulo em 6/3/2020, no Sesc Av. Paulista. Curadoria Christine Greiner, Andreia Duarte e José Fernando Azevedo. Mesa 1: Do tempo, com Ailton Krenak e Paulo Arantes. Transcrição e edição Sonia Sobral. Texto no site da editora N-1 edições, São Paulo, 2020. Disponível em <<https://n1edicoes.org/038>>. Acesso em 28 de abril de 2020.

MONFERDINI, J. A. *Práticas e possibilidades na Avenida Paulista*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, sob orientação do Prof. Doutor Abílio da Silva Guerra Neto – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/321>>. Acesso em 2 de junho de 2020.

MONFERDINI, J. A.; COSTA, V. *O Guia do não-estar na Avenida Paulista: as estratégias de sobrevivência na guerrilha urbana*. Disponível em: < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitetura/07.073/4699> > Acesso em 24 de junho de 2020.

OMA; KOOLHAAS, R. *Junk space*. Disponível em: < <https://oma.eu/publications/junkspace> >; Acesso em 16/03/2020

RODRIGUEZ SOSA, M; SEGRE, R. *Do coração da cidade a Otterloo (1951-59): discussões e transgressoras de ruptura. As sementes das novas direções Pós-CIAM*. In: Docomomo Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Anais do 8º seminário Docomomo_Brasil, 2009. Disponível em: < <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/096.pdf> > acesso em 17/06/2019

ROMANDINI, Fabián Ludueña; Tradução Maurício Pitta; Revisão Fernando Scheibe. *A peste e o fim dos tempos*. Disponível online em: < <https://n-1edicoes.org/034> > n-1 edições, São Paulo. Acesso em 27 de abril de 2020.

REIS-ALVES, Luiz Augusto Dos. “O conceito de lugar”. *Arquitextos*, Portal *online* de arquitetura e urbanismo Vitruvius, artigo 087.10, ano 08, Agosto de 2007. Disponível em < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225> >. Acesso em 8 de junho de 2020.

RIVAS SANZ, Juan Luis de Las. “*El espacio como lugar: sobre la naturaleza de la forma urbana*” – livro da Série *Arquitectura y Urbanismo*, nº 18. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidade de Valladolid, D. L., ed. 711, 1992.

SILVA, C. N. *Aspectos subjetivos dos ambientes de atenção à saúde e sua relação com o ambiente construído*. In: Revista científica “Arquitextos”, publicada pelo Portal de arquitetura e urbanismo Vitruvius; Código da publicação: 212.05; “ambiência”; ano 18, jan. 2018. Disponível em < <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.212/6867> > Acesso: 18 de junho de 2020.

THIBAUD, Jean-Paul. *O vir-a-ser ambiente do mundo urbano*. In: URBICENTROS Morte e Vida dos Centros Urbanos. Maceió: Universidade Federal de Alagoas 27/09 a 01/10 de 2011. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2012/04/redobra9_O-devir-ambiente-do-mundo-urbano.pdf - Acesso em 15/06/2018

Outras referências

FUGANTI; Luiz. *O Comum é a Zona de Passagem* (video). – “Zona de passagem”; “existência”. Video no site Youtube: Luiz Fuganti. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=r9eyNaBuQtY>>; Acesso em 16/maio/2020.